

Movimentos Sociais e Educação – Rede de ações e letramento para o mundo





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Movimentos Sociais e Educação – Rede de ações e letramento para o mundo

Volume 2

Cláudio da Silva Ribeiro

Virgínia de Oliveira Silva



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Ministério
da Educação**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2299-4565 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Sueli Barbosa Thomaz

UERJ - Eloiza Gomes

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Cláudio da Silva Ribeiro

Virgínia de Oliveira Silva

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

COORDENAÇÃO DE LINGUAGEM

Maria Angélica Alves

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Anna Maria Osborne

Janderson Lemos Souza

Marcelo Bastos Matos

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jane Castellani

COPIDESQUE

Cristina Maria Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Sanny Reis

ILUSTRAÇÃO

Eduardo Bordoni

CAPA

Eduardo Bordoni

PRODUÇÃO GRÁFICA

Andréa Dias Fiães

Fábio Rapello Alencar

Copyright © 2005, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

R484m

Ribeiro, Cláudio da Silva.

Movimentos Sociais e Educação: rede de ações e letramento para o mundo.
v. 2 / Cláudio Ribeiro; Virgínia de Oliveira Silva. – Rio de Janeiro : Fundação
CECERJ, 2007.

178p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 85-7648-151-0

1. Movimentos sociais. 2. Educação. 3. Genealogia. 4.
Biopsicossociologia. 5. Cidadania. 6. Leitura. 7. Letramento. 8.
Alfabetização jovens e adultos. I. Silva, Virgínia de Oliveira. II. Título.

CDD: 303.484

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Nival Nunes de Almeida

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

Movimentos Sociais e Educação – Rede de ações e letramento para o mundo

Volume 2

SUMÁRIO

Aula 11	– A ligação em rede de diferentes dimensões na formação dos Movimentos Sociais e da Educação _____	7
Aula 12	– A interseção das dimensões biológicas, sociológicas e psicológicas para a genealogia dos Movimentos Sociais e da Educação _____	25
Aula 13	– A gênese da dimensão biopsicossociológica e sua pertinência para a formação dos movimentos sociais _____	35
Aula 14	– A rede de representações de imagens na constituição do mundo que depende da relação do eu com o outro _____	45
Aula 15	– Bem-estar e felicidade: direção comum da ação humana _____	59
Aula 16	– Conceituando escrita, alfabetização e letramento _____	69
Aula 17	– Leitura e letramento _____	83
Aula 18	– Alfabetização de jovens e adultos e participação cidadã _____	99
Aula 19	– Movimentos sociais, cidadania e educação _____	117
Aula 20	– Movimentos sociais e seu caráter educativo _____	131
Aula 21	– Redes virtuais e reais de movimentos sociais e cidadania _____	145
Aula 22	– Organizações Não-governamentais, Movimentos Sociais e Educação _____	161
Referências	_____	173

A ligação em rede de diferentes dimensões na formação dos Movimentos Sociais e da Educação

AULA

11

Meta da aula

Apresentar o conceito de rede para o entendimento da interseção de diferentes dimensões da dinâmica bio-psico-social.

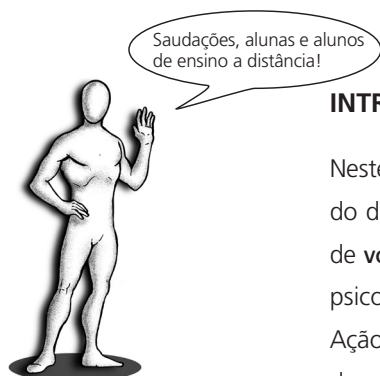
objetivos

Ao final desta aula, esperamos que você se veja capaz de:

- Descrever os princípios que fundam a complexidade da noção de rede.
- Entender que há uma interseção bio-psico-social na dinâmica da moção e da volição humanas frente ao mundo.
- Perceber como o avanço do pensamento lógico atualiza a representação do mundo, forçando o homem a redimensionar sua leitura de vida a partir da Ciência.

Pré-requisito

A leitura deste módulo se torna mais fácil se você tem conhecimento dos conteúdos do Módulo 1.



INTRODUÇÃO

Neste novo módulo, apresentaremos a complexa rede que constitui a gênese do desenvolvimento cognitivo: da origem das **MOÇÕES** humanas à tendência de **VOLIÇÕES**. Ao longo das aulas, você se familiarizará com as condições bio-psico-sociais que favorecem a ação participativa das pessoas no mundo. Ação que pode ser analisada pela complexa relação estabelecida em rede e da qual dependem os Movimentos Sociais e a própria Educação; ação cujos procedimentos encerram uma dinâmica de “encontros” e “bifurcações”, em dimensões múltiplas, entrelaçadas em rede, constituindo o movimento da vida e do mundo.

Moção

Em Psicologia, é o impulso que determina o movimento humano; em Psicanálise, a moção está estreitamente ligada à libido.

Volição

É a denominação para o processo psicológico pelo qual uma pessoa adota uma linha de ação; é a atividade psicológica que visa a um determinado fim, manifestada por intenção e decisão.

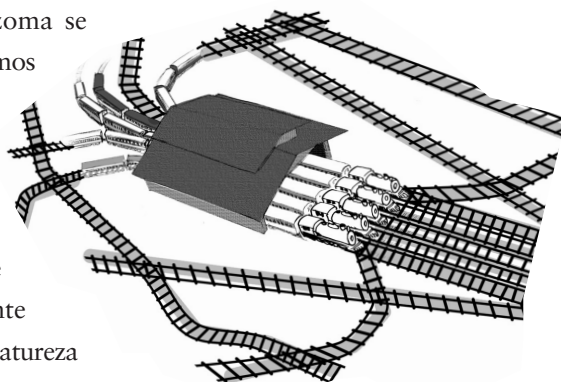
O **DEVIR** diz respeito ao futuro imediato ao presente, isto é, ao tempo que sucede ao momento presente de nossa ação de vida no mundo. Por exemplo, o devir de cada letra desta frase que você está lendo neste momento leva sua razão a identificar, pelo devir da leitura, cada palavra que compõe todo este parágrafo. Em outras palavras, o devir é o tempo entre o presente e o futuro distante. Dizemos, portanto, o devir ser o “futuro imediato” ao “presente”, que se torna “passado” mediante a sucessão do devir da vida. No caso de dúvidas, procure um dicionário de Filosofia.

O RIZOMA COMO NOÇÃO DE REDE: UM PARADIGMA TEÓRICO, CONFORME DELEUZE E GUATTARI

O conceito de Rede funda um avanço teórico cujo paradigma não se pode ignorar nos dias que correm. Este conceito explica a realidade que se concretiza múltipla em direções diversas, atingindo e alterando nossas vidas. Selecionando Deleuze e Guattari (1980) e seu conceito de Rizoma para melhor elucidar o conceito de Rede, indicamos, a seguir, suas idéias básicas, a fim de que você possa entender como se realizam as interseções entre os campos da Educação, da moção e da volição, no desencadeamento da ação capaz de transformar a face do mundo.

Os bulbos, os tubérculos são rizomas (...) até os animais o são em sua forma de matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas as funções de *habitat*, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura. O rizoma nele mesmo tem muitas formas diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. Há o melhor e o pior no rizoma: a batata e a grama, a erva daninha (p. 15).

A idéia do conceito de Rizoma se faz mais clara, talvez, ao imaginarmos uma malha ferroviária. Aliás, um rizoma é bem entendido quando concebido pela razão da topologia cartográfica. Ainda assim merece ressalvas, pois entre suas particularidades, a permanente mutação topológica inerente à sua natureza denuncia um **DEVIR** constante que não pode



ser entendido como estático e, portanto, impossível de ser representado de modo determinante. Ao recorrermos à idéia topológica, pois, podemos “fotografar” apenas um momento (tempo) do fenômeno da vida num determinado espaço. Deleuze e Guattari estabelecem alguns princípios, pelo que universalizam o conceito:

“1º e 2º – Princípios de conexão e heterogeneidade: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (p. 15). Nestes princípios, retrata-se a idéia de que qualquer fenômeno pode se ligar a outro, mesmo sendo de naturezas distintas, e que isto é desejável. Diferentemente da idéia de oposição ou de complemento, estes princípios projetam possibilidades **AMORFAS**, que se unem, fundem e separam, sem ser necessariamente nesta ordem, criando rupturas ou não. Enfim, em termos de trajeto fenomênico, tudo é permitido num escopo sem fronteiras e aberto ao devir **POLIMÓRFICO**, à medida que se constitui no espaço-tempo das interseções da vida.

AMORFA(o)

Sem forma
definida.

POLIMORFO/ POLIMÓRFICO

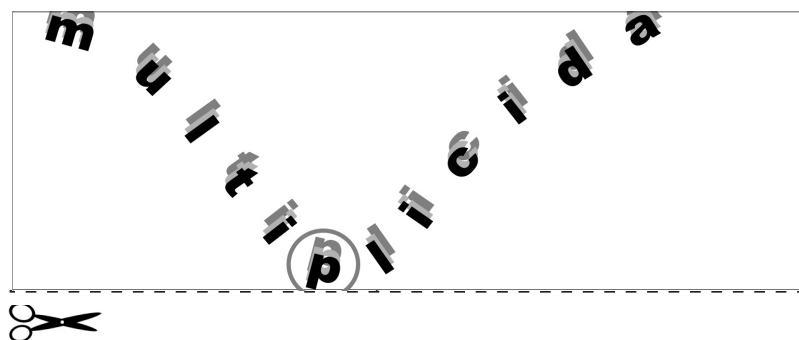
Que tem mais de
uma forma, de
múltiplas formas.



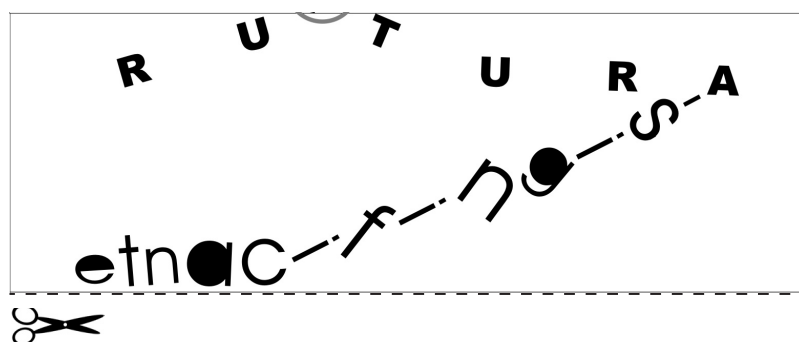
“3º – Princípio de multiplicidade” (p. 16). Constitui a idéia do múltiplo como substituto necessário a “dimensões que não podem crescer sem que mudem de natureza” (p. 16). Este princípio se contrapõe à idéia do **HOLÍSTICO**, do Uno hierárquico, para fundar a idéia do Uno-múltiplo, sem hierarquias. Em vez de todas as coisas pertencerem a uma única raiz essencial, o todo se dá pela multiplicidade de essencialidades constituintes de um permanente devir do mundo, essencialidades que se transformam a cada instante (tempo) e lugar, em cujo espaço fenômenos se formalizam. Nesse sentido, não há lugar para determinismo ou oráculos, a idéia de predestinação cai por terra. A própria constituição da vida tem vida. Portanto, inúmeras potências singulares fundam o complexo da rede deste fenômeno chamado mundo. Neste complexo, o movimento humano tem seu valor na potência da ação.

HOLÍSTICO

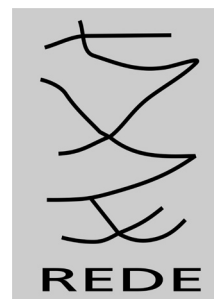
Relativo a holismo.
Doutrina que considera que a parte só pode ser compreendida a partir do todo, que privilegia a consideração da totalidade na explicação de uma realidade, sustentando que o todo não é apenas a soma de suas partes, mas possui uma unidade orgânica. Ao contrário, a doutrina do Uno-múltiplo salienta que a realidade é constituída apenas pela soma de todas as partes, sem possuir uma unidade orgânica.



“4º – Princípio de ruptura a-significante” (p. 18). Caracteriza um rizoma com a possibilidade de ser rompido ou retomado em qualquer ponto de sua natureza topográfica. “Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade [vetores – que, na Matemática e na Física, indicam a intensidade, a direção e o sentido de uma força] segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que as linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter umas às outras. É por isso que não se pode contar com um dualismo ou dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar de bem e mal” (p. 18).



“5º e 6º – Princípios de cartografia e de decalcomania” (p. 21). Parece que estes dois se fundem pela decorrência topológica. Entretanto, apresentam distintas nuances. Enquanto o mapa é “aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (p. 21), um decalque é um eixo imutável para o qual sempre se volta “ao mesmo tempo” (p. 21). É entendido, pois, como “competência” (p. 21). Assim o decalque traduz o mapa em imagens, e reproduz apenas, segundo Deleuze, “os impasses, os bloqueios, os germens de pivô ou pontos de estruturação”. Por exemplo, “semióticas gestuais, mímicas, lúdicas etc. retomam sua liberdade na criança e se liberam do ‘decalque’, quer dizer, da competência dominante da língua do mestre” (p. 21), isto é, dos “pontos de estruturação” que, neste caso, caracterizam uma determinada cultura no seu sentido amplo, antropológico.





ATIVIDADE

1. Você seria capaz de desenhar uma rede de relações colocando os nomes desses princípios de maneira a deixar sua representação gráfica clara para quem a visse? Que tal dar uma olhada na nossa Rede? Faça o seguinte: reveja as ilustrações do primeiro módulo desta disciplina e tente ver onde há ruptura, conexão, heterogeneidade etc. (veja as redes formadas ao fim das aulas, bem como a rede que se encontra na Introdução da Aula 8). Depois, desenhe a sua rede! Se ficar uma bagunça de linhas e formas, não estranhe! Por mais que as redes sejam planejadas, no processo do movimento da vida, elas acabam tendo “uma vida própria”, de modo que, às vezes, se tornam, à primeira vista, digamos, muito enroladas! Veja o exemplo de uma rede de pescador. Ela é geometricamente bem-feita. Mas, com o uso, furos e remendos são inevitáveis. Depositada sobre a areia diante do mar, ou ainda pendurada sobre a borda de um barco, o entrelaçado de uma rede se torna muito confuso! Podemos associar, assim, a constituição da vida a uma rede de pescador... E você sabe, quem cai na rede é peixe! Já se sente peixe? A que cardume você crê pertencer? Se não pertence a nenhum cardume, está longe de participar de um movimento social... Mesmo assim, querendo ou não, você está entrelaçado(a) em uma rede de circunstâncias (socioculturais, econômicas, históricas etc.). Enfim, cada “peixe” é aquilo que pode ser – e não o que pensa ser... Somos muito pequenos diante da rede do mundo que nos abriga... Somos apenas “uma linha” dessa grande rede e, no processo de nosso movimento no mundo, ora estamos aqui, ora ali, formando remendos, geometrizando formas pelas nossas ações... Quando você vai começar a participar dessa rede de forma intencional? Já começou? Então...

REDE DE RELAÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA AÇÃO DO PENSAMENTO PARA A AQUISIÇÃO DO SABER

Conforme podemos facilmente visualizar por meio das ilustrações do Módulo 1 desta disciplina, o mundo está ligado em rede. Uma rede de relações que o ergue e o mantém em sua inevitável produção à vida humana. As tramas que formam as situações sociológicas favoráveis à ocorrência dos movimentos sociais foram apresentadas, no Módulo 1, de maneira a deixar claro que não há uma causa específica para a sua formação, mas um conjunto de relações e circunstâncias propícias à sua decorrência. Vimos também que a ação em grupo, no entremear de circunstâncias sociais, nos leva à leitura de significados políticos. Assim, à medida que um grupo age, nos tornamos capazes de indicar a singularidade ideológica intrínseca à sua ação.

A atuação humana, motivada (moção) pela tentativa de tornar real um ideal (volição), leva o conhecimento a desenvolver leituras possíveis – por intermédio de seus métodos tradicionais de classificação (ordem, tipologia etc.) –, auxiliando a Razão a ordenar a ação social em categorias para o saber. O impacto da ação na esfera política e ideológica se torna, deste modo, objeto de análise, não por mero acaso, mas como fato sujeito à racionalidade necessária para a desejável interação entre diferentes representatividades diante de interesses; diante do que há nos fenômenos que se possa deles extrair o “melhor” à sobrevivência (espero!). Como ajuizar o que é “melhor” ou “pior” não passa de valor dependente de determinados conjuntos de interesses arrazoados por diferentes mentalidades, resulta que a própria análise das circunstâncias sociais já infere um olhar implicado com uma ação interessada em desenvolver um determinado tipo de racionalidade. Como se explicou anteriormente, o tipo de análise nos leva à ideologia intrínseca ao olhar do analisando.

Assim, ao analisar a constituição dos Movimentos Sociais e da Educação, considerando microestruturas biológicas em interseção com macroestruturas físico-sociais, facilmente inferimos o mundo em rede já ser um tipo de olhar ideológico em que, necessariamente, todos os campos que o conhecimento humano é capaz de erguer se fundem na importância da manutenção do mundo. A Economia, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Biologia, a História, a Ecologia, enfim, diferentes campos do saber, num olhar amplo, inter/trans e multidisciplinar,

devem ser considerados sem uma hierarquia de importância, pois todos são fatores fundamentais para o bem-estar das pessoas na organização do que denominamos mundo. Sobreviver é a pedra angular de nossos interesses mundanos. O conhecimento existe desde sempre; inclusive o argumento de Descartes para a defesa da Ciência diante do clero é essencialmente este: nos tornarmos como que senhores e possesores da Natureza (*Discurso do método*, sexta parte, p. 69).

O *Discurso do método*, de Descartes, se tornou famoso pelo fato de que, em seu tempo, no século XVII, a Europa passava por transformações profundas graças ao espírito da Razão, que crescia entre os homens. A Revolução Copernicana, feita por Galileu, foi decisiva para o trabalho de Descartes. Em 1633, Galileu foi forçado pela Inquisição a abjurar suas teorias. Quatro anos depois, Descartes defende a Ciência e, conseqüentemente, o pensamento de Galileu, através do *Discurso do método*. Nele, Descartes exalta a grande vantagem que a Razão poderá proporcionar aos indivíduos – conceito que, dentro da hierarquia lógica, está acima da espécie, que, por sua vez, está acima do gênero – ao se descobrirem as forças potenciais do planeta. Para tal defesa diante do clero, Descartes diz Deus ser um grande matemático e, como tal, ter construído o mundo dentro de regras que o Homem poderá descobrir, já que Ele o fez à Sua imagem e semelhança, dotando-o de mente e Razão para seguir os Seus designios. Assim, o corpo deveria ser regido como os ditames da Igreja, mas a mente deveria ser livre para ir longe pelas descobertas feitas pelo pensamento. Como se vê, o Homem, ou melhor, a Ciência só caminha mediante interesses que são acordados entre aqueles que detêm o poder. E isto não acontece por acaso, mas por intermédio de uma rede de relações de circunstâncias favoráveis ao seu acontecimento.

A partir do *Discurso do método*, a sociedade européia se sentiu cada vez mais confortável em extrair leis da Física, como a da Gravidade, a da Velocidade, a do Tempo etc., e disso se construíram máquinas a serviço do homem, decorrendo a industrialização, com seu auge no início do século XIX, com a grande Exposição de Paris, onde galerias em vidro e aço anunciavam o esplendor da Modernidade e da Burguesia. Burguesia que ascendeu ao longo dos séculos graças à queda de nobres e do poder da Igreja; graças aos avanços da Ciência, que, ao seu turno, não teria se desenvolvido se não tivéssemos uma expansão do pensamento do gênio humano rumo a descobertas, permitindo alterações no âmbito da política e da organização do mundo. É a Razão que orienta os passos da Humanidade. E orientar passos significa defender idéias que reúnam o máximo de vantagens à sobrevivência da espécie, na garantia de estabelecer o bem-estar entre diferentes individualidades.

No caso dos Movimentos Sociais, grupos vêm aprendendo a lidar com a burocracia legítima, às vezes de forma anárquica, para instaurar uma nova ordem de acordo com os interesses das classes desfavorecidas.

A Educação se situa nessa esfera do conhecimento, isto é, no âmbito da apreensão de dados voltados para a compreensão de diferentes objetos que se pretende entender para a reta formação das possibilidades humanas voltadas para a melhor sobrevivência possível.

Tendo em vista que todo e qualquer fenômeno é objeto a conhecer, e que, uma vez imersa no processo da racionalidade, uma pessoa se educa não apenas cognitivamente, mas moral e ideologicamente, nota-se que a dinâmica da rede à qual está intrinsecamente associada em sua condição geocircunstancial é uma malha de condições para saltos e avanços, bem como para limites e sujeições. E isto, tanto do ponto de vista pessoal como do coletivo, pois no corpo biológico há uma memória pessoal, enquanto no corpo sociológico há a memória social. Essas memórias estão ligadas à interseção de imagens constituídas pelos registros que marcam as superfícies do corpo biológico e social que as abriga. Imagens que acabam por indicar tendências aos seus sujeitos, que percebem, sentem e vêem o mundo de que participam. Daí o papel da escola, onde o letramento, mediante um conjunto de interpretações, favorece idéias que interessam perspectivas e ideologias, destacando ângulos específicos para se ver o mundo em sua inevitabilidade. A vivência de uma pessoa, entretanto, depende do que ela experimenta face à vida, e isto a leva ao seu diferencial como indivíduo, que – no âmbito de sua educação, na interseção das diferentes dimensões a que está sujeito (de novo, dimensão biológica, sociológica e psicológica, entre outras, como a histórica) – poderá criar e produzir sua leitura de mundo, em vez de reproduzir o que o mundo lhe oferece como idéia “acabada”, como um “produto pronto a ser consumido”. A originalidade das pessoas depende da sua ação de ousar para além do que é ordinariamente comum, estabelecendo novas possibilidades de expressão para a vida.

**ATIVIDADE**

2. Escreva, em dez linhas, um pouco sobre sua experiência pessoal que você acredite que tenha a ver com o que vem sendo discutido até agora em termos de ação que transforma o mundo.

CONCLUSÃO

Pode-se assim dizer que, mediante o conjunto de fatores no qual se encontra (fatores históricos, biológicos, socioculturais etc.), uma pessoa se educa no simples fato de pensar sobre os objetos condicionantes à vida. Uma pessoa se educa, pois, ao se ver frente a frente com a sua própria condição humana, na reflexão do seu modo de viver e de se pensar, ao projetar sua ótica do que vem sendo, tendo e fazendo na ação limitada no mundo em que se encontra “enredada”. Portanto, pensar e/ou se engajar em um movimento social já forma condições para se educar.

Nos movimentos sociais a Educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber:

- 1) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder.
- 2) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
- 3) Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas.
- 4) Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento.
- 5) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte de “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas.

Essas fontes e formas de saber, no caso dos movimentos, constituem um instrumento poderoso [de Educação] das classes populares, no sentido de atingirem seus objetivos... E as contradições aparecem de forma inevitável: a desqualificação do saber como anárquico e a necessidade de uma racionalidade baseada na eficiência (GHON, 2001, pp. 50-51).

Nesse sentido, cada um se educa permanentemente, seja nas aulas a distância, ou mesmo se relacionando com o namorado, pais, amigos e filhos; educa-se ao desenvolver seu saber frente àquilo que lhe interessa. Para que haja educação, basta alguém estar produzindo algo chamado pensamento; basta alguém pensar para saber o que lhe interessa, isto é, pensar para agir de forma a alcançar objetivamente seus interesses. Por conseguinte, não se trata de um pensamento qualquer, no qual se reproduzem idéias, mas um pensamento produtivo, capaz de alterar o próprio comportamento do sujeito pensante, cuja moção o direciona à veleidade do saber.

A Educação, portanto, ocorre a todo momento, no desenrolar da vida das pessoas, pelo seu letramento diante dos signos do mundo – conforme você verá mais especificamente a partir da Aula 16 –, para poder assegurar uma melhor qualidade de vida, conquistando interesses. Aquele que lê o mundo o faz a partir da reflexão das condições de vida à medida que delas ativamente faça parte com o seu corpo, e delas (das condições de vida) não se distancia, visto que uma pessoa precisa sobreviver nos limites dos códigos mundanos. Educamo-nos para sobreviver dentro de nossas possibilidades, tentando assegurar o maior conjunto de experiências gratificantes ao longo de nossas vidas.

ATIVIDADE FINAL

Caso ainda não participe de nenhuma ação coletiva, escreva sobre as razões que você crê impedir sua participação em grupo. Se, ao contrário, você já fez parte de algum tipo de organização, descreva sua prática em linhas gerais, salientando a importância de sua ação a partir da referência dos conceitos de rede, ou rizoma, e das circunstâncias culturais e geográficas em que você se encontre.

RESUMO

Nesta aula, você se tornou capaz de compreender teoricamente o que, na prática, já vinha percebendo no Módulo 1 de nossa disciplina: a ligação em rede de um conjunto de geocircunstâncias favoráveis ao fenômeno do mundo, dos Movimentos Sociais, da Educação, enfim, da organização de toda estrutura de que somos dependentes para a manutenção de nossas vidas, segundo os princípios de

- “1º e 2º – Princípios de conexão e heterogeneidade”
- “3º – Princípio de multiplicidade”
- “4º – Princípio de ruptura a-significante”
- “5º e 6º – Princípios de cartografia e de decalcomania”

conforme Deleuze e Guattari (1980, p. 15). Esses princípios nos dão a base teórica para compreender que tudo que há no planeta está direta ou indiretamente ligado em suas diferentes dimensões. Há sempre um ponto aqui e ali que poderá ser “conectado”, “amarrado” em rede. Você já percebeu o quanto sua própria

vida está “enredada”, afetiva, social e economicamente, entre outros fatores? Já percebeu que o fato de você ter um corpo, que é lido segundo a sua idade, cor, forma e outras características, já indica um conjunto de relações socioculturais com as quais necessariamente você tem de aprender a lidar para poder sobreviver da melhor forma possível? Pois é, eis a nossa condição humana: um conjunto de geocircunstâncias com as quais necessariamente temos de aprender a lidar. Os movimentos sociais representam esse tipo de esforço de lidar com a realidade geocircunstancial por meio da união de individualidades, da ação coletiva; e tal união não prescinde de um letramento, de uma aprendizagem para que indivíduos atuem no mundo.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, a dimensão biológica será apresentada como uma das interseções fundamentais para a constituição da rede mundana.

A interseção das dimensões biológicas, sociológicas e psicológicas para a genealogia dos Movimentos Sociais e da Educação

AULA 12

Meta da aula

Apresentar aspectos psicológicos dos quais dependem os Movimentos Sociais e a Educação, à luz da interseção da dinâmica bio-psico-social.

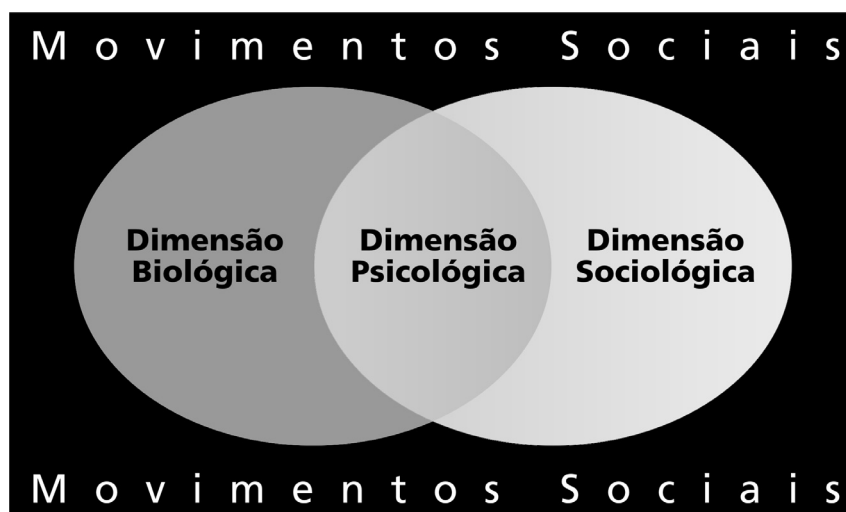
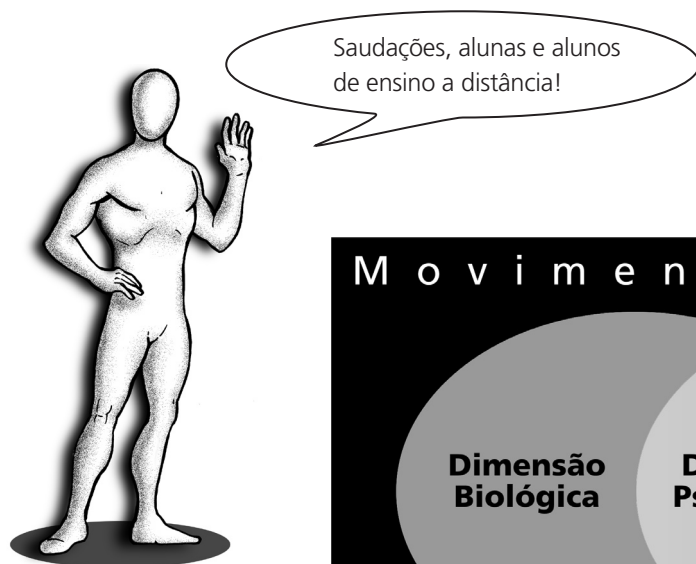
objetivos

Ao fim desta aula, esperamos que você se veja capaz de:

- Distinguir entre dinâmicas biológicas, psicológicas e sociológicas, fundamentais para o processo da vida humana e o mundo.
- Identificar a Educação como uma prática interligada aos interesses bio-psico-sociais que mantêm o mundo.

Pré-requisito

A leitura deste módulo se torna mais fácil se você tem conhecimento dos conteúdos do Módulo 1, no qual, ao longo das aulas, salientamos, pouco a pouco, a noção de rede, conforme tentamos ilustrar por meio das imagens contidas em cada aula.



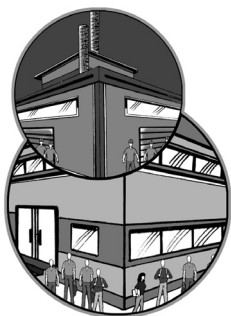
Uma vez que já sabemos que o modo de uma pessoa pensar depende de sua visão de mundo e que esta só nos é possível pela representação de vida que encarnamos pela vivência em família, na escola e entre amigos, enfim, pela aprendizagem construída permanentemente nas diversas situações em que nos encontramos para sobreviver, temos de nos dar conta de que as nossas condições biofísicas são o “terreno” no qual tal visão se constrói. Portanto, temos, diante dos nossos olhos, o mundo e, apesar de parecer estarmos “interagindo” com ele, estamos “integrados” a ele, portanto, fazemos parte dessa rede e dela não estamos à parte.

No espaço do mundo, encontram-se o nosso corpo e sua expressão, cujo movimento revela o que temos subjetivamente, tal qual um conjunto de signos a ser interpretado pelos demais. Por exemplo, se alguém nos diz algo que nos irrita, podemos não dizer nada, mas o outro poderá ser capaz de “ler” nossa irritação, seja porque nossa expressão facial mudou, seja porque saímos “batendo as portas”. A fisionomia e as atitudes são signos interpretáveis do comportamento. Todo nosso movimento, integrado ao espaço do mundo e na interação com o outro, encontra-se passível de leitura, e esta, de uma interpretação.

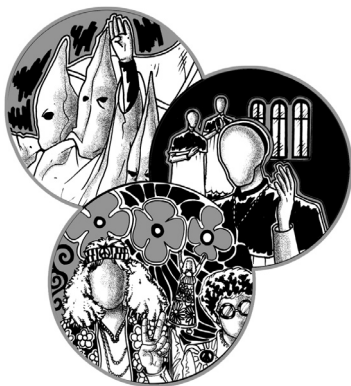
Há, portanto, uma rede de condições existentes num determinado espaço-tempo nas tramas da vida de uma pessoa em sua relação com as demais. Essas condições, necessariamente, nos levam à aprendizagem, capacitando-nos a sobreviver dentro de perspectivas possíveis, integradas ao processo dinâmico de uma rede de relações. Deste modo, há:



- condições físicas, de espaço-tempo e corpo biologicamente constituído;



- condições culturais, em que valores são mediados pelas relações estabelecidas em diferentes instituições sociais (família, escola, amigos etc.);



- condições sógnicas, por meio das quais diferentes informações erguem sistemas de códigos interpretáveis à luz de perspectivas de leituras possíveis.

Nesse sentido, desenrola-se permanentemente uma Educação para o conhecimento, capaz de garantir a melhor sobrevivência possível. Um inevitável aprendizado de códigos para assegurar ao organismo humano o melhor conjunto de condições (bio-psico-sociais) de que é capaz de dispor, organizando-as através da inteligência. A inteligência se caracteriza, assim, pela capacidade de uma pessoa processar informações para garantir ao seu organismo um conjunto de relações favoráveis à permanência satisfatória de experiências gratificantes à sua vida.

Vida e pensamento, portanto, são indissociáveis à condição humana. Aprender é essencial à espécie, que, hoje, encontra-se altamente sofisticada em termos de tecnologia. Esta última, como sabemos, existe e continuamente se desenvolve a partir da premissa de que poderá expandir qualidade de vida e bem-estar, isto é, de que poderá assegurar facilidades às condições da existência humana.

A clonagem, a biogenética, os transgênicos e a nanotecnologia são possibilidades que colocam por terra valores culturais e religiosos a partir da idéia de que esses avanços são fundamentais para o alargamento e o desenvolvimento da manutenção do maior número de vidas sobre o planeta. Curar doenças, alimentar pessoas, diminuir o esforço físico necessário para a produção do mundo erguido para a manutenção da espécie soam como deveres da Ciência, que utiliza a alta tecnologia desde o período denominado Modernidade. Da invenção da roda à exploração do espaço, o homem continua construindo, explorando e, paradoxalmente, destruindo o que antes elaborou. Tal processo é chamado por muitos de “Progresso”, e a Educação, por sua vez, sempre esteve ao lado da multiplicação desse processo inerente à condição humana.

A Educação – sistema social por meio do qual os processos de aprendizagem são cultuados pela dinâmica intermitente da produção do pensamento, num *continuum* sucessivo de relações estabelecidas entre diferentes organismos (pessoais e sociais) – compõe um conjunto de imagens dadas, pelas quais lemos o mundo (visão de mundo), e nos instrumentaliza para as interpretações possíveis de códigos (as imagens dadas) impressos na memória, que é a maior ferramenta para a Razão.

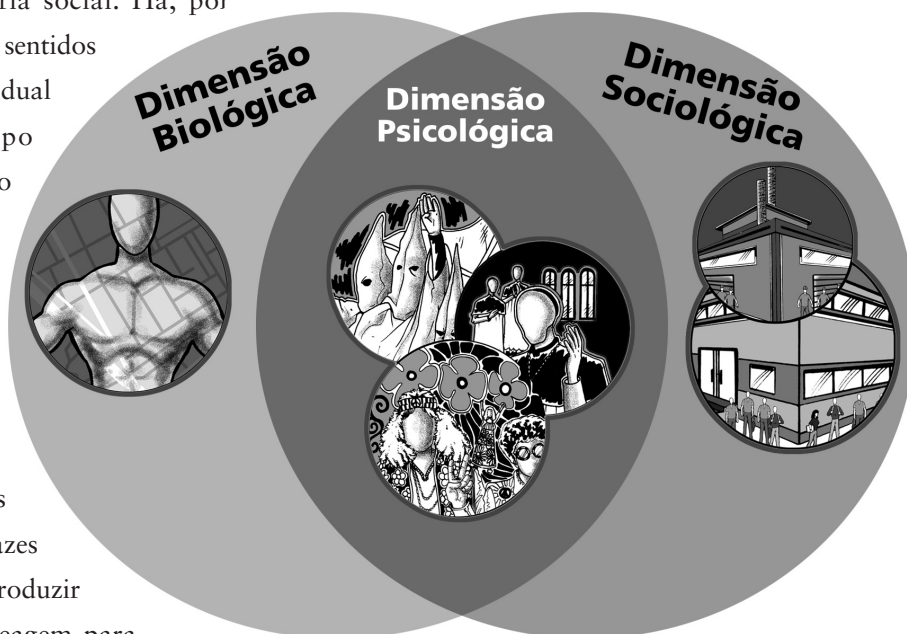
A racionalidade é, dessa maneira, um tipo de referência por meio da qual lidamos com os organismos sociais e com os nossos pares. Aquele que “está certo” “está com a razão”. Ter razão significa reunir um conjunto de saberes e conhecimentos a serem apreendidos por aqueles que ainda não “souberam” reuni-los. Educar é oferecer o saber aos indivíduos. Não um saber qualquer, mas um saber cujo conhecimento leva informações cruciais para a manutenção da vida no mundo. Mas o educador mais experiente não refuta a idéia de que a Educação se situa além do que se apreende em termos de informação.

Uma visão ampla da Educação exige, desde os tempos mais remotos, a formação do “espírito humano”. Os gregos chamavam esta formação, em seu sistema educacional, de *Paidéia*. Para eles, a formação

do homem deveria reunir atividades diversas que alimentavam o corpo e o espírito, levando seus cidadãos à *Areté*, que, num sentido amplo, quer dizer retidão moral da ação humana em prol da sua comunidade.

Hoje, a Educação se preocupa com a composição de diferentes correntes teóricas para a explicação possível de condições mentais e sociais. Na perspectiva de compreender o desenvolvimento cognitivo e comportamental de um organismo sujeito a determinados ambientes, teoricamente, o indivíduo, em sua particularidade bio-psico-sociológica, é visto como um conjunto de circunstâncias integradas ao meio. O indivíduo é, dessa forma, um processo cuja vida depende de um corpo (biofísico) sujeito a ocupar um espaço-tempo dentro de situações favoráveis à sua manutenção orgânica; um corpo capaz de vivenciar suas sensações significando-as como uma possibilidade contínua nas relações de força a que se encontra necessariamente sujeito para poder sobreviver no mundo que o alenta e é alentado por ele.

Obtemos, nesse sentido, a idéia de que um corpo (biológico) está condicionado a um meio (sociológico) que lhe possibilita existir e nele sobreviver, mantendo-o numa dinâmica de relações imprescindíveis à vida. Essas dinâmicas reúnem um conjunto de códigos (culturais) passíveis de interpretações dependentes de registros da memória de um indivíduo e da memória social. Há, por extensão, uma integração de sentidos percebidos no corpo individual e a expressão deste corpo no quadro social por meio da ação. A expressão e o sentido que tal organismo desenvolve em seu psiquismo nos fornecem o seu âmbito psicológico. A psicologia se situa, assim, na dimensão das representações que os indivíduos são capazes de apreender, produzir e reproduzir no meio em que agem e reagem para garantir a melhor sobrevivência possível de seu organismo.





ATIVIDADE

1. Leia atentamente a Introdução da aula e explique a correlação entre a racionalidade e a leitura de mundo, na rede de relações humanas. Em sua explicação, faça distinção entre as diferentes dinâmicas que apresentamos.

CONCLUSÃO

Considerando esses aspectos, em termos de dimensão psicossocial, podemos observar que os movimentos sociais decorrem da capacidade do Homem de agir a partir da integração de indivíduos. Uma ação por cuja dinâmica contínuos resultados expressam o esforço de organismos individuais se unirem para alcançar melhorias sociais de acordo com a visão de mundo que as pessoas são capazes de produzir e re-produzir. Estas duas capacidades, de produção e re-produção, derivam da razão, cultuada e condicionada pela Educação. Seja na escola, seja na família, leituras de mundo são dimensionadas. Multiplicam-se leituras no corpo social, em diferentes instituições, por meio do conjunto de códigos e registros cuja representação é, de uma forma ou de outra, necessariamente interpretada para a sobrevivência.

Os Movimentos Sociais são, portanto, do ponto de vista bio-psico- social, uma dinâmica coletiva resultante da moção dos sujeitos que agem na perspectiva de sua volição para melhorias de condições à sobrevivência, na realização de seu potencial subjetivo, cuja expressão concreta resulta da razão capaz de projetar idéias e de alterar a realidade em que se encontram.

Nesse sentido, os elementos condicionantes, como a Educação e a ideologia de sujeitos – enfim, o universo mundano a que pessoas têm acesso –, num primeiro momento, podem ser vistos como determinantes, mas reúnem apenas um conjunto de possibilidades dadas numa geocircunstância.

Por outro lado, há as condições orgânicas (biológicas), do corpo, cuja constituição celular é formada internamente por códigos genéticos,

que são, de fato, determinantes (como sexo, etnia, condições de saúde etc.). O corpo recebe estímulos do universo exterior (fatores geocircunstanciais) e a eles responde desde a sua forma embrionária e de modo contingente. Um encontro entre corpo e meio (objetividade), por meio do qual um organismo desenvolve o universo psicológico (subjetividade). Tal encontro permite ao corpo, pelas sensações experienciadas, tornar-se indivíduo, sujeito da racionalidade e da ação.

A Educação, na formalização dos aspectos afetivos, cognitivos e morais, é possível, pois, graças à interseção de três dimensões específicas: a biológica, a psicológica e a sociológica. No entrelace destas três dimensões, desenvolve-se o homem em sua condição bio-psico-social.

Será que a ação de agentes históricos em atrito, como os participantes do governo americano e os da Al-Qaida, pelo controle do sistema no Iraque se resume a movimentos sociais?

Mesmo que teóricos como Tourraine (2002) – veja a Aula 4 do Volume 1 – defendam que os Movimentos Sociais são “a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (p. 283), podemos observar que outros fatores que independem de *status* social ou determinados grupos e classes, como ele mesmo explica pelo viés sociológico, encontram-se presentes no fenômeno dos Movimentos Sociais. Lembrando um pouco o que aprendemos daquele autor, a dinâmica processual da vida é tanto extensa (duração de tempo) quanto intensa (gravidade de determinados impactos que marcam a história social e pessoal dos sujeitos).

Temos de admitir que a duração do tempo humano (histórico) só é percebida porque há um corpo que a registra dentro de uma linearidade de dias, semanas, meses, anos, decênios, milênios; enfim, um registro feito graças a códigos que denominamos cultura. Considera-se, também, que é necessário que fatos se imprimam no corpo para que haja nele registro. Daí considerarmos a intensidade, pois quanto maior o impacto de uma impressão no corpo, mais relevante se torna o seu registro. Conjuntos de registros se transformam em significados, e estes últimos, associados ao interesse de sobrevivência de um organismo (corpo), o movem e se lhes tornam bússolas às volições.

Assim, parece ser correto dizer que os Movimentos Sociais não se restringem aos fenômenos de conflitos entre classes desprivilegiadas em face da hegemonia, pois os sujeitos são pessoas que sentem e significam

coisas mesmo antes de se tornarem agentes sociais agrupados para agir em prol de controle social. Por exemplo, pessoas se envolvem afetivamente com os demais, e isto pode fazer com que determinada experiência de registro leve o sujeito submetido ao impacto da afetividade a querer defender um significado construído de modo muito pessoal, apesar de a idéia majoritária do senso comum poder ser, em tal ocasião, diferente do que é capaz de ver em sua experiência pessoal de visão de mundo.

Ao lidarmos com os demais, temos de estar preparados para o fato de a condição humana estar sujeita a um conjunto de experiências que imprimem no corpo registros sógnicos, levando cada um a ser o que é, não o que gostaria (ou que gostaríamos!) que fosse. Entre aquilo que um pode ser e aquilo que realmente é, situa-se a possibilidade da interação (ou integração!), no limite da “visão” de cada um, em que a formação cognitiva, permanentemente, por meio da aprendizagem, nos possibilita fazer interpretações múltiplas de leitura da vida e do mundo que somos capazes de produzir e manter em sua inevitabilidade.

ATIVIDADE FINAL

Desenhe círculos fazendo uma interseção, delineando três conjuntos: o da dimensão biológica, o da sociológica e o da psicológica, colocando separadamente dentro de cada espaço aspectos pertinentes a cada uma dessas dimensões. Por exemplo, no espaço referente à dimensão psicológica, aspectos restritos à psicologia, como coragem, medo, alegria; à dimensão biológica, fome, dor, células, membros do corpo, tom de pele; e, por fim, à dimensão sociológica, valores, ordenações, instituições, cultura etc. Feito isso, identifique em qual dimensão a Educação se situa melhor e explique por quê.

COMENTÁRIO

Ao responder a esta atividade, tenha em mente que Educação é um conceito abstrato que perpassa diferentes setores da vida, pela interseção de diferentes dimensões.

RESUMO

Nesta aula, você viu a interseção que se forma a partir da rede de relações entre três dimensões distintas: a biológica, a sociológica e a psicológica. A partir dessa interseção, desenvolvemos, em linhas gerais, a idéia de que a moção (aspecto biopsíquico) de defender uma idéia inusitada poderá permitir a uma pessoa pensar em estratégias para persuadir seus pares, fazendo-os entender (aspecto cognitivo) que determinada ação tem mérito social, encorajando (aspecto psicológico) parceiros para a atuação coletiva e a realização de mudanças de juízos de valor e, talvez, de ordem estrutural (aspectos sociológicos).

Disso se depreende que há uma interseção de diferentes dimensões concernentes aos Movimentos Sociais, as quais, à primeira vista, não se apresentam coadunadas, mas são interdependentes na condição humana para o próprio agir. Essas dimensões se “formam” no processo dinâmico em que os sujeitos e o mundo se desenvolvem permanentemente numa rede de informações constituintes da realidade, conforme vimos na aula anterior. Em tal processo formativo, a Educação tem papel de destaque no âmbito psicossocial, pois é uma estrutura específica que direciona organismos a “ver” e a “interpretar” “isso” e não “aquilo”. No decorrer de seu desenvolvimento, a Educação faz com que deixem de ser apenas um corpo bestial (aspecto biológico) para ser um corpo social (aspecto sociológico), na decorrência de uma sucessão de processos mentais em que tais organismos se tornam pessoas sujeitas ao pensamento (aspecto cognitivo-psicológico), pessoas que poderão agir coletivamente em prol de transformações sociais ou não.

Portanto, saber como o corpo organicamente se constitui e se educa para o mundo, na transposição do corpo biológico para o sociológico, formalizando sua dimensão psicológica, se faz interessante para entendermos a ação humana e os seus resultados em termos de Movimentos Sociais.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você conhecerá essas três dimensões, que, como sabemos, estão interligadas, formando uma rede de relações para o fenômeno do mundo tal qual simplesmente o percebemos pelos sentidos, erguendo as imagens e a compreensão de que nele e dele somos capazes de construir.

A gênese da dimensão bio-psico-sociológica e sua pertinência para a formação dos Movimentos Sociais

AULA 13

Meta da aula

Ensinar aspectos biológicos que
fundam a ação humana.

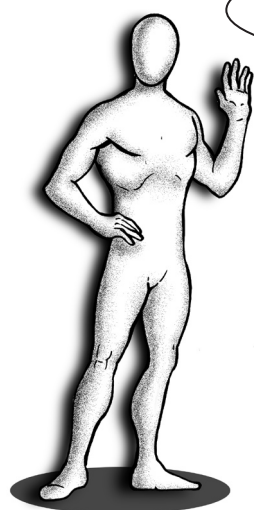
objetivos

Com esta aula, você deverá ser capaz de:

- Identificar estruturas biológicas básicas relativas à sobrevivência do organismo humano.
- Correlacionar as necessidades do organismo (corpo) com as ações humanas, por meio da organização da sobreposição de imagens apreendidas pelo corpo.
- Entender que o grupo forma um outro organismo: o organismo social (corpo social), atualizando o mundo em sua inevitabilidade.

Pré-requisito

A compreensão desta aula exige a leitura de todas as aulas antecedentes.



Saudações, alunas e alunos de ensino a distância!

A DIMENSÃO BIOLÓGICA NA CONSTITUIÇÃO DA DIMENSÃO PSICOSSOCIOLÓGICA

O corpo humano sempre procura o prazer. Sem prazer, não temos gosto para a vida. Procuramos realizar coisas que pensamos que nos dão ou nos darão prazer. Agir no mundo depende, assim, das idéias que temos sobre o que nos trará satisfação à existência. É, portanto, uma projeção mental (de satisfação) indissociável do sentido do prazer. As conquistas para a qualidade de vida decorrem, por conseguinte, da idéia de que podemos usufruir coisas cuja presença nos proporcionará melhorias concretas para a satisfação de viver, de sentir prazer na vida: prazer de “ser o que é”; de morar num determinado lugar; de comer um determinado prato; de ter um certo carro; de estar com alguém ou numa praia.

Nenhuma dessas idéias poderia nos trazer satisfação, enfim, se delas retirássemos a possibilidade de sentir o que delas pensamos ser agradável ao corpo, pois “sentir”, o que quer que seja, somente é possível graças aos cinco sentidos (audição, visão, paladar, olfato e tato), ou melhor, a sensação que uma pessoa é capaz de perceber no seu corpo. Segundo o biólogo Laborit, o prazer da vida acaba por se vincular a um conjunto de informações que são significadas como positivas à manutenção do corpo. Ao contrário, as experiências negativas são significadas como desagradáveis e, desse jeito, evitadas. Os aspectos positivos da vida são, assim, representados como vantagens para a sobrevivência e, em contrapartida, os aspectos negativos como desvantagens.

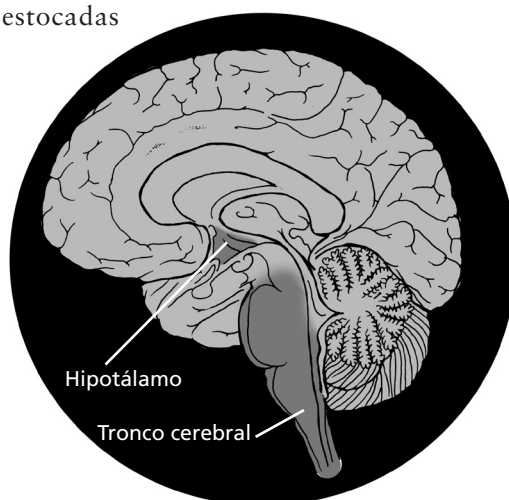
“Ser o que é” está, dessa forma, associado à autopercepção gratificante que uma pessoa é capaz de, psicologicamente, projetar para si mesma. Nessa idéia, há aspectos estéticos, comportamentais, econômicos, e assim por diante. O prazer de morar num determinado lugar está, desse modo, necessariamente vinculado ao conforto, à arquitetura, às facilidades, à qualidade do ar, entre outras vantagens para o organismo. Ter um certo carro pressupõe economia de combustível, velocidade, conforto e desempenho, pelo que se verificam vantagens sociais (não esqueçamos que o corpo de uma pessoa somente sobrevive no

corpo social). Estar com alguém demanda gentileza e “beleza”, entre tantos outros aspectos, e, numa praia, por exemplo, um conjunto de situações prazerosas é exigido para que se satisfaça aos sentidos daqueles que lá se encontram, apesar da poluição e de tantos outros fatores que possam comprometer a satisfação.

Como facilmente se entende, uma pessoa percebe no corpo o que lhe afeta os sentidos, fazendo da experiência de sua vida uma sucessão contínua de sensações. O organismo biológico humano é compreendido, assim, como sendo um espaço a ser ocupado por situações experimentadas ao longo do tempo em que uma pessoa se desenvolve socialmente. Nesse processo, uma pessoa se faz sujeito de ação no mundo, pois age num movimento intermitente a fim de que o organismo possa conquistar, repetir e produzir situações que sua experiência de vida lhe informa como sendo significativamente agradáveis. Como ocorre tal processo?

O sistema nervoso tem como função possibilitar a um organismo agir, de modo a realizar sua autonomia motriz. É o sistema nervoso que confere ao corpo capacidade de se relacionar com o seu entorno, de forma que a estrutura biológica do organismo possa se conservar. A função interna celular é proteger a estrutura humana, facultando a autonomia motriz, processo cientificamente chamado “equilíbrio HOMEOSTÁSICO”.

O hipotálamo e o tronco cerebral – uma estrutura cerebral primitiva bem simples – são o bastante para o cérebro operar comportamentos simples de ação que correspondam a um estímulo interno que Laborit (1997) chama “pulsão”, cujo fenômeno corresponde a um comportamento inato, permitindo-nos suprir necessidades básicas como fome, sede ou sexo. O sistema límbico autoriza os processos de memória a longo prazo em mamíferos, de modo que as experiências que resultam do contato de um organismo com o seu entorno não se perdem, ficam estocadas numa reserva.



HOMEOSTASE é a capacidade de o corpo manter um equilíbrio estável a despeito das alterações exteriores; estabilidade fisiológica.

A homeostasia é um conceito que, em Biologia, assinala a lei dos equilíbrios internos que rege a composição e as reações físico-químicas que se passam no organismo e que, graças a mecanismos reguladores, são mais ou menos constantes.

É o que ocorre com a função interna celular do sangue, por exemplo, cujo teor de água, sais, oxigênio, açúcar, proteínas e graxas possibilita o correto teor de alcalinidade e sua temperatura interna. Sem esta estrutura básica, o corpo humano não poderia operar de forma independente, movimentando-se daqui para ali. Tal movimento independente é chamado autonomia motriz.

A evocação de tais experiências no interior do organismo poderá prescindir de causa evidente associada a sua relação com o entorno. Essas experiências são registradas como agradáveis ou desagradáveis – os psicólogos que estudam o bem-estar subjetivo preferem o termo “afetos positivos” e “afetos negativos”; afeto, aquilo que atinge o corpo positiva ou negativamente; pelo que já se obtém uma representação mental, logo, cultural, pois é interpretativa de estados psíquicos.

Naturalmente, as experiências agradáveis são aquelas que mantêm o organismo confortável, e as desagradáveis são aquelas que o ameaçam. As mais primeiras experiências, como o choro do bebê que tem fome, acabam por se repetir, pelo que denominamos “reforço”, na tentativa de suprir o que traz conforto. Ao longo da vida, porém, outras experiências desagradáveis serão evitadas e, em casos extremos, combatidas e talvez destruídas, no esforço do organismo de se ver livre do que o incomoda ou ameaça. A ação resulta, em todos os casos, em uma aprendizagem. Assim, define-se necessidade como a resposta da atividade do sistema nervoso de modo a ser uma quantidade de energia e de informação essencial para manter o organismo vivo; necessidades inatas e aprendidas.

Laborit (1997) nos ensina como essa relação ocorre:

A configuração (moldagem) da rede de neurônios resultante de uma aprendizagem constitui, de fato, uma estrutura adquirida. Ela é a base das emoções que acompanham o reajuste vasomotor e a movimentação do volume sanguíneo segundo as variações de atividade dos órgãos envolvidos na realização da ação. O sistema cardiovascular, sob o controle do sistema neurovegetativo, permitirá esta adaptação (p. 20).

A motivação fundamental básica do *Homo sapiens* é, portanto, manter viva sua estrutura orgânica. Mas a realidade, facilmente perceptível a todos, é a de que somos muito diferentes de tudo o que há na Natureza. Não nos harmonizamos com o fluxo que lhe é inerente. Vejam os animais e as florestas, que parece que funcionam de forma organicamente equilibrada. Ao contrário, transformamos os elementos naturais para erguer o mundo que nos obriga a fomentá-lo indefinidamente. A permanência no mundo nos custa nossa própria

energia orgânica, trocada por dinheiro para garantir a sobrevivência, de modo que o que sustenta a vitalidade humana é a própria manutenção da estrutura mundana e toda a rede complexa de suas instituições.

O que distingue nossa existência atual da de antepassados é o fato de que temos hoje ciência da nossa condição mundana. Hoje, é indubitável o mundo existir em sua inevitabilidade produtiva, na dinâmica da permanência das instituições. Estas se definem pela reunião de ações que se reproduzem pelo processo de organização de idéias por cuja prática, no exercício de métodos, assegura-se, então, a sobrevivência pela produção do mundo. A representação simbólica da organização de idéias e suas práticas para a sobrevivência é e reflete os signos da expressão das culturas, signos estes interpretáveis por um corpo que percebe, sente e significa suas sensações ameadas pela sua experiência de vida como valores que lhe são agradáveis e/ou desagradáveis. É dentro dessa oscilação, de ordem psicológica, no encontro da interseção entre o corpo biológico e o corpo sociológico, que erguemos o mundo dos homens.

O mundo é uma construção humana, e a vida, condição para que ele exista. Pelas transformações dos elementos naturais que no planeta encontramos, erguemos o mundo (ARENDT, 2001). Por exemplo, do tronco fazemos a cadeira; do petróleo, a gasolina e derivados; e assim por diante. Construimos coisas úteis e/ou inúteis, coisas somente admiráveis aos olhos humanos, como uma escultura ou uma pintura. O fato é que, pelas transformações de coisas naturais em mundanas, o homem organiza e mantém um dinamismo para sua sobrevivência chamado mundo, cujo fomento exige um sistema de relações que atendem a programas para a permanência das suas instituições.

Assim como o *Homo sapiens* iniciou sua jornada há milhões de anos, ao lado de pares, para sobreviver, hoje, a sobrevivência de grupos consiste nas relações de convivência por meio das instituições. E a natureza do desenrolar das instituições decorre da nossa capacidade de manter e re-criar o mundo que nos é dado. Lidar com isso é ter cuidado com o que está ao redor.

A DIMENSÃO PSICOSSOCIOLÓGICA

Vivemos no momento possível, dado pelo complexo (plexo, do grego *trama*, ou rede) processo de sistemas que une, em uma só rede, as instituições mantenedoras da permanência da vida mundana.

Tal dinâmica é o meio pelo qual, social e economicamente, assegura-se à espécie sua sobrevivência. O que se tem é uma produção da realidade fomentada pelo processo institucional, pois são as instituições que garantem a realidade dada.

Às idéias e aos procedimentos de “se viver”, está intrínseco um modo de se pensar sobre as coisas do mundo, uma representação ancorada na cultura. Uma lógica que poderá prescindir da Razão à medida que seu significado esteja enraizado para além do lógico atualizado, com seu sentido perdido no tempo. Uma organização de idéias, cujo curso fundamenta o trajeto ao longo das tradições representadas por diferentes atores. Tradições que educam comportamentos. Atitudes sempre dotadas de moralidade, conforme a realidade cultural.



Há vários exemplos disso. Poucos sabem por que as noivas são carregadas pelos maridos na porta da casa nova ou a origem da "continência" militar, em que o soldado deve bater a perna direita sobre a esquerda, elevando a mão à testa. Tudo isto, porém, apesar de ter significados atualizados, tem um sentido histórico esquecido no tempo.

Todas as idéias são veiculadas pela projeção de imagens (sonoras e visuais) de que dispomos como registros organizados na memória (BERGSON, 1999) e transmitidas pela comunicação. Mesmo as medidas políticas e as econômicas são orientadas por estratégias de marketing, que projetam imagens lógicas para justificar novos sistemas a serem compreendidos por determinados programas institucionais, como os programas que propõem idéias sobre saúde, educação, habitação, produção, sustentabilidade, idéias organizadas para sustentar a dinâmica social ou dar sentido a ela, as quais, conforme Bakhtin (1997, p. 32), são signos:

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico.

Compreendida pela troca contínua de idéias, ou de imagens sógnicas, a organização da realidade se dá pelo conjunto de registros de que dispomos na memória. Signos impressos no corpo pelas sensações. Signos cujo sentido já têm em si uma ideologia que lhes é inerente.

A ação, assim, pode ser até mesmo a ação do pensamento, pois, como já dissemos em aulas anteriores, achar as palavras certas no momento certo exige a ação do pensar. O fato é que o homem se organiza na relação em rede de um conjunto de imagens internas e externas, no espaço de sua memória. As imagens internas dizem respeito ao que dispõe na mente, e as externas ao que apreende em sua vigília. Se são imagens de que dispõe na memória, são imagens (re)conhecidas, dentro de uma organização anterior, que logo se atualiza, gerando nova seleção de imagens, em organização contínua (BERGSON, 1999). O pensamento se nos coloca à mente, como um conjunto de imagens sobrepostas; nos revela, assim, uma ideologia, cuja imagem é uma organização mental capaz de explicar a realidade pelo universo sógnico interpretável à luz de leituras de mundo. Tal explicação nos oferece uma lógica, com base na qual orientamos nossas moções no mundo.

(...) infinitas organizações de imagens (...) [sobrepostas determinam inúmeras] (...) leituras possíveis mediante o que conhecemos. E conhecemos o que entendemos, e entendemos o que lemos das imagens do mundo. A leitura de mundo pressupõe, assim, uma pessoa capaz de apreender signos e poder pensá-los. E os signos compreendem tudo aquilo que tem uma aparência (RIBEIRO, 2003).

A relação sógnica das imagens mnemônicas, no desenvolvimento de nossa razão, assegura códigos socialmente identificáveis, nos quais uma pessoa endereça sua ação em grupo, no desenrolar de sua aparência social, em cuja projeção de sua própria imagem uma pessoa pensa situar sua identidade, num sentido de ser única – daí o sentimento de identidade, do grego *ídion*, que significa “singularidade”.

A originalidade de um movimento no mundo, pois, se situa em como uma pessoa é capaz de agir no espaço mundano, dentro e apesar de regras. Uma moção, por cuja dinâmica criadora o homem relaciona signos, processando imagens, atualizando significações. É nesse sentido que devemos entender os Movimentos Sociais. O esforço de pessoas para se unirem e forçarem uma nova organização da estrutura social atualiza o mundo em sua inevitabilidade. Grupos que se movem na

direção da atualização de determinadas representações criam novos registros sógnicos ou imagens no mundo, de modo a transformarem a realidade de seu entorno, ao contrário de se submeterem à realidade da organização vigente de maneira indiferente.

As imagens das atitudes e dos comportamentos a que assistimos e que manifestamos para os demais são, pela sua aparência, fenômenos percebidos pela visão de uma sobreposição de contínuas imagens. Registros que se fixam na memória. O homem, do nascimento à morte, é manifestação e apreensão de imagens (não apenas visuais, mas também sonoras, auditivas, tácteis e palatais, além das mentais), parte de um processo em contínuo movimento. Sua existência exige, entretanto, uma sucessão de ações pelas quais os indivíduos estão sujeitos a se apresentarem, na dinâmica social, pela representação de múltiplos papéis, na atualização permanente de signos. Os agentes sociais das diferentes manifestações de Movimentos Sociais findam por articular imagens de maneira a organizar e manter a realização do mundo. Os Movimentos Sociais não existiriam caso o homem não estivesse inserido nessa dinâmica social da qual depende para sobreviver, dinâmica que hoje se encontra altamente organizada em um mundo rico de facilidades advindas da complexidade do conhecimento.

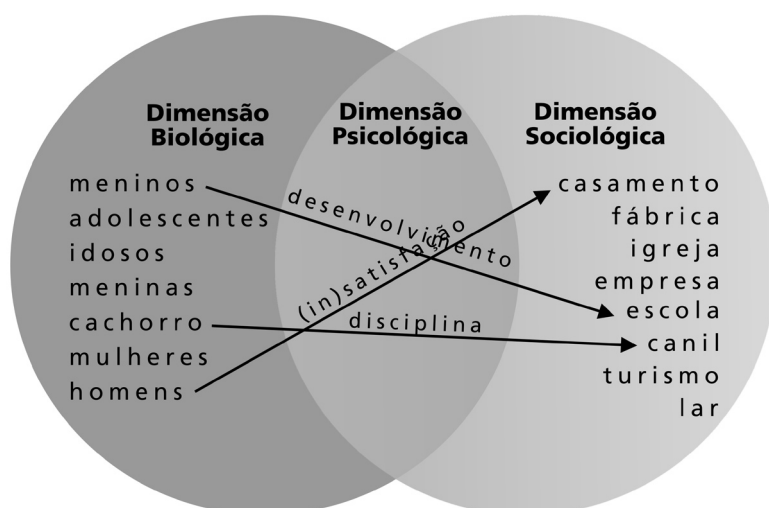
No jogo das relações, sujeitos que se encontram dentro de um conjunto de desvantagens sociais se unem na projeção de conquistar situações gratificantes. Nesse sentido, estabelecem a experiência de vida que pode se tornar, pela vivência diária, a satisfação de desempenhar determinados papéis. Para desenvolver tais papéis de modo socialmente aceitável, necessariamente há limites, pois a falta de limites ameaçaria os organismos, em seu esforço de preservar a vida. Regras cujo conteúdo reúne linguagens significativas em seus desdobramentos simbólicos, pois, como dissemos, tudo que tem uma aparência está passível de significação. Assim, no processo das relações, as semânticas individual e coletiva são indefinidamente criadas e recriadas pela sua atualização sógnica.

O legado que funda a importância dos resultados alcançados em certos Movimentos Sociais diz exatamente respeito à atualização de determinados valores que não dão mais conta entre uma teoria de regras que vemos se desenrolarem em nosso cotidiano e uma prática apartada da justiça e da equidade social. Prática de leis e regras sociais que, muitas vezes, acabam por ameaçar os organismos pela inexactidão de seus resultados e as incongruências de suas ações sociais (veja o aumento

de impostos ou de salários de deputados; veja determinadas medidas na área da saúde e os privilégios que o governo diz que a terceira idade tem e confronte isto com a prática de uma fila às cinco da manhã cheia de idosos a esperar, em pé, durante duas, três horas, para fazerem um exame de sangue em postos de saúde públicos). No mais, organismos sofrem ao viverem na miséria, diante da comparação social e seu humilhante significado de incompetência pessoal e política.

ATIVIDADE FINAL

Ao ver a figura da interseção a seguir, verifique a conexão possível dos seus diferentes elementos, tendo em mente as necessidades do corpo individual com o corpo social. No âmbito da dimensão psicológica, descreva aspectos inerentes à aprendizagem (como, por exemplo, a coragem); no âmbito da dimensão biológica, saliente os conceitos que você aprendeu na aula (como o hipotálamo e o tronco cerebral, entre outros); na dimensão sociológica, fique à vontade para enumerar sistemas (de saúde, educacional etc.).



RESUMO

Nesta aula, você aprendeu que o sistema nervoso ligado a uma estrutura básica do cérebro leva o organismo a se equilibrar de forma a manter-se vivo. A experiência do organismo com o seu entorno leva tal organismo a repetir as experiências que lhe sejam agradáveis, pois estas o alentam à vida, enquanto as experiências desagradáveis são evitadas e, em casos extremos, por conta de sua ameaça, são combatidas pelo organismo, de modo que este venha a se sentir seguro em sua manutenção de vida.

O conjunto de experiências de vida do corpo orgânico é armazenado na memória como uma seleção de imagens sobrepostas de modo a criar uma rede de relações entre os significados de que um sujeito dispõe interna e externamente, pelo que pessoas agem para organizarem a vida em comum. Nesse sentido, os movimentos sociais resultam da insatisfação de imagens sociais significadas negativamente por determinados sujeitos, que se unem no afã de atualizá-las pela ação organizada, forçando determinadas estruturas a reavaliar e reestruturar sistemas deficitários. Indivíduos que buscam uma melhor forma de considerar, produzir e manter o mundo de uma forma diferente para si, pelo que evocam novas realidades de imagens sógnicas e valores diante da miséria de tantos.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, analisaremos a representação de significados do sistema de mercado que fomentamos para garantir nossa sobrevivência no mundo.

A rede de representações de imagens na constituição do mundo que depende da relação do eu com o outro

AULA 14

Meta da aula

Esclarecer a representação como ato simbólico indispensável à vida humana.

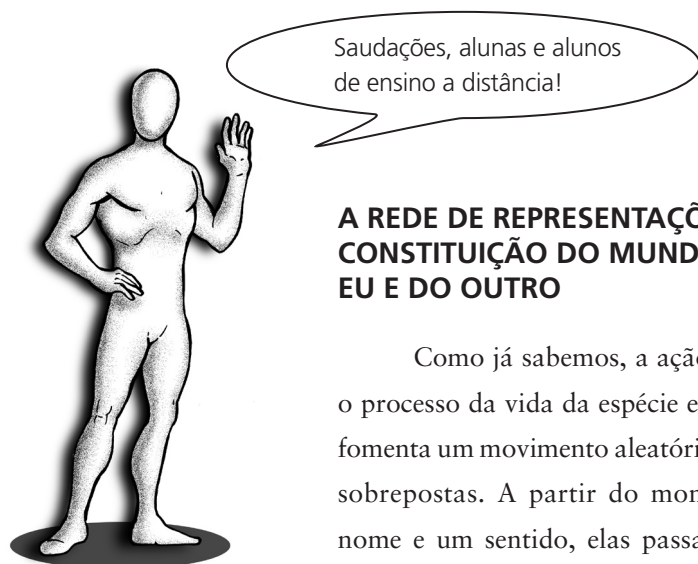
objetivos

Por meio desta aula, você deverá ser capaz de:

- Identificar as noções básicas de representação.
- Correlacionar as imagens de desejo do consumo e a idéia de felicidade.
- Reconhecer a importância da consciência para o desenlace de Movimentos Sociais.

Pré-requisito

A compreensão desta aula demanda o estudo das Aulas 11, 12 e 13.



A REDE DE REPRESENTAÇÕES DE IMAGENS NA CONSTITUIÇÃO DO MUNDO QUE DEPENDO DO EU E DO OUTRO

Como já sabemos, a ação humana de significar coisas dinamiza o processo da vida da espécie e a força à projeção mental, pelo que se fomenta um movimento aleatório e sucessivo de imagens subjetivamente sobrepostas. A partir do momento em que essas imagens têm um nome e um sentido, elas passam a representar algo para o homem. “A representação é a operação pela qual a mente tem presente em si mesma uma imagem mental, uma idéia ou um conceito correspondendo a um objeto externo” (JAPIASSU; MARCONDES, 1996). Evocam-se, assim, os infinitos significados construídos individualmente a partir da idéia de relação entre algo externo ao homem (portanto, do mundo objetivo) e outro algo que ele constrói internamente, em sua mente (mundo subjetivo).

A representação, nesse ponto de vista, pode ser a relação entre o significado de imagens “fora dele” (do homem) que se reproduzem “dentro dele” – veja, a exemplo, a idéia de uma árvore – ou pode ser ainda o contrário, isto é, imagens de “dentro dele” para “fora dele” – como, por exemplo, a idéia de ele ir para a Lua: idéia muito antiga, advinda do desejo humano de conquistar o espaço, logo, uma imagem totalmente subjetiva desde o tempo em que isso era tecnologicamente impossível. Mas o fato de o homem hoje ir à Lua revela a capacidade humana de obter resultados efetivos a partir da ação do seu pensamento, na conquista de desejos para realizar as imagens que projeta e significa, dando-lhes um sentido na mente.

Temos, assim, as representações. Elas são objetivas e subjetivas. Representamos algo para lhe dar um significado e, deste, um sentido. Representamos coisas para que possamos viver em coletivo. Dividir idéias e interesses para a manutenção de nossas vidas, que, conforme vimos, se volta para momentos gratificantes. Por extensão, erguemos a vida coletiva, pois qual a serventia de representar algo apenas individualmente, se carecemos da ação alheia para manter e

assegurar a sobrevivência? O homem só é capaz de viver em grupo, na associação com pares que atendam a interesses, e os interesses são muitos, pois não somente dependem dos significados e do sentido que a eles damos, mas dos significados e sentidos dados à vida em coletivo. Assim, na memória dos sujeitos, além da representação mental, há a presença da memória social, ou melhor, estão presentes registros por cujos signos ergue-se o mundo objetivo; registros dotados de significados cujos sentidos se dinamizam com a ação do tempo e se relacionam diretamente com as imagens mentais dos sujeitos. De forma tal que os sujeitos só são capazes de projetar imagens a partir desse primeiro contato com os significados sociais, dando assim um sentido às suas vidas mediante as representações sociais. Dessa forma, o homem participa com o seu sangue e vida para manter o que já aí está e que o sustenta. Uma integração entre homem e mundo. Um sem o outro nada é; ambos, vistos de forma integrada, são um só (apesar de não serem a mesma coisa), pois o produtor é aquilo que produz apesar de o produto não se resumir ao produtor.

Pense nas personagens de Shakespeare. Podemos dizer que Romeu, Julieta, Mercúrio, Hamlet, Macbeth, enfim, todas as suas personagens são derivadas dele, logo, uma invenção engendrada em sua mente; um produto dele, de sua projeção representada mentalmente. Mas dizer que Julieta é Shakespeare seria reduzi-la à condição de Julieta; seria retirá-la do processo dinâmico de estar vivo na ousadia de criar personagens no mundo da imaginação e das Letras. Assim, cada personagem pode ser vista como um fragmento dessa complexidade que é o autor Shakespeare; cada personagem está integrada a ele, e este a todas as personagens. Juntos, são um só, mas não a mesma "coisa". Da mesma forma, podemos entender o Homem e o seu produto: o Mundo. Dizer que o Mundo se resume ao Homem seria afirmar a sua incompetência de continuar criando e transformando tudo que aí está. No entanto, o Homem é o Mundo incompetente à divisão do que nele se produz para o conforto da vida humana. Cada um de nós somos homens. Integrados para o Mundo e nele, o mantemos como um autor mantém viva sua imaginação. Portanto, temos a capacidade de transformá-lo pela criação de ser o que nele somos, ao engendrar novas personagens sociais, cujos atos produzam um tipo de vida coletivamente mais satisfatório: eis o esforço socialmente representado em qualquer Movimento Social.

Conseqüentemente, se se fala em representação social, evocam-se significados de construção coletiva; uma convenção de significados compartilhados (a língua, por exemplo), a fim de que um fio estreito de relações (sígnicas) oriente a semântica expressiva do que denominamos realidade e, portanto, nossa leitura de mundo.

Os meios de comunicação, nesse sentido da leitura de Mundo, veiculam imagens que nos são apresentadas como “imagens modelos”. Mediando idéias, dando-nos sentidos a determinados registros cujos signos, na dinâmica social, passam a representar coisas antes inimagináveis. E, pela dinâmica social, em cujo fenômeno projetamos a articulação possível da Cultura em meio aos interesses da permanência de nossas vidas no mundo, o homem, nos tempos modernos, produz e consome mercadorias. Mercadorias estas que são representadas como idéias de necessidade à vida humana, mas que, muitas vezes, são imagens de um sentido sem fundamento, pois o homem precisa de muito pouco para sobreviver – haja vista o quanto de gente que vive anos e anos na miséria...

Mas as mercadorias que o mercado nos oferece nos são apresentadas como imagens vantajosas à existência, e, como o discurso da Razão mediou a prática e o desenvolvimento científico, apresentando ao clero vantagens à vida coletiva (veja o verbete sobre o discurso de Descartes na Aula 11), os meios de comunicação nos mediatizam imagens de produtos que nos são colocadas à vista de modo a significar que tais produtos sejam necessários para que alguém possa usufruir vantagens da vida moderna. O mercado, por meio da propaganda, ergue o sentido de tais representações a partir do desejo humano, quero dizer, a partir daquilo que poderia gerar prazer ao corpo humano. Assim, os produtos oferecem “*mais* conforto”, “*mais* beleza”, “*mais* facilidade e menos esforço físico”, para você usar o seu tempo com o seu prazer de viver. Desse modo, tudo de que dispomos no mundo pode ser consumível desde que nos traga determinadas vantagens à sobrevivência, e estas são relacionadas ao prazer que as mercadorias podem gerar ao corpo.

Logo, o mundo atual está voltado para as sensações, para os sentidos que captamos pela nossa percepção corporal. E, endereçada ao consumo, tal dinâmica nos leva a “ter de ter” coisas para o alcance da satisfação.

No jogo das imagens que nos projeta o mundo das mercadorias e que reproduzimos à mente, uma marca de pasta de dentes é mais cara do que outra, porém melhor, pois “faz os dentes mais brancos” e “um hálito com *mais* frescor por *mais* tempo”. Um carro é *mais* veloz, *mais* confortável e *mais* seguro do que outro. E por aí vai. Há sempre uma vantagem a comprovar na competição de ofertas de produtos a serem

consumidos, em que se situa o sentimento de felicidade ao seu possível proprietário, pois, ideologicamente, o leva a pensar que sua sobrevivência será mais fácil e alegre à proporção que seja plena de conforto.

Mas viver exige o pensar em quê, por quê e como produzir nosso próprio sustento. Antes de agir, somos chamados a pensar para nos darmos conta de que devemos produzir algo razoável ao ambiente em que nos encontramos, pois precisamos deste para sobreviver. E, no jogo das relações necessárias à dinâmica da sobrevivência na dimensão psicosociocultural, um pode levar um outro a perceber e ter ciência para além do que pensa ter e ser, até a morte.

Na produção de significados, verificável na experiência da vivência com um *outro*, um mostra ao *outro* o que é e sente, isto é, um se esforça para representar o mundo num determinado sentido, e nos revela como este o afeta, propiciando a uma pessoa ter uma tendência de se comportar diante de determinadas situações, pelo que nos apresenta sua integração com o Outro.

O Outro, em Psicologia, é tudo aquilo que não é o Eu. Dizemos, assim, que todos os significados advindos das imagens que uma pessoa adquire no seu convívio com a Cultura são um Outro que ela tem em si. Os significados advindos dos registros coletivos não são derivados dela, mas foram nela colocados pelo ambiente social, na relação com o seus pares, na aprendizagem decorrente do seu desenvolvimento – que se inicia com a vida e finda com a morte. Logo, a única coisa que podemos dizer que pertence a um Eu reduz-se ao ato da escolha que as pessoas fazem diante do conjunto de informações que se lhes erguem à mente como uma sucessão de imagens sobrepostas dotadas de significados. Daí, podemos depreender que a ação de uma pessoa optar por se unir a outras e agir no meio em que vive sugere uma afirmação do Eu que recusa o Outro que se lhe coloca à mente como circunstância aceitável para a vida.

Nesse sentido, pessoas escolhem ser elas próprias em vez de serem o que desejam que elas sejam. Portanto, a compreensão de como se ergue o desenvolvimento psicológico e de como o comportamento está sujeito às moções e às volições é fundamental para compreendermos a fundo o fenômeno dos Movimentos Sociais e sua relação com a Educação, pois o professor capaz de compreender a subjetividade do outro que há diante de si torna-se capaz de compreender o mundo para além de si mesmo, de ver o Outro que há em si, sem nunca ter se dado conta disso.

Este mesmo professor poderá ajudar seus alunos a se verem e se pensarem, na necessidade da descoberta de limites e na reta reflexão das opções de que dispõem para efetuar suas escolhas. Vamos continuar vivendo do jeito que vivemos ou não? O quê, como e por que podemos e devemos mudar em nós mesmos e, por extensão, em nosso entorno? Quais são as reais vantagens e desvantagens para agirmos no afã de transformar o tipo de vida que temos no mundo?

Estas questões são fundamentais para o seu ensino, visto que ver o outro demanda uma autocompreensão sofisticada do Eu e uma sensibilidade para ver o Outro. Tanto esta autocompreensão quanto esta sensibilidade serão essenciais para o sucesso da união de indivíduos que se organizam na aprendizagem de agir em coletivo, tendo em vista que as relações humanas não prescindem de significados que afetam permanentemente o corpo, construindo significados positivos e negativos, ou gratificantes e desagradáveis para a vida de cada um, cujo Eu permanentemente busca realizar-se no Mundo mediante todas as representações que são ou que se tornam possíveis de expressar. E, veja bem, sempre expressamos algo para alguém; sempre dependemos do Outro para nos realizar no Mundo, no decurso de nossas vidas.

Um obtém, enfim, a consciência de seus atos no mundo; por um Outro através do qual o Eu de um obtém a ciência do Outro que há em si como sendo um fragmento representacional da cultura. Um Eu que é apenas um Outro diante dos *outros* “Eus”. É dessa integração de tantas individualidades que se desenrolam os grupos, cuja manifestação revela a expressão das identidades culturais e seu modo de produzir seus significados pela produção do que, como e por que consome. O seu sentido coletivo para a representação da vida, sua mundanidade.

Compreende-se, assim, que a cultura seja a manifestação imanente dos signos, pela qual nos é possível interpretar uma ideologia presente. Dessa forma, ter consciência é comungar com uma leitura amalgamada pela e na cultura. É ter ciência da semântica que determinadas ações ou atitudes obtêm nas tramas de um mundo em que os valores são permanentemente cambiáveis pelas representações que se dinamizam com a produção humana para erguer e manter o mundo. E, enfim, ao pensar sobre o Eu e o Outro, pensa-se numa consciência, pois, se o mundo é constituído na integração de subjetividades que se unem na produção de seus interesses para a manutenção da vida, interesses

acordados pelos significados sociais, dos quais se depreende um modo de se produzir o mundo em sua inevitabilidade, há uma ideologia para o viver. A consciência, nessa perspectiva, resulta do compartilhamento de idéias dotadas de um mesmo sentido às coisas do mundo. De todas as conceituações possíveis diante da consciência, a mais convincente explicação nessa exata direção é aquela encontrada em Bakhtin (1977, pp. 35-36), para quem a consciência está repleta de signos e, portanto, cheia de ideologia, pois, para esse autor, a consciência decorre necessariamente pela e na interação social:

A única definição objetiva possível da consciência é de ordem sociológica. A consciência não pode derivar diretamente da natureza, como tentaram e ainda tentam demonstrar o materialismo mecanicista ingênuo e a psicologia contemporânea (sob suas diferentes formas, biológica, behaviorista, etc.). A ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem [fazer crê-lo] o idealismo e o positivismo psicológico. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela [a consciência] reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significativo, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem.

A realidade, portanto, se nos faz perceptível através do aparelho humano que apreende imagens sobrepostas no registro da memória e as reorganiza individualmente. A projeção coletiva das imagens representadas subjetivamente é a convenção de idéias intermediada pelo significado das imagens apreendidas no mundo, dando-nos um sentido para a vida, ao dividirmos valores com o *outro*.

A isso se deve uma organização da mente de cada um, pelo que se forma um Eu cujas opções são selecionadas a partir da lógica de valores que uma pessoa é capaz de significar. Por fim, das imagens do pensamento sobre a realidade, seguindo lógicas morais e éticas, tem-se a orientação para um desenvolvimento de comportamento social esperado, garantido pelas instituições. Compreende-se, assim, que as instituições projetam

idéias e formam imagens que devem ser reproduzidas para que seja possível a uma pessoa ter um determinado tipo de consciência de mundo, cuja realidade existe pela representação simbólica, e que, portanto, foi inventado e fomentado para atender a necessidades individuais e sociais que, por sua vez, exigem um padrão de comportamento, caso uma pessoa queira pertencer a um grupo.

Por todas essas razões, só poderíamos admitir que a consciência se desenvolve pela e na interação de um conjunto de imagens que são apreendidas pelo corpo e nele significadas pelo parâmetro social. As individualidades, assim, digerem valores exemplares da materialidade dos signos formados pelo sistema de comunicação social.

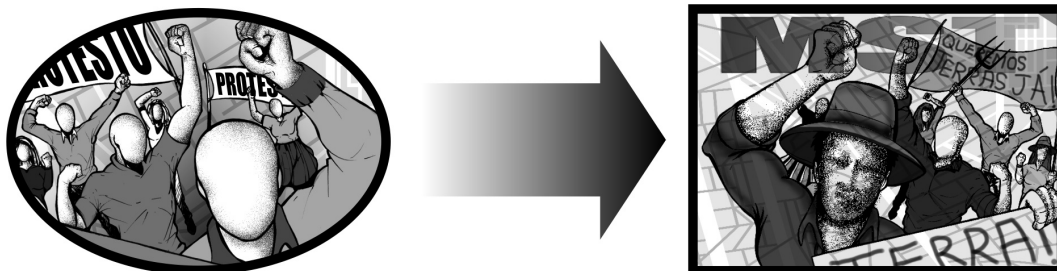
A realidade ideológica compõe uma teia de relações em que o econômico se apresenta destacadamente (MARX, 1977), e as individualidades constituem o eixo motor de produção dessa realidade situada numa ordem determinada pelo tempo-espço. Hoje, tal realidade reúne atributos culturais de uma produção de mundo globalizado. E tudo isso nos é conduzido pela palavra, ou melhor, pelas imagens geradas pelo mercado, numa seqüência de palavras que formam idéias que nos sugerem a representação de uma vida cheia de vantagens e felicidade possível pela integralização das culturas, em sua pluralidade, vantagens que nos são possíveis pelo mercado econômico integrado do mundo contemporâneo.



ATIVIDADE

1. Você percebeu que a representação está em todos os setores da vida? Percebeu que o homem capta a realidade pelos sentidos e a processa em sua mente? Se o homem não tivesse cérebro, ele não seria capaz de projetar as imagens que decodifica pela sua percepção sensorial; logo, não seria capaz de significar registros impressos na memória e formalizar o mundo tal qual o faz. Uma vez que você tenha compreendido bem isso (que a representação é essencialmente a projeção mental de que dispomos para simbolizar todos os fenômenos que captamos pelos sentidos), escreva sobre a importância da consciência para o desenlace de Movimentos Sociais citando a representação que a ação desses movimentos é capaz de engendrar no senso comum.

DAS MOÇÕES DOS SUJEITOS PARA AS LUTAS PELAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS



O conhecimento da realidade exterior – isto é, a aprendizagem dos limites socioculturais e as consequências desagradáveis advindas do custo de ser obrigado a enfrentá-las, bem como as experiências agradáveis com que um grupo social pode recompensar um indivíduo – corresponde, para Laborit (1976), ao princípio de realidade.

Como, para esse autor, a ação resulta, em todos os casos, em uma aprendizagem, a modelagem de redes neuronais realizada pelo cérebro para atender a um tipo de aprendizagem constitui, de fato, uma estrutura adquirida. Tal estrutura é a base das emoções que acompanham os reajustes vasomotor e a circulação da massa sangüínea, de acordo com as variações da atividade dos organismos que estão em jogo para realizar uma ação. Assim, Laborit (1976) complementa:

O sistema cardiovascular sob o controle do sistema nervoso vegetativo permitirá essa adaptação. A *motivação* fundamental dos seres vivos parece assim bem ser a manutenção de sua estrutura orgânica. Mas isto dependerá das pulsões, em resposta a suas necessidades fundamentais, ou das necessidades adquiridas pela aprendizagem (p. 20).

Temos acesso à antecipação graças ao córtex, através de experiências memorizadas dos atos gratificantes ou nociceptivos (desagradáveis), e a elaboração de uma estratégia capaz de satisfazê-los ou de evitá-los, respectivamente.

Laborit (1976) defende existirem três níveis de organização de ação: 1) um nível bem primário, em que o organismo responde a estímulos internos e externos, de modo mecânico e incapaz de adaptação; 2) um nível elaborado para a ação, derivada da soma de experiências anteriores, conservadas na memória como agradáveis ou desagradáveis, úteis ou inúteis, em nível de sensação aprendida – pelo que se subsume a

forma primitiva assim estruturada pela aquisição de uma aprendizagem; 3) o terceiro nível adviria do desejo, em que se situa o desenvolvimento do pensamento frente à articulação da antecipação da ação com a realidade, por meio de estratégias que asseguram ações gratificantes e/ou aquelas que poderão evitar o estímulo nociceptivo. Há, nesse nível, a capacidade de abstração.

Neste terceiro nível de organização situa-se o sujeito contemporâneo diante dos significados sociais de dinâmicas produzidos por sistemas que defendem e garantem a sobrevivência do que é compreendido coletivamente como sendo agradável e que deve ser cultivado. Também se situa o que deve ser evitado, visto que, de algum modo, o que deve ser evitado ameaça a sobrevivência coletiva. No ensaio de “erros e acertos”, movimenta-se o organismo entre o agradável e o nociceptivo, numa consciência do que é “bom” e “mau” à existência, útil ou inútil.

Pensar poder abstrair da realidade antecipações para o bem coletivo é pensar extrair o que coletividades desejam como ações que projetem sensações agradáveis à existência. Certos princípios, religiosos ou não, garantem a sobrevivência da espécie. O mais importante deles, certamente, é “não matarás”. Mas afirmar que determinado produto é melhor ou pior à existência de uma determinada comunidade é pasteurizar modos para que ela venha a expressar a vida, hierarquizando produtos do “melhor para o pior”. E isso se situa apenas no âmbito do juízo de valor, ou melhor, na esfera de signos, cuja posição valorativa (melhor ou pior) assinala categorias construídas por meio de comparações vantajosas para estabelecer uma hierarquia de dominância: códigos de valor; programas intermediados pelas instituições, por meio dos quais uns dominam outros, garantindo sua sobrevivência; uns dizem para outros o que devem ou não consumir; uns ditam como outros devem produzir as suas vidas; uns levam muitos a deixar de se produzir e pensar por si mesmos, de modo a seguir um caminho que pode lhes ser estranho, às vezes impossível.



ATIVIDADE

2. A representação mental depende de três níveis de ação do organismo. Quais são eles?

CONCLUSÃO

Uma vez que grupos entendem estarem à parte de usufruir bens de consumo e vantagens que toda essa dinâmica mercadológica promove como idéias de desejo e lutam contra a representação hegemônica para produzir sua própria realidade de produção de vida, acabando por formalizar um movimento social. Os organismos orgânicos, na integração com pares, formam organismos sociais e travam uma ação para fazer frente aos seus interesses de manutenção. Fundam novos significados diante da falta de sentido que esse mercado promove a partir da visão concreta de poucos usufruírem luxo enquanto outros vivem na miséria ou perto disso. Ou, ainda, entendem que sua miséria sustenta o luxo de ricos empresários, governantes, banqueiros e “parasitas” sociais, que produzem e mantêm uma invenção econômica cuja dinâmica cria ações, bolsas de valores e investimentos associados ao mercado de produtos que, muitas vezes, em nada interessam diretamente às suas vidas, mas das quais pessoas passam a depender indiretamente, queiram ou não. Os movimentos fazem frente à barbárie humana.

Ao ver como as imagens da mente são criadas pelo processo de integração mundo interior x mundo exterior, por meio da relação entre o objeto percebido e o seu registro sógnico, engendrado na memória, entendemos que as representações são dotadas de um sentido tanto pessoal como social. Social, na medida em que os signos estão registrados em todos os fenômenos do mundo, e pessoal, visto que as projeções mentais só podem ser feitas no corpo humano, logo, a partir de sensações percebidas e significadas subjetivamente. O conjunto de significados sociais, na relação entre o fato concreto de vantagens e o de desvantagens, se contrapõe a significados produzidos pelo mercado de consumo, mediados pela comunicação social, cuja idéia defende a razão de que produtos são vantajosos à vida e podem e devem ser distribuídos a todos, pelo que se induzem grupos a ler o mundo por um mesmo prisma, incitando-os a ter um mesmo tipo de consciência diante dos fatos a que são submetidos. A má divisão do que se produz e o difícil acesso a mercadorias que, muitas vezes, são desnecessárias à vida, entretanto, levam sujeitos a entenderem não desfrutar de um mercado de vantagens e a lutarem pelos seus direitos de consumo, ou, ainda, a lutarem para poderem sobreviver dentro do seu melhor possível,

apesar de todo o interesse do mercado de ver o ser humano não pela sua capacidade de se relacionar com os demais, mas como um mero consumidor de produtos oferecidos.

Ao lermos o mundo que nos cerca, vemos poucos usufruírem luxo. São muitos vivendo na necessidade. Tal leitura da organização do mundo que nos cerca pode levar grupos a se unirem para se organizarem de um modo ativo ou passivo, visando atender a suas necessidades de vida. Esse esforço coletivo de organizar a vida para atender a suas necessidades acaba por se encontrar, de uma forma ou de outra, com a inevitabilidade de tudo aquilo que aí já está, pois não são agentes apartados da teia social, não são sujeitos isolados de sistemas socioeconômicos e de sua administração voltada para o que governantes pensam ser fundamental para a manutenção da vida. Os grupos, assim, podem ir contra os interesses hegemônicos ou não, isso dependerá de sua ação e reivindicações.

Enfim, os movimentos sociais podem ser vistos sob a ótica em que pessoas agem dentro de uma mesma consciência para alcançar sua felicidade e bem-estar, já que se encontram em dificuldades para usufruir a rede de vantagens socioeconômicas, associadas às idéias de conforto e facilidades em um mundo que parece ter sido erguido para o prazer. As pessoas querem ser felizes, mesmo que tenham de lutar para viver esse tipo de sentimento.

ATIVIDADE FINAL

Descreva um exemplo que relate sua compreensão sobre a correlação entre as imagens de desejo do consumo e a idéia de felicidade defendida no mercado de produtos que nos são oferecidos. Tente conectar sua idéia com a extensão da importância dos Movimentos Sociais e a representação desse mercado, já que muitos não podem dele obter vantagens para a sua sobrevivência, e, sob este aspecto, assinale como o mundo se encontra em rede.

RESUMO

As imagens sobrepostas de que dispomos na mente humana dinamizam as relações entre as representações pessoais e as representações sociais. Na projeção de imagens de consumo, o mercado apresenta imagens de desejo, remetendo-nos diretamente ao prazer das sensações do corpo e reunindo um conjunto de produtos cuja aquisição trará conforto, facilidades e prazer. A incoerência entre essas imagens de vantagens e a falta de oportunidade a esses acessos mobiliza muitos a conquistar seu espaço social e atender a suas necessidades para a sobrevivência. Categorizados como movimentos ativos ou passivos, grupos tentam agir para sanar problemas sociais, numa organização possível pela qual pensam serem capazes de trazer situações gratificantes às suas vidas, opondo-se à má divisão das vantagens sociais, mediante o que significam como desagradáveis ao organismo. Agem mediados pelos valores do mercado de vantagens à sobrevivência, pois tais grupos vivem sob o mesmo teto das representações do mercado globalizado de consumo de bens, cujas idéias são mediatizadas pela comunicação social para o desenvolvimento da consciência comum, desenvolvendo a imagem de que o consumo trará “felicidade à vida”.

Bem-estar e felicidade: direção comum da ação humana

AULA

15

Meta da aula

Desenvolver a idéia de bem-estar como alvo das ações humanas.

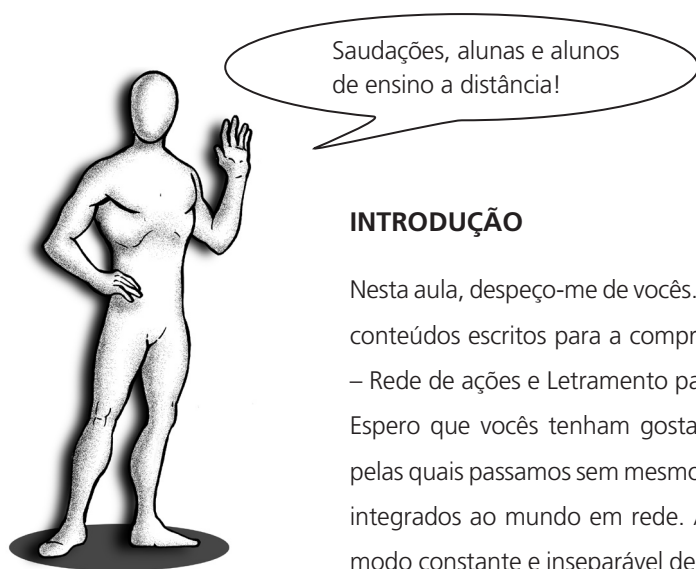
objetivos

Com esta aula, você deverá compreender que:

- As idéias de bem-estar e felicidade como resultados da inteligência para antecipar ações que nos levem a situações gratificantes.
- A ação solidária não escraviza os indivíduos.
- A vivência social está permanentemente associada à Educação, uma vez que nos movemos incessantemente para ações inteligíveis voltadas à conquista e à manutenção de bem-estar, objetivo maior dos Movimentos Sociais.

Pré-requisito

A compreensão desta aula exige a leitura de todas as aulas antecedentes.



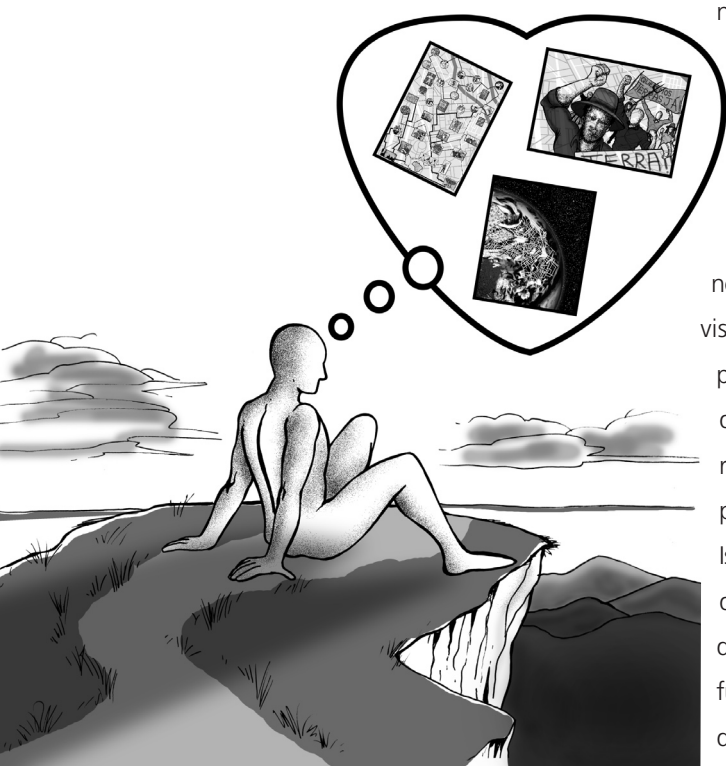
INTRODUÇÃO

Nesta aula, despeço-me de vocês. Aqui, finda-se minha parte no que tange aos conteúdos escritos para a compreensão dos Movimentos Sociais e Educação – Rede de ações e Letramento para o mundo.

Espero que vocês tenham gostado e aprendido muito a respeito de coisas pelas quais passamos sem mesmo nos dar conta de como delas fazemos parte, integrados ao mundo em rede. Ao compreender que a educação ocorre de modo constante e inseparável de todos os processos que mantêm os sistemas criados pelo homem para sua sobrevivência no planeta, compreendemos também que tais sistemas desempenham papéis fundamentais para a dinâmica da vida em sociedade. Entre os sistemas criados pelo Homem, encontram-se os Movimentos Sociais. A moção humana para sobreviver dentro do que lhe é gratificante, evitando ou tentando destruir o que lhe é desagradável, explica em muito a ação do pensamento e do movimento de pessoas que conhecemos e, tenho certeza, até mesmo de cada um de vocês. Nesse sentido, faço votos de que vocês tenham crescido como pessoas, por meio das leituras de todas essas aulas que exigiram que vocês superassem momentos difíceis (de início,

nada gratificantes!), no esforço de conquistar uma nova leitura das suas vidas e do mundo que os cerca (o que pode ser muito gratificante!).

Há muitas coisas pelas quais passamos, que podem ser desagradáveis no início, mas que se tornam especiais para darmos saltos mais altos, no sentido de nos educarem para antecipar ações, visando à conquista de situações que ajuizamos poderem ser repletas de prazer à existência. A ação, desse modo, como já sabemos, está indissociável da razão, remetendo-nos ao mundo da reflexão para podermos realizar coisas e melhorar nossas vidas. Isso nos exige a imaginação. Não uma imaginação que se aproxima daquela a que estamos habituados desde a infância: a de “sonhar acordado”, que é fundamental para escoarmos nossas frustrações, pelo que deixamos as imagens de nossas mentes seguirem



frouxas, à revelia do fluxo mental, mas uma imaginação em que a projeção de imagens é ordenada pelo Eu de cada um, ordenando, por sua vez, o mundo pela mediação entre diferentes representações que se desenvolvem para se oporem a sistemas que não dão conta de necessidades que não são atendidas e o conseqüente mal-estar que disso decorre em determinados grupos.

Diante da inevitabilidade do mundo, obtemos imagens que nos indicam o prazer ser o meio e o fim de se produzir o que nos mantém, mas os sistemas (inclusive e principalmente a Educação) nos forçam a situações nada gratificantes para aprendermos como nos defendermos de obstáculos que nos impeçam de conquistar conforto e satisfação de vida. A Educação nos imputa desenvolver faculdades para que possamos nos beneficiar do que o mundo cria. Um mundo de obrigações e deveres, em que raramente se desenvolve uma consciência de cidadania de forma a atender a interesses para além das razões de se manter tudo do jeito que está, de forma a não se alterar o que é vigente, de ir contra a ordem da produção do mercado de consumo de desejos e do lucro, que jamais foi dividido de forma justa.

As pessoas agem de modo individual e/ou coletivo, no afã de encontrarem a felicidade. Unem-se na expectativa de que, mais bem organizadas, possam usufruir mais momentos vantajosos para as suas vidas. Jamais poderíamos esquecer que tudo o que fazemos é feito pela e para a sobrevivência. Nesse sentido, “não há ninguém melhor do que ninguém”, mas, ao agirmos, muitas vezes parece que não temos consciência disso, pensando que somos melhores que nossos pares. O que nos faz diferentes do comum é o autodomínio que orienta nossas diferentes reações, agindo pelo pensar em como podemos atuar da melhor forma possível, ao em vez de reagir inconscientemente. As representações mundanas e as idéias de prazer são, entre outras, tão fortes em nossa subjetividade que acabamos por nos endereçar à vida de modo totalmente alheio às verdades maiores da manutenção do mundo. Entendê-lo em sua integração para melhor vivermos nossos papéis é necessário, caso queiramos agir na direção do bem-estar coletivo.

Os movimentos sociais, bem como as práticas das ações sociais como um todo, acabam por ter um papel de destaque na dinâmica da vida, pois forçam uma atualização do mundo, ao alterar suas imagens no contexto social. Como aprendemos que todo e qualquer grupo se move na direção de alcançar situações gratificantes, podemos ajuizar o quão desagradáveis são os sistemas em que nos encontramos. Conforme vemos, sociedades com menores índices de violência são aquelas em que a divisão do que se produz encontra-se equilibrada porque mais bem distribuída entre seus cidadãos.

Por fim, todos nós agimos para alcançar satisfação e felicidade. Queremos ter bem-estar e fundar uma vida plena de emoções positivas para o contentamento da vida. Para falar um pouco disso, apresento, em seguida, minha palestra pronunciada no II Congresso de Psicologia da UFRJ, em que trato da participação de profissionais (educadores, psicólogos e outros) em projetos sociais e comunitários.

BEM-ESTAR SUBJETIVO E O TRABALHO EM COMUNIDADES

Para falar sobre bem-estar em comunidades me parece, de pronto, ser necessário explicar o que se entende por bem-estar. Bem-estar é “estar de bem com a vida”, “estar de bem consigo mesmo”, conforme sucintamente costuma afirmar o senso comum. Estar de bem com a vida ou consigo é, de alguma forma, estar satisfeito com o que se tem, ou com o que se é, ou com o que se faz. Assim, entende-se que uma pessoa tem, é ou faz algo de que gosta. E está satisfeita com isso. Mas, pensamos, uma pessoa teria, seria ou faria algo de que gosta sem ter pensado na vida sobre o que ter, ser ou fazer? E se teve que ter pensado sobre isso, não teve que fazer escolhas entre as opções que o mundo em que vive lhe ofereceu?

A satisfação, assim, nessa concepção, está ligada à capacidade e ao desempenho de uma pessoa agir. O sujeito que age é uma pessoa capaz de pensar para superar obstáculos, pois até mesmo encontrar as palavras certas no momento certo exige uma ação do próprio pensamento. Essa idéia nos faz pensar na produção do pensamento. O pensamento limita-se à capacidade de projetar imagens registradas na memória e, portanto, de imagens (re)conhecidas dentro de uma organização. A projeção do pensamento se nos coloca à mente como conjuntos de imagens sobrepostas, podendo formar infinitas organizações de imagens e determinar leituras possíveis mediante o que conhecemos. E conhecemos o que entendemos e entendemos o que lemos das imagens do mundo. A leitura de mundo pressupõe, assim, uma pessoa capaz de apreender signos e poder pensá-los. E os signos compreendem tudo aquilo que tem uma aparência. De modo tal que até uma pessoa é um signo identitário. Podemos assim dizer que também “lemos” pessoas.

A troca de leitura entre pessoas é a leitura intersubjetiva. Esta leitura tem sua representação na troca de ações. Poderíamos dizer ações de troca, pois um age para trocar interesses com o outro. Nesse sentido, o outro também pode ser visto como um obstáculo a ser superado. Não se trata, portanto, de uma ação qualquer, mas uma ação pensada pelo que se percebe do outro. Essa experiência da intersubjetividade é a espinha dorsal da fenomenologia, em que um percebe o outro que o percebe. Um age com o outro que age com ele, num perceber-se mútuo.

Vejam uma leitura refutável, mas não menos instigante, da biografia de personagens ilustres que defenderam causas coletivas: Gandhi jejuou, pedindo atenção do mundo pelo sofrimento, e incita-nos a pensar sobre a forma como lutou pela sua liberdade, cuja redenção tem base em perseverar no sofrimento com otimismo, pois, assim, obteria a liberdade de sua nação; Madre Teresa abriu mão da vida própria e viveu a necessidade de muitos na prática da assistência cristã, aduzindo-nos a perseverar na humildade com otimismo, pois a prática do amor pelo esquecimento de si é o caminho da felicidade em Deus; Robin Hood, segundo a lenda, roubou os ricos com grande satisfação na perspectiva de que, agindo assim, exercia a justiça de que sua gente carecia.

Como considerar o valor de cada ato desses ilustres acima? Projetar imagens de suas atitudes no contexto em que viviam? Pensar essas realidades do seu ponto de vista faz necessário entender o implícito que rege uma microcultura. Os significados que uma comunidade dá a determinados valores, articulando-os de forma a dar continuidade ao processo de suas representações, só pode ser entendido quando suas imagens são vivenciadas. E isso por conta de que apreendemos e damos significados muito próprios àquilo que percebemos pelos sentidos. E vivenciar é isso: compreender pelos sentidos aquilo que a razão desconhece conhecer. A satisfação se situa nesse âmbito cognitivo-afetivo, em que seleciono, pela e na memória, regras e representações para conquistar o meu ter, ser e fazer social. Seleciono aquilo que me afeta, ou seja, o que, por intermédio dos sentidos, se torna impresso como registro no espaço de minha memória. Pensar é selecionar registros na sobreposição de imagens de que se dispõe no *continuum* da mente. Organizar imagens na mente é articular o pensamento. E organizamos as imagens de que dispomos de acordo com a nossa personalidade.

As pesquisas no âmbito da Psicologia indicam o quanto a perseverança e o bom humor contribuem para os estados de satisfação e felicidade, mas não há como saber até que ponto uma pessoa dotada de otimismo, extroversão e bom humor pode dimensionar uma qualidade de vida repleta de bem-estar subjetivo. Pois, além de ser dotada de um conjunto complexo de características determinantes de sua personalidade, cada pessoa faz parte de um processo de permanentes transformações individuais pela inserção social. Cada pessoa constrói sua leitura tendo como referência sua própria vivência. Suas características genéticas também são determinantes, pois o modo como cada pessoa recebe suas impressões de registro depende concretamente de como ela é bioquimicamente constituída, de maneira tal que a realidade é impressa em cada um diferentemente. Assim como uma mesma estampa tem sua figura diferenciada ao ser impressa sobre diferentes superfícies, uma mesma realidade significa apreensões e impressão de registros de modo muito peculiar, pois a impressão da realidade enquanto registro depende do corpo que a apreende.

Uma comunidade, assim, vivenciando suas dificuldades concretas, desenvolve, na sua vivência, seus significados próprios como sendo um registro de sua memória social. Mas, apesar disso, as regras de ordem estrutural assemelham-se a modelos hegemônicos, isto é, há sempre um “chefe” que decide e manda. Um líder que centraliza interesses. Uma hierarquia de pessoas cujos pensamentos parecem projetar imagens organizadas de modo que devem ser seguidas. Mesmo nas cooperativas, associações de moradores e condomínios, há sempre alguém à frente, que decide ou delibera o que deve estar em pauta para ser decidido. Participar, por sua vez, parece ser condição para o bem-estar. Querer colaborar já suscita um espírito aberto para o bem-estar, apesar de que a simples intenção não dimensiona a vivência real da idéia de colaborar. Para o bom convívio, carecemos de paciência e da capacidade sobre-humana de solidariedade. Ver no outro o outro que tem em si, pelo outro que sou, sabendo apenas ser mais um, nesse mundo de tantos outros que não sou “eu”.

À guisa de exemplo, podemos observar, aqui, este congresso, que deve ter sido feito com grande empenho por algumas pessoas que, certamente, em determinados momentos, devem ter se sentido um “bom-bril” (um produto industrializado que serve para mais de uma função

específica), com “mil e uma utilidades”. Faltando apenas um dia para terminar o evento, acreditamos que essas pessoas devem estar exaustas pelo trabalho que tiveram. Mas, se perguntarmos a essas pessoas se todo esse movimento valeu a pena ou não, dificilmente escutaríamos um não como resposta, pois a satisfação de ver algo que se pensou fazer parece ser o coroamento da possibilidade de realização de cada um e, portanto, um poder: o poder de realizar coisas no mundo. Satisfação de ter conseguido realizar algo, melhor, de realizar-se, pois, quando realizamos algo, deixamos na sua realização uma extensão própria do autoconhecimento: algo de si mesmo. Ninguém realiza o que não é capaz de conhecer. E representamos o que conhecemos. Realizar é, portanto, representar o que se conhece.

Mas, voltando à realização deste congresso, como se desenrolaram as relações entre as diferentes pessoas que colaboraram no evento? De pessoa para pessoa, que troca intersubjetiva foi estabelecida? Conseguimos perceber o outro pelo que ele é ou o vemos pelo que nós mesmos somos? Que tipo de leitura eu consigo fazer do outro, apesar de mim? Se a satisfação de algo coletivamente realizável carece de meu bom relacionamento com o outro que não sou eu, não dá para ser feliz sozinho.

Isso tudo é teoria. E a prática?

A prática de meu trabalho comunitário é essa que vocês estão vivenciando aqui, isso é, articular idéias para que pessoas possam pensar coisas que haviam sido pensadas antes de forma diferente, na ousadia de se tentar reler o mundo.

As pessoas querem ser felizes. Querem ter coisas como qualquer outra pessoa do nosso tempo. Querem melhoras de qualidade de vida.

Dividir e recriar a realidade de modo a tecê-la com o outro – eis, do meu ponto de vista, a maior dificuldade da empresa coletiva. Saber pensar coletivamente, ou produzir a ação do pensamento de modo que imagens coletivamente venham a se sobrepor, inovando a organização de realidades psicossociais. Por que as imagens da decisão têm que vir de um só sujeito? Somos todos sujeitos chamados pela vida para superar obstáculos.

Mas o que experimentamos na troca com o outro?

Ver o outro demanda enxergar suas características de personalidade, caráter e temperamento. É claro que nos sentimos mais seguros diante da previsibilidade de pessoas de caráter confiável e temperamento sereno.

Mas a personalidade de cada um revela-nos como uma pessoa consegue lidar com os sentimentos a que estamos sujeitos: raiva, inveja, ciúme, rejeição, desejo de poder, sujeição, ansiedade e carências... É através da personalidade que percebemos como uma pessoa gere seus sentimentos e...lemos suas atitudes, através da compreensão do fenômeno de seu movimento no mundo.

Ver o outro para além de si demanda compreendê-lo sem ter como referência o próprio umbigo. Compreender seus defeitos e ver em sua ação aquilo que não temos em nós não é nada fácil: “ninguém a outro ama senão o que ama o que há de si nele; ou é suposto..”, escreveu Fernando Pessoa. De certo modo, do nosso umbigo desejamos que o outro seja uma extensão de nós. E, nesse sentido, uma ação é necessária: a ação solidária frente ao que há de mais real no humano: a real possibilidade de cada um enfrentar a própria pequenez, tendo como referência a organização do outro que lhe é estranho.

Creio que é nessa direção que pretendi, finalmente, endereçar a minha fala: no sentido de que o agir do psicólogo ou do educador tem como objetivo o desenvolvimento de pessoas capazes de superar obstáculos. Pelo que penso, isso demanda um conhecimento vinculado ao perceber-se no outro, percebendo-se a si mesmo. Conhecer em si aquilo de que carece, desenvolvendo-se, em suas escolhas, sem a presunção de que poderá se estender para além do seu autodomínio. Nesse sentido, convido as pessoas a pensar em deixar de lado a presunção de que uma pessoa possa ascender outras ao patamar que se projeta. As pessoas simplesmente se desenvolvem, desenvolvendo conhecimento, e o conhecimento ocorre a todo instante, na permanente troca intersubjetiva de leituras e ações. E nada poderá garantir o controle de como uma pessoa irá usar o que conhece. Mas, viver bem exige-nos ciência para superar obstáculos. Satisfazer-se com o que se tem, é ou faz, na ação limitada de um mundo egoísta.

Acredito, então, que devemos pensar no cinismo do nosso tempo. Devemos fazer nossas escolhas e perceber melhor nossas ações, a fim de não usarmos o conhecimento que temos para escravizar pessoas com idéias que não as apóiem em sua própria possibilidade de construção de vida. Escravas ou dependentes, como pessoas poderiam se sentir satisfeitas? Depender do outro é estar à sorte do que o humano tem de volúvel. Mesmo assim, a Psicologia revela que o estado de felicidade ocorre quando uma pessoa divide momentos com a família e os amigos; isto é, repetindo, não dá pra ser feliz sozinho.

A prática do trabalho comunitário, portanto, visa a demandas sociais, objetivando o bem-estar pela ação solidária. Nessa perspectiva, cremos ser perfeitamente possível afetar pessoas pela compreensão de leituras que passam muito longe de serem feitas pelo nosso próprio umbigo...

Se de algum modo afeto sua subjetividade, na perspectiva de que você (ouvinte) faça disso um uso para sua leitura e ação no mundo, então sinto satisfação em alcançar o objetivo de minha ação: fazer pessoas pensarem para superar obstáculos (RIBEIRO, 2003).

Como vocês podem perceber (acredito!), ao longo desta disciplina, tentei levá-los a pensar comigo sobre nossa condição humana, explicando os diferentes aspectos dos Movimentos Sociais e da Educação, através das inúmeras dimensões que se entrelaçam na constituição da vida – apesar de o conhecimento tradicional desconsiderar tal interseção disciplinar (interdisciplinaridade). Muitas foram as minhas brigas em defesa de apresentar conteúdos que cri serem necessários para o seu aprendizado bem fundamentado e global dos Movimentos Sociais e da Educação. Agi na defesa de que alunos de ensino a distância devem ter acesso a significados complexos e de que não subestimem sua própria capacidade. Agi assim pois compreendo que o que entendemos e produzimos em vida revela a nossa capacidade de olhar o mundo e nele habitar, colaborando para que as coisas sejam de uma forma e não de outra. Desejo que vocês cresçam e se instrumentalizem de modo mais sólido diante da prepotência e da intransigência de quem esteja no poder.

A potência humana se manifesta, pois, de acordo com nossas crenças e desenvoltura para agir na realização do que desejamos fazer de nossas vidas e do nosso entorno. Portanto, como podemos retamente afirmar, nos tornamos aquilo que produzimos no mundo (mas, lembre-se da aula anterior, em que cito o exemplo de Shakespeare: não nos reduzimos ao que fazemos, pois somos seres para a produção, enquanto temos vida!) e só somos capazes de produzir o que entendemos pela leitura de mundo que somos capazes de realizar. Pela leitura e suas múltiplas interpretações, traçamos nossa ação e damos direção e sentido ao mundo. A leitura é iniciada desde antes da alfabetização, quando aprendemos os signos que nos são apresentados como uma grande, gelada e gostosa Coca-Cola, num dia de verão, tomada ainda nos braços de nossas mães – que querem o melhor do mundo para nos dar... Mas é na escola que se formaliza a leitura de signos que chamamos alfabetos, bem como outros signos pelos

quais estão implícitas diferentes ideologias, formas de pensar e orientar a conduta coletiva. Por conta disso é que convidei a professora Virgínia de Oliveira Silva para escrever sobre Letramento e Movimentos Sociais, complementando teorias que fundam uma prática consciente do papel na Educação brasileira e nos oferece um manancial rico de informações para o acesso a diferentes tipos de movimentos sociais.

Boa leitura! Espero que vocês tenham prazer em aproveitar os conteúdos passados e que continuem nesse fluxo com as aulas seguintes, entendendo que não há como mudar nada do que aí está se não nos mudarmos a nós mesmos, considerando nossa própria barbárie, egoísmo, defeitos e enorme falta de capacidade para dividir o que produzimos com nossos pares. Enfim, compreendendo que de tudo isso carece a melhoria e conquista do bem-estar social.

ATIVIDADE

Faça uma redação sobre a sua compreensão global dos Movimentos Sociais e da Educação, considerando a rede de ações humanas para o mundo e a permanente inclinação do homem a se mover na direção da busca da felicidade. Saliente aspectos positivos e negativos que, em seu juízo, possam ocorrer no trajeto dessa busca e sinalize até que ponto a ousadia e a coragem de ser contencioso podem auxiliar indivíduos e grupos a conquistar melhorias para o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Conceituando escrita, alfabetização e letramento

AULA 16

Meta da aula

Apresentar o conceito de *letramento*, distinguindo-o do que se convencionou como conceito de *alfabetização*.

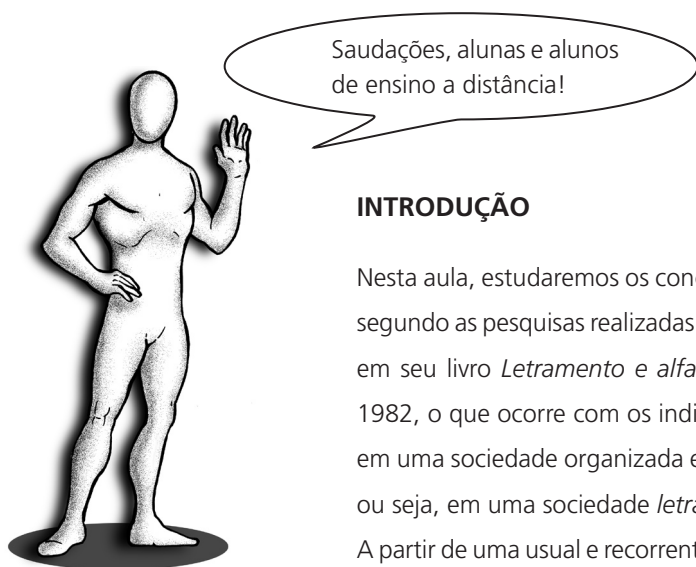
objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Apresentar os conceitos de *escrita*, *alfabetização* e *letramento*.
- Distinguir entre o conceito de *letramento* e o conceito de *alfabetização*.
- Analisar a questão da escrita e da leitura numa dimensão maior que o da escrita e da leitura das palavras.

Pré-requisito

O estudo do conteúdo desta aula depende da idéia conceitual de rede e a integração humana inerente à sua dinâmica, tratada na Aula 11.



INTRODUÇÃO

Nesta aula, estudaremos os conceitos de *escrita*, *alfabetização* e *letramento*, segundo as pesquisas realizadas por Leda Verdiani Tfouni (2002) e publicadas em seu livro *Letramento e alfabetização*, no qual afirma investigar, desde 1982, o que ocorre com os indivíduos adultos não-alfabetizados que vivem em uma sociedade organizada essencialmente por meio de práticas escritas, ou seja, em uma sociedade *letrada*.

A partir de uma usual e recorrente citação, sobretudo no campo da Educação, aprendemos com o mestre Paulo Freire (1997), que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. Somos levados, assim, a entender que o ato de viver e o de construir significados por meio da(s) linguagem(ns) se implicam mutuamente. Viver é simbolizar. É exatamente essa decodificação dos significados e das suas simbolizações – que os homens produzem individual e socialmente – a que se remete Paulo Freire ao empregar a expressão “leitura de mundo”.

O mundo, a realidade – de um ponto de vista filosófico, sociológico, antropológico, histórico e psicológico –, não é algo dado, pronto: está sempre sendo feito e refeito pelas interações humanas produtoras de significações. Portanto, o mundo social precisa estar sendo recorrentemente decodificado, interpretado, ressignificado: *o que é mesmo que está sendo dito, agora?* Será que o que está sendo dito agora é compreendido da mesma forma por mais de uma pessoa? Interpretar enunciados depende da subjetividade de cada um, daí as crianças verem o mundo de uma forma, os adolescentes de outra e por aí vai, por exemplo. Não é à toa que temos significados diversos para atos ou objetos idênticos em diferentes culturas: aquilo que numa certa cultura é apreciado em outra é depreciado; aquilo que é permitido em determinada cultura é proibido em outra etc.

Dessa forma, os significados adquirem modulações/variações em função das diferenças de cultura, de classe social, de gênero, de idade, de etnia, de região, de individualidade, dos meios de comunicação etc. O repertório sociocultural é variado e múltiplo e, como dispositivo de criação de valores e orientação das ações sociais, vai sendo recriado – não com o sentido da

reprodução idêntica de um algo, mas com o sentido de uma reprodução que é promovida pela reinvenção.

A experiência do letramento está diretamente relacionada a essa vivência da decifração sociocultural das linguagens, uma vez que podemos verificar no nosso cotidiano que um analfabeto pode não saber dominar o código alfabético, mas sabe o significado de rótulos, de placas indicativas, de procedimentos práticos em determinadas situações etc. As formas de alfabetização deveriam também levar isso em conta.

É o que aponta Paulo Freire (1997), quando nos diz que “linguagem e realidade se prendem dinamicamente”, ou seja, torna-se impossível realizar a leitura da palavra sem a experiência da decodificação (ressignificação) do contexto sociocultural.

ESCRITA, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Segundo Tfouni (2002), escrita, alfabetização e letramento compõem um conjunto indissociável, em que os sistemas de escrita seriam um *produto* cultural por excelência, já que são produções humanas, isto é, não-naturais, nem divinas, pois não caíram do céu por milagre, enquanto que a alfabetização e o letramento seriam *processos* de aquisição de um sistema escrito, logo, culturais.

O tema que estamos estudando nesta aula traz à tona o **NEOLOGISMO** “letramento”, utilizado para distinguir uma nova percepção da relação humana com uma de suas produções simbólicas – a escrita –, uma vez que o conceito tradicionalmente atribuído à alfabetização, conforme veremos adiante, não deu conta desta tarefa.

A alfabetização, para Tfouni (2002), estaria relacionada mais propriamente à aquisição da escrita como aprendizagem de habilidades para a leitura, a escrita e as práticas de linguagem. A alfabetização seria adquirida formalmente, ainda segundo a autora, pelo processo de escolarização, pertencendo, assim, ao plano *individual*. Já o letramento focalizaria os aspectos *sócio-históricos* da aquisição da escrita, procurando, entre outras tarefas, “estudar e descrever o que ocorre nas sociedades quando adotam um sistema de escritura de maneira restrita ou generalizada”.

O letramento tem por objetivo pesquisar quem é alfabetizado e também quem não o é, desligando-se, dessa forma, de focar o individual e centralizando-se mais no social. Grosso modo, letramento, para essa autora, seria o processo de exposição aos usos sociais da escrita que os indivíduos sofrem mesmo que, no entanto, não saibam ler nem escrever.

NEOLOGISMO

Palavra nova ou nova aceção de palavra já existente na língua.

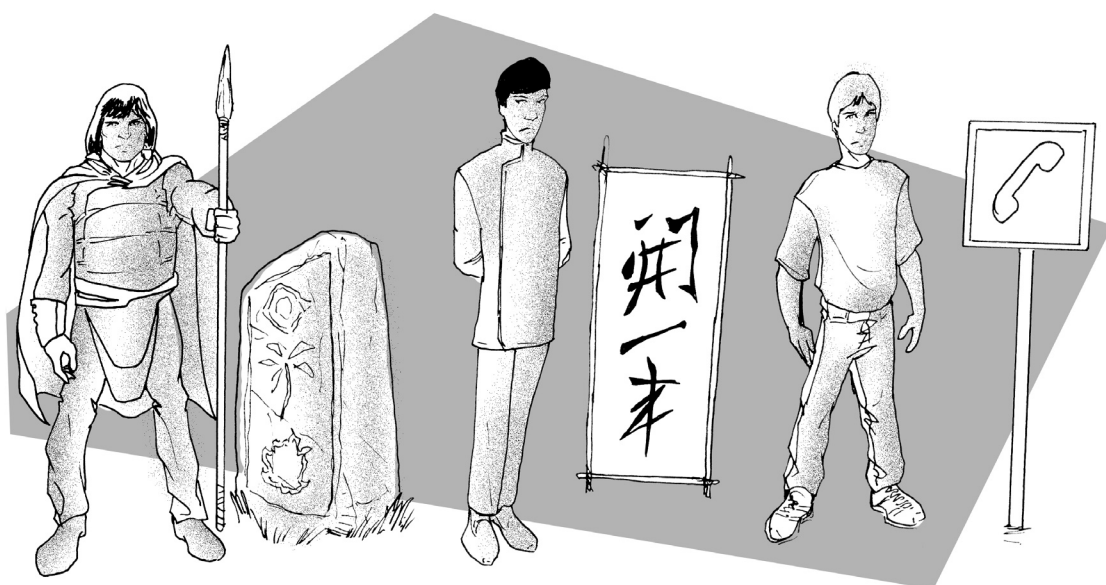
A escrita

“...a escrita (...) é tanto o meio como o produto da experiência de cada um no mundo...” GIROUX

A invenção da escrita data aproximadamente de 5000 a.C., mas a sua difusão e adoção deram-se – e dão-se até hoje, inclusive - de modo lento e sempre sujeito a fatores políticos e socioeconômicos. Nesse sentido, podemos afirmar que não há neutralidade no processo de disseminação dos sistemas escritos, visto que sempre se encontram condicionados a um determinado contexto histórico-temporal. Tanto é que vários códigos foram criados pelos homens, como por exemplo:

- a) **pictográficos** – simbolizando diretamente os referentes concretos;
- b) **ideográficos** – procurando representar o pensamento ou as idéias;
- c) **fonéticos** – “representação” aproximada dos sons da fala.

Porém, nenhum deles pode ser considerado como sendo um produto neutro, e sim como resultado das relações de poder e de dominação existentes em toda e qualquer sociedade humana. Quando um código é socialmente difundido entre coletividades implica uma supremacia de idéia. Assim, por exemplo, foi você que inventou a placa de trânsito? Certamente, não, pois quem está no poder é que determina o que e como códigos devem ser compreendidos.



Esta relação de poder é melhor compreendida quando pensamos que a escrita serviria para difundir e socializar as idéias e os conhecimentos. No entanto, podemos notar que, muitas vezes, é exatamente o contrário que se dá, ou seja, ocorre um processo de ocultação, de velamento, para garantir a manutenção do poder a quem a ela tem acesso, impedindo o processo de participação e proporcionando, assim, a exclusão social.

Tfouni (2002) nos chama a atenção para o fato de a escrita também se relacionar ao desenvolvimento cognitivo e social dos povos, assim como a mudanças profundas em seus hábitos comunicativos, ilustrando com os exemplos de anotações do processo de troca e empréstimo de mercadorias realizadas na Mesopotâmia (hoje em dia, partes do Irã e do Iraque), por meio da mais antiga forma de escrita, a suméria.

Aproximadamente no século VIII a.C., a escrita alfabética (sistema fonográfico) foi introduzida no Ocidente, mais precisamente na Grécia e Jônia. No entanto, isto não acarretou, de início, mudanças na cultura de tradição oral daquela sociedade, posto que, como vimos, é demorado e lento o processo de difusão de um sistema escrito, durando, até mesmo, séculos.

Sendo assim, apenas nos séculos V e VI a.C. a sociedade grega pôde ser reconhecida como *letrada*, e, não por coincidência, exatamente no momento histórico em que passava por um processo de transformações culturais e político-sociais radicais (sobretudo com o processo de democratização da política e com o surgimento do pensamento lógico-empírico e filosófico). Nesse contexto, a sociedade grega se diferenciava de outras civilizações da mesma época, pois não possuía membros sacerdotais que monopolizassem o acesso à palavra escrita, que era de domínio comum e servia para a discussão de idéias.

A escrita pode ser considerada, assim, tanto como uma das causas para o surgimento das civilizações modernas, quanto para o desenvolvimento científico, tecnológico e psicossocial das sociedades que a tenham adotado de modo amplo. Embora não se possa esquecer, como já foi dito antes, dos fatores de relação de poder e dominação que estão por trás do uso restrito ou generalizado de um sistema escrito.

A alfabetização

Segundo Tfouni (2002), há duas formas usuais de se compreender a alfabetização:

- a) como um processo de aquisição individual de habilidades necessárias à leitura e à escrita;
- b) como um processo de representação de objetos diversos, de naturezas diferentes.

Tfouni (2002) critica a primeira concepção, pois daria a impressão de que a alfabetização tanto poderia chegar a um final quanto ser associada a objetivos instrucionais. Ao contrário dessa linha de pensamento, a autora, dentro de um ponto de vista sociointeracionista, destaca que, por compreendê-la como um processo, a alfabetização se caracterizaria pelo seu aspecto de incompletude e que o ato de descrever os objetivos a serem atingidos durante tal experiência atenderia mais às necessidades de formalização das práticas escolares do que à alfabetização em si. Ela nos alerta para o fato de não se poder definir o processo de alfabetização como o de escolarização, ou seja, como os objetivos que são comumente propostos pela escola apenas por ser, usual e formalmente, o lugar por excelência onde a alfabetização se realiza.

Nesse sentido, a alfabetização como processo individual seria sempre incompleto, uma vez que a sociedade está em constante mudança e o esforço do sujeito em se atualizar se dá de modo contínuo. A alfabetização não pode ser encarada meramente como a habilidade de decodificação da escrita, já que os usos sociais realizados pelos sujeitos da leitura e da escrita referem-se sempre às suas práticas culturais.

Produzir ou compreender um texto simplório como o de uma cartilha ou de um texto mais complexo como o da argumentação sobre os prós e contras de uma determinada questão legislativa revela atividades distintas da perspectiva de alfabetização de um mesmo indivíduo. Sendo assim, Tfouni (2002) propõe que se fale em *graus* ou *níveis* de alfabetização. A movimentação dos sujeitos dentro dessa perspectiva escalonada, embora possa se iniciar na formalidade do processo escolar, não se esgota aí e é determinada pelas diversas práticas sociais em que os sujeitos se engajam ou deixam de se engajar ao longo de sua existência. Não podem ser ignoradas as práticas sociais mais

amplas (diferentemente das práticas mecânicas e funcionais, muitas vezes atribuídas à alfabetização), para as quais a leitura e a escrita são necessárias e nas quais serão realmente utilizadas.

Ancorando-se, junto com Emília Ferreiro, no seio da segunda concepção de alfabetização anteriormente citada, Tfouni (2002) destaca que a escrita não deve ser considerada como a codificação da transcrição gráfica da fala, mas sim como um sistema de representação que tem se modificado historicamente. Sendo assim, não se deve privilegiar a simples codificação e decodificação de sinais gráficos durante a alfabetização, mas deve-se respeitar o processo de simbolização que a criança vai percebendo que a escrita representa à medida que desenvolve o seu próprio processo de aquisição de leitura e escrita, ou seja, os “aspectos construtivos” das produções infantis durante a alfabetização.

A alfabetização, assim, deixa de ser considerada como ensino de sinais gráficos correspondentes aos sons da fala, e a relação que se verifica entre a escrita e a oralidade não é mais a de dependência desta com aquela, mas sim de interdependência, ou seja, esses dois sistemas se influenciam mutuamente. O processo de aquisição da leitura e escrita é agora percebido não mais como linear (som-grafema), mas é visto como complexo, passando, inclusive, por diversos estágios durante o seu desenvolvimento.

O letramento

Para Tfouni (2002), “enquanto a alfabetização se ocupa do processo de aquisição da leitura e da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. A autora destaca que os pesquisadores da questão do letramento se debruçam, entre outras, sobre as seguintes questões, tentando resolvê-las:

a) Quais mudanças sociais e discursivas ocorrem em uma sociedade quando ela se torna letrada?

b) Grupos sociais não-alfabetizados que vivem em uma sociedade letrada podem ser caracterizados do mesmo modo que aqueles que vivem em sociedades “iletradas”?

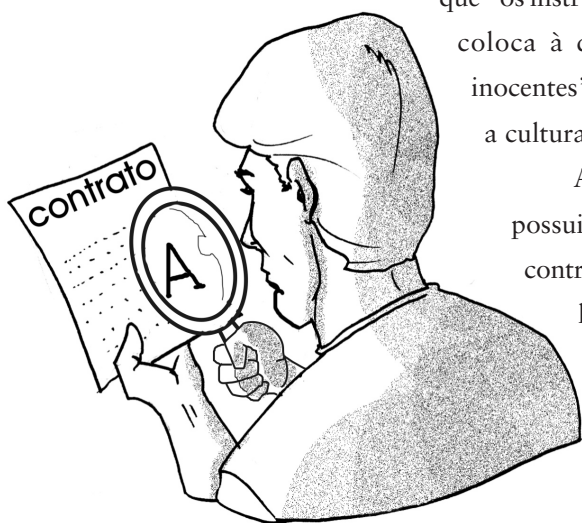
c) Como estudar e caracterizar grupos não-alfabetizados cujo conhecimento, modos de produção e cultura estão perpassados pelos valores de uma sociedade letrada?

Assim sendo, as pesquisas sobre o letramento não se reduzem apenas ao universo de quem já adquiriu a escrita, a quem já é alfabetizado, mas procuram verificar também o que ocasiona a ausência da escrita em nível individual, porém sempre remetendo a contextos mais amplos, ou seja, buscando analisar, entre outros fatores, as características da estrutura social que possuem relação com os dados encontrados. Neste sentido, tanto a ausência quanto a presença da escrita em uma sociedade devem ser consideradas como questões importantes, pois atuam simultaneamente como causa e consequência de transformações sociais, culturais e psicológicas, muitas vezes, radicais.

Tfouni (2002) destaca que, para Vygotsky (1984), o letramento seria a causa da produção de formas mais sofisticadas do comportamento humano – os chamados “processos mentais superiores” – como, por exemplo: o raciocínio abstrato, a memória ativa, a resolução de problemas etc. Ampliando os horizontes sociais, a autora aponta que o letramento é considerado como produto do desenvolvimento do comércio, da diversificação dos meios de produção e da complexidade da agricultura e, ao mesmo tempo, numa perspectiva dialética, revela-se como sendo uma das causas das transformações históricas profundas como a invenção da máquina a vapor, do telescópio, da imprensa, e mesmo da sociedade industrial.

A exemplo do que ocorre com o processo de difusão dos sistemas de escrita, Tfouni (2002), citando Ginzburg (1987), ressalva também que “os instrumentos lingüísticos e conceituais” que o letramento coloca à disposição dos sujeitos não são “neutros nem inocentes”, ou seja, a capacidade de dominar e de transmitir a cultura escrita é também uma fonte de poder.

A autora salienta ainda que o termo “letrado” não possui sentido único nem é simples e uniforme, mas, ao contrário, descreve um fenômeno complexo, intimamente ligado à questão das mentalidades, da cultura e da estrutura social como um todo. Propõe também que não se possa utilizar o termo “iletrado” como antítese de “letrado”, postulando que não existe, nas sociedades modernas, o letramento de “grau zero”, ou seja, não existe o “iletramento”. Seria o caso de crianças “lerem” as marcas comerciais,



sem ao menos saberem “ler”. De uma perspectiva sócio-histórica, destaca que o que existe nas sociedades industriais modernas são “graus de letramento”, não se pressupondo a sua inexistência completa. Não aceita também o uso de “iletrado” como sinônimo de “não-alfabetizado”.

Citando a perspectiva etnocêntrica presente em vários estudos de psicologia transcultural, etnolingüística, psicologia cognitiva e antropologia, Tfouni (2002) critica e propõe que seja revista tal concepção que afirma que somente com a aquisição da escrita as pessoas desenvolveriam o raciocínio lógico-dedutivo, a capacidade para fazer inferências, para resolver problemas etc., além de asseverar que o pensamento dos alfabetizados é “racional”, enquanto os não-alfabetizados possuem o pensamento “emocional”, “sem-contradições”, “pré-operatório” etc., sendo vistos como incapazes de tecer raciocínio lógico, de fazer inferências, de efetuar descentralizações cognitivas etc.

A autora propõe duas formas para se acabar com tal etnocentrismo. A primeira seria considerar o processo de alfabetização e o de letramento como processos interligados, porém separados em sua natureza e abrangência. A segunda seria considerar o letramento como um *continuum*. Seriam evitadas, assim, segundo a autora, classificações preconceituosas como as ocasionadas pelas categorias “letrado” e “iletrado” e a confusão que se dá entre essas e as categorias “alfabetizado” e “não-alfabetizado”, separando-se o fenômeno do letramento do processo de escolarização, que, como já foi visto, costuma acompanhar o processo de alfabetização.

Tfouni (2002) nos instiga à reflexão utilizando uma questão retórica, já que ela mesma a responde positivamente:

Pode-se encontrar em grupos não-alfabetizados características que usualmente são atribuídas a grupos alfabetizados e escolarizados?
Se a resposta for positiva, estaremos mostrando que letramento e alfabetização são distintos, e devem ser estudados separadamente.
E a resposta, de fato, *é positiva* (p. 25).

Prova pelos resultados de suas pesquisas com adultos não-alfabetizados que, ao contrário do que comumente se costuma pensar, tais sujeitos são capazes de descentrar seu raciocínio, resolvendo conflitos e contradições que se estabelecem no plano das relações.

Segundo a autora, a explicação para tal fenômeno não se localizaria no fato de o indivíduo ser ou não alfabetizado, mas, sim, se ele está inserido numa sociedade letrada ou não, ou seja, está na

sofisticação dos processos de comunicação, dos modos de produção, das demandas cognitivas pelas quais passa toda uma sociedade quando se torna letrada e que inegavelmente irão influenciar aqueles que nela vivem, sejam eles alfabetizados ou não.



ATIVIDADE

1. Dê exemplo de alfabetização, escrita e letramento.

RESPOSTA COMENTADA

Lembre-se de que a escrita depende essencialmente da alfabetização, mas o letramento não, no sentido de que somos capazes de ler tudo que há no mundo, mesmo sem sermos alfabetizados. Por outro lado, só aprendemos o alfabeto pela leitura dos signos!

ALIENAÇÃO

Alheamento dos sujeitos de seus próprios interesses e condições de vida. Utiliza-se correntemente para designar as situações inauguradas no mundo moderno e industrial em que pessoas e grupos sociais adotam idéias, hábitos e posturas estranhos e muitas vezes nefastos a si mesmos.

CONCLUSÃO

Nas sociedades industriais modernas, paralelamente ao desenvolvimento científico e tecnológico ocasionado pelo letramento, existe um desenvolvimento correspondente, em nível individual ou de pequenos grupos sociais, que independe do processo de alfabetização e de escolarização. No entanto, esse desenvolvimento tem um preço, pois aliena os indivíduos de seu próprio desejo, de sua individualidade e, muitas vezes, de sua cultura e de sua historicidade. Tfouni (2002) afirma que a **ALIENAÇÃO** também é um produto do letramento. Afirma, ainda, que a ciência é produto da escrita e a tecnologia, produto da ciência, e que funcionam como elementos **REIFICADORES**, principalmente para aquelas pessoas que, mesmo não sendo alfabetizadas, são “letradas”, mas não têm acesso ao conhecimento sistematizado nos livros, compêndios e manuais.

REIFICADORES

De reificação. Diz-se dos processos e dispositivos que transformam em coisas os sujeitos sociais, desprovendo-os de humanidade.

A autora destaca também o fato de, muitas vezes, testemunharmos, como consequência do letramento, o fato de muitos grupos sociais não-alfabetizados abrirem mão do próprio conhecimento, da própria cultura. Isso também caracterizaria essa relação como de tensão constante entre poder, dominação, participação e resistência, o que não pode ser ignorado quando se busca compreender o produto humano por excelência: a escrita e seus decorrentes necessários, a alfabetização e o letramento – o que veremos nas próximas aulas.

RESUMO

Escrita, alfabetização e letramento compõem um conjunto indissociável. A escrita seria um *produto* cultural, enquanto a alfabetização e o letramento seriam *processos* de aquisição de um sistema escrito.

A concepção equivocada que usualmente se faz sobre o processo de alfabetização associa-o a um modelo linear e “positivo” de desenvolvimento, pelo qual a criança aprenderia a utilizar e a decodificar símbolos gráficos que representariam os sons da fala, partindo de um ponto determinado e chegando a um outro patamar. Nesta aula ressaltamos que, na realidade, tal processo não se dá de maneira simplória, pois é preciso considerar diversas outras variáveis, desde a questão da alfabetização que ocorre quase sempre junto com a escolarização até a concepção de que este não é um processo linear, que, ao contrário, envolve níveis de complexidade crescentes, em cada um dos quais a criança conhece e constrói diferentes objetos.

Por fim, o conceito de letramento compreende o processo de exposição às práticas sociais da escrita que os sujeitos sofrem, sejam esses indivíduos alfabetizados ou não.

ATIVIDADES FINAIS

1. Quais são alguns exemplos possíveis de práticas sociais que exigem dos sujeitos (sejam crianças, jovens ou adultos) o domínio da escrita?

RESPOSTA

Diversas são as práticas sociais que exigem dos sujeitos (sejam crianças, jovens ou adultos) o domínio da escrita, desde a urgência de se produzir um bilhete para um parente próximo ou para um empregado até a necessidade de se enviar uma carta cobrando e oferecendo notícias a um amigo ou sócio distante, passando inclusive pelas práticas do preenchimento de um formulário, da produção de um currículo, de um cartão de Natal etc.

2. Que competências o educador/alfabetizador poderia desenvolver para lidar com as questões estudadas nesta aula?

RESPOSTA

Para realizar novas experiências no campo da alfabetização, torna-se necessário que o professor/alfabetizador se liberte do uso de cartilhas e revise sua própria experiência de alfabetização, procurando criticar a idéia de que a alfabetização se restringe a cópias mecânicas, já que a relação com as palavras transcende a mera correspondência gráfico-fonética, exigindo a vivência do contexto imaginativo e significativo de que se alimentam a escrita e a leitura nas diversas práticas sociais.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você estudará a relação existente entre a alfabetização, a leitura, o letramento e cidadania.

Leitura e letramento

Meta da aula

Desenvolver o conceito de *leitura*.

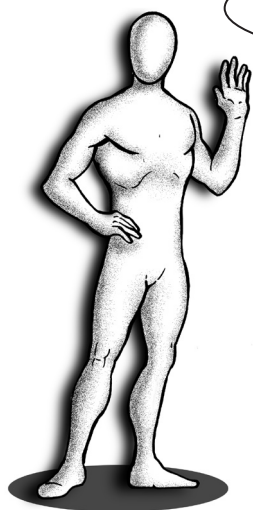
objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Reconhecer o conceito de *leitura* como um dentre os diversos processos de inserção dos sujeitos no mundo.
- Analisar a questão da escrita e da leitura numa dimensão maior que a da escrita e da leitura das palavras.
- Identificar processos de compreensão/leitura do mundo a partir da interação homem/contexto histórico-temporal.

Pré-requisito

O estudo do conteúdo desta aula se torna mais fácil se você tiver conhecimento dos conteúdos da aula anterior.



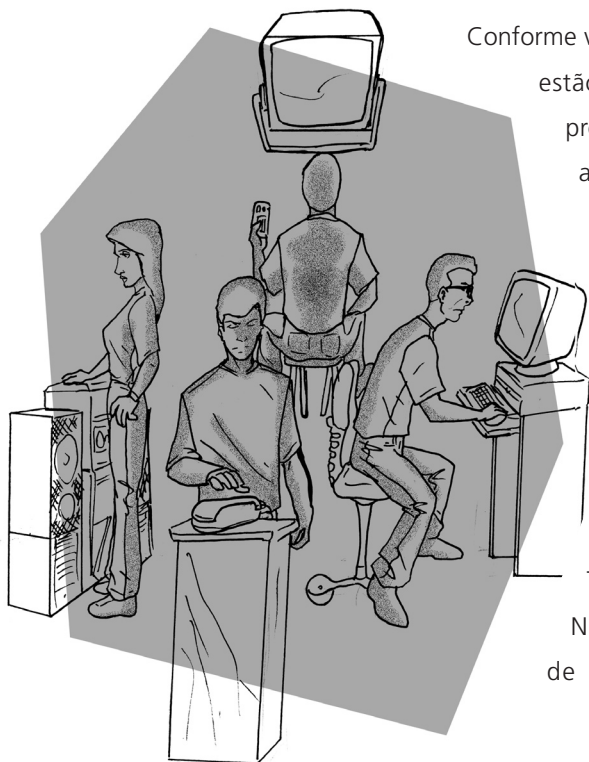
Saudações, alunas e alunos
de ensino a distância!

INTRODUÇÃO

*No meio da pedra tinha um caminho
tinha um caminho no meio da pedra
tinha um caminho
no meio da pedra tinha um caminho.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio da pedra
tinha um caminho
tinha um caminho no meio da pedra
no meio da pedra tinha um caminho.*

(“No Meio da Pedra ou Túnel”, de Jorge Duarte, parodiando Carlos Drumond de Andrade.)



Conforme vimos, as pessoas nas sociedades de consumo de massas estão o tempo todo lidando com diversos processos de produção de conhecimento, sistematizados ou não. Como a relação entre saberes e produção científico-tecnológica se intensificou por causa das demandas da era pós-industrial, a informação ganhou uma importância e uma velocidade até então desconhecidas na história da humanidade, em função, principalmente, das novidades tecnológicas relacionadas aos meios de comunicação. As relações humanas praticamente deixaram de ser face a face e se mediatizaram. Há quase sempre uma *mídia* entre os sujeitos do discurso: imprensa escrita, rádio, satélite, TV, computador...

No entanto, a contrapartida desse intenso processo de desenvolvimento se verifica na alienação em que

se encontram os indivíduos em relação aos seus próprios desejos, às suas individualidades, às suas culturas e à sua historicidade. Como vimos na aula anterior, Tfouni (2002) afirma que a alienação também é um produto do letramento, uma vez que muitos grupos sociais não-alfabetizados abrem mão de seu próprio conhecimento, de sua própria cultura. Essa relação se caracteriza por uma tensão constante entre poder, dominação, participação e resistência, o que não pode ser ignorado quando se busca compreender a escrita e seus decorrentes necessários (a alfabetização e o letramento) e suas relações com os sujeitos cidadãos.

Essa busca de diferentes sujeitos organizados coletivamente por identidades e culturas próprias – identidades de gênero, de classe, de corporação ou de etnia – se constituiu na tônica dos Movimentos Sociais da década de 1990. Mas antes de entrarmos nesse ponto, por questões metodológicas, iremos primeiro apresentar a ampliação da noção de leitura realizada, sobretudo, a partir das contribuições de Paulo Freire.

A LEITURA É UMA FESTA?

Como nos ensinou Paulo Freire (1983), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”... Sendo assim, o ato da leitura pode ser considerado metaforicamente uma festa por ser desvelador, no mínimo, em três aspectos: desvelador dos mistérios das letras, das palavras e dos conteúdos.

Desvela as letras na medida em que o sujeito da leitura recupera no campo intelectual a simbologia fonética da festa desses signos, convidando-os a sair do repouso sobre a superfície em que se encontram (papiro, papel, tela de micro ou de cinema, cartaz, *outdoor*, pano...) e a flutuar no ar, decodificados em sons, no fio tênue entre a magia e a ciência da leitura oralizada e/ou a bailar nas dobraduras do pensamento num “balé” apenas particular e solitário, durante o processo da leitura silenciosa. Aqui podemos entender a fronteira que se ergue entre o indivíduo alfabetizado e o analfabeto, que é, literalmente, barrado nessa festa.

Desvela as palavras quando o sujeito da leitura transporta para esses **SIGNIFICANTES** o(s) seu(s) **SIGNIFICADO(s)** (esse processo de significação entre palavra e coisa é tão envolvente e encantador para o ser humano em seu percurso histórico-social que Aristóteles mesmo quis fazer dessa

SIGNIFICANTE

Imagem acústica ou manifestação fônica do signo lingüístico.

SIGNIFICADO

Valor, sentido ou conteúdo semântico de um signo lingüístico.

adequação o sinônimo de verdade), transformando-as em grávidas de idéias e imagens: *um mundo* que se ergue diante desse leitor maravilhado, espantado, sobressaltado, curioso ou mesmo indignado: o “penetra” da festa.

Desvela os conteúdos porque é próprio de todo texto, mesmo o dito mais “ingênuo”, transmitir uma ou mais mensagens explícitas ou não, ou seja, dizer a que veio. A leitura criteriosa, cuidadosa e crítica desvela o que está implícito: a compreensão e a interpretação do texto lido.

Ao desvelarmos as letras, promovemos símbolos para o mundo, ao desvelarmos as palavras, somos *apresentados a um mundo* e, ao desvelarmos os conteúdos dos textos, desvelamos também *de que ângulo este mundo nos é apresentado e que mundo é este que se nos apresenta*. Desvelamos, enfim, qual visão de mundo nos tenta passar este ou aquele texto. Aí sim, nos tornamos os convidados de honra da festa da leitura.

E, como diz Freire (1983), “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, (...) de transformá-lo através de nossa prática consciente”.

MODUS VIVENDI

Maneira de viver.

MODUS FACIENDI

Maneira de fazer.

METÁFORA

Processo pelo qual se transfere a significação própria de uma palavra para outro significado que lhe convém apenas em virtude de uma comparação mental. Ex.: “Os seus olhos são duas estrelas cintilantes.”

SINESTÉSICO

Referente à associação de palavras ou expressões que combinam sensações distintas numa impressão única, cruzamento de sensações. Ex.: em “voz doce e macia”, percebemos a relação dos sentidos da audição, da gustação e do tato.

OPACIDADE E LENTIDÃO: OPORTUNIDADE E CIRCUNSTÂNCIA...

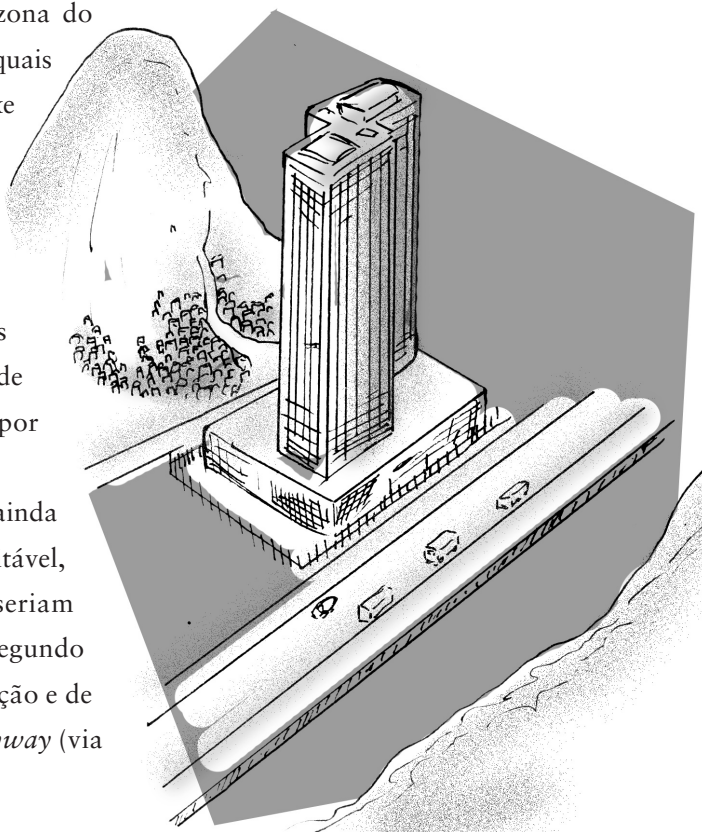
“Espaços opacos e homens lentos” é como nomeia Milton Santos (1996) tanto o espaço periférico como o sujeito nele *inserido* e, por isso mesmo, *excluído* dos espaços ditos centrais e dos seus **MODI VIVENDI** e **FACIENDI**, cujos sujeitos costumam considerar a rapidez das ações, da tomada de atitudes, das decisões e dos encontros como sinônimo de eficiência e competência. A **METÁFORA** recriada por Santos, apesar de nos incomodar, parece-nos bastante interessante quando nos deixamos levar pelo forte apelo **SINESTÉSICO** nela contido.



No imaginário ocidental, a luz está para o conhecimento como a falta dela para o desconhecimento, para a ignorância. Não se estranha assim que se tenham cunhado expressões como Século das Luzes, Iluminismo, Idade das Trevas...

“Espaços opacos”, por oposição binária quase que obrigatória a espaços *translúcidos*, *transparentes*, nos leva logo a imaginar lugares sombrios, obscuros, mergulhados na zona do esquecimento e do desconhecido, nos quais não penetra qualquer réstia de luz ou feixe luminoso. Espaços que não se vêem ou que não se deixam ser vistos. Aqueles espaços que se escondem ou que se querem escondidos, negados. Intramuros, sem janelas ou portas voltadas, abertas para o outro. Desconectados da rede de ações engendrada em outros lugares por outros sujeitos.

Já a expressão “homens lentos”, ainda por oposição binária, forçosamente inevitável, à expressão “homens velozes”, que seriam aqueles mergulhados nas frações de segundo dos meios de comunicação, de informação e de transporte – fibra óptica, via cabo, *highway* (via expressa), trem-bala...



Atentem-se às propagandas e às notícias impressas e televisivas: por exemplo, enquanto o ex-presidente Collor chamou os carros nacionais de carroça, anunciaram-se carros importados que vão de 0 a 100 km/h em um segundo de aceleração; a internet promete a conexão global dos indivíduos em poucos segundos – espaço absoluto, tempo diminuto.

Como numa tomada cinematográfica, homens que vivem – insuportavelmente para os sujeitos-sem-tempo-a-perder das bolsas de valores, do mercado financeiro, do mundo globalizado – *in slow motion* (câmera lenta). Como num jogo de cena onírica, homens que se movem, ou que tentam se mover, dentro de esponjas, de barreiras, de escudos invisíveis – no estado aproximado entre o sono e a vigília.

São exatamente os vários fios das histórias ainda não conhecidas, posto que abafadas, desprezadas, desconsideradas, mas com certeza vividas, desses sujeitos “lentos” em seus lugares “opacos” que podem trazer, segundo Tarso Genro (1999, p. 59), as alternativas, as esperanças tanto para se compreender quanto para se forjar um novo tipo de

EPÍGRAFE

Citação de um autor na abertura de um trabalho para resumir-lhe o objeto, a intenção.

CIDADANIA

Segundo a interpretação clássica de Marshall (1967), é constituída por três tipos de direitos: sociais, civis e políticos. Historicamente, cada sociedade conquistou, a partir da peculiaridade de suas lutas sociais, esses três diferentes tipos de direitos de forma distinta. Esse percurso dá características diferentes à cultura cívica e à cidadania em cada país, bem como diferentes formas de relação Estado/sociedade/mercado. Na Inglaterra (século XVIII), por exemplo, a sociedade civil conquistou primeiro direitos civis, para obter então os políticos (século XIX) e, posteriormente, os sociais (século XX). No Brasil, em função da tradição autoritária, patrimonialista e excludente das práticas políticas, após longos períodos de cidadania negativa, os direitos sociais foram outorgados pelo Estado e trocados pelos direitos civis e políticos, conforme veremos em momento posterior.

sociedade calcada em outras bases. A valorização das experiências dos espaços locais no esforço de armar a cidadania do nacional, a despeito do discurso paralisante do global. Tal qual o artista da **EPÍGRAFE** desta aula, ao *reinventar* os versos drummondianos, muda a perspectiva do olhar – do obstáculo (pedra) à saída (túnel) –, é preciso *reinventar* a realidade, buscando nesses “movimentos instituintes dar visibilidade ao invisível” (LINHARES, 2000).

Uma sociedade menos competitiva e mais solidária só poderia estar nos espaços enfocados pela luz dos “adoradores da velocidade”. Mas isso se apresenta cada vez mais como mera utopia ultrapassada, *demodé*. Fora do espectro de preocupação social, quem está incluído socioeconomicamente, que lute por manter-se assim; quem não está, não interessa. Essa lógica socioeconômica perversa a tudo deseja atropelar (pedestres, sujeitos, trabalhos, lutas, sonhos, histórias...) e vende uma imagem exacerbadamente positiva do século XX, como Era Pós-Industrial, possuidora de novas tecnologias da informação. Esse fenômeno suscita novos modelos de comunidade educativa, inclusive este do qual fazemos parte – educação a distância. Queremos lembrar que só tecnologia não basta para transformar a escola (vista aqui como espaço sociocultural por excelência de aquisição e incentivo à leitura): é preciso tecer conhecimento com maior autonomia, incentivar as atividades interdisciplinares, decidir as teorias a ser corroboradas nas/pelas práticas e, sobretudo, fortalecer os vínculos societários e interpessoais.

Atitudes como essas poderiam minimizar os efeitos negativos percebidos ao longo da história nacional. Embora, como já tenhamos dito antes, não possamos confundir como iguais a relação que costuma se estabelecer entre o processo de alfabetização e a condição de **CIDADANIA** – ou seja, o fato de o indivíduo ou de uma parcela da sociedade conseguir se alfabetizar não lhe garantiria o *status* de cidadania automaticamente –, podemos ainda assim reconhecer a alfabetização como *um* entre os vários instrumentos na luta para a conquista e ampliação da cidadania em suas múltiplas dimensões.



ATIVIDADE

1. Você acredita que o cidadão é hoje compreendido como consumidor? Por quê? O aluno de ensino a distância é um cliente? Qual a sua leitura disso?

A UNESCO E A LUTA PELO ANALFABETISMO

A luta contra o analfabetismo tornou-se prioritária em escala mundial, uma vez que ele se tornou o indicador mais evidente da exclusão social: já em 1990, a Unesco estimava, para o ano 2000, o montante de 935 milhões de analfabetos. Infelizmente, o Brasil concorria para isso com um enorme contingente, mesmo levando-se em conta que são questionáveis os parâmetros da Unesco para considerar alguém alfabetizado. Outros relatórios mais recentes da Unesco informam os índices insatisfatórios do desempenho brasileiro em leitura: 53% dos jovens na faixa etária dos quinze anos no Brasil, embora freqüentem a escola, são analfabetos funcionais.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) põe em seu *site*, à disposição de todos os interessados (sociedade civil, ONGs...) e de todas as instâncias administrativas, o Mapa do Analfabetismo no Brasil, cruzando dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Escolar, promovido pelo próprio INEP, e, ainda, dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), construído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para ampliar a reflexão sobre o tema, orientada com informações precisas. Com isso pretende subsidiar os poderes públicos na formulação das políticas educacionais, considerando-se as diferenças regionais e intra-regionais; para atingir seus objetivos, sobretudo na área do combate ao analfabetismo, marcada por propostas salvacionistas há longa data e que geralmente fracassaram.

Tais informações foram agrupadas para todos os municípios do país, considerando a divisão político-administrativa do ano 2000, permitindo, portanto, consulta individualizada.

Já o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) é um programa de avaliação comparada cuja principal finalidade é avaliar o desempenho de alunos de 15 anos de idade, produzindo indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais. No Brasil, onde 4.800 adolescentes participaram da amostra representativa dos estudantes de 15 anos matriculados nas 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e nas 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, o PISA é coordenado exatamente pelo INEP.

Pretende-se, com a cobertura detalhada de cada domínio de avaliação a cada nove anos, contando com atualizações a cada três anos, tornar possível aos países o monitoramento regular dos processos relativos à aprendizagem. Os resultados do PISA pretendem permitir às instâncias encarregadas de formular e tomar decisões sobre políticas educacionais compararem a performance do seu sistema educacional com os demais países participantes. Além disso, pretendem servir como base para o aperfeiçoamento da avaliação e monitoramento da efetividade dos sistemas educacionais.

O objetivo do PISA é “verificar como as escolas estão preparando os jovens para os desafios futuros e detectar até que ponto os estudantes adquiriram conhecimentos e desenvolveram habilidades essenciais para a participação efetiva na sociedade”.

Com uma nota média de 396, numa escala de zero a 800, os estudantes brasileiros ficaram na 37ª posição na prova de leitura, aplicada em 2001 a uma amostra de adolescentes com 15 anos de idade de 41 países. Nos resultados do teste de 2000, o Brasil havia ficado em último lugar entre 31 países participantes.

Além disso, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) constatou que 59% dos estudantes da quarta série do Ensino Fundamental ainda não desenvolveram as competências básicas de leitura.

Para Maria José Féres, então secretária de Educação Fundamental do MEC, o grande desafio do atual governo seria trabalhar para reverter essa “tragédia brasileira”. Segundo ela, as primeiras providências já foram tomadas com o lançamento do Programa Toda Criança Aprendendo, que apresentou alternativas para o resgate da qualidade do ensino por meio

da implantação de uma política nacional de valorização e formação de professores, a ampliação do atendimento escolar, o apoio à construção de Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica e Programas de Apoio ao Letramento.

O atraso escolar – provocado pelos altos índices de reprovação e abandono –, a desigualdade social, a baixa renda da população e a qualidade das escolas são apontados como as principais causas do baixo desempenho dos estudantes brasileiros no PISA.

O desempenho dos alunos das nações participantes do PISA está diretamente relacionado aos gastos com educação. Em geral, a tendência é: quanto maior o gasto, melhor o desempenho na avaliação. Para chegar a esta conclusão, o PISA comparou o gasto médio dos países por aluno, desde o início da educação fundamental até os 15 anos de idade, com o desempenho médio nas três áreas avaliadas.

O Brasil, onde o gasto acumulado por aluno até os 15 anos é de US\$ 10 mil PPC (Paridade do Poder de Compra – medida que compara a capacidade de moedas locais comprarem os mesmos produtos e serviços), supera apenas a Indonésia e o Peru, que dispõem de menos recursos na educação de seus jovens. Os países com os maiores gastos são a Áustria, com cerca de US\$ 76 mil, e os Estados Unidos, com média de US\$ 73 mil.

Segundo o relatório do PISA de 2001, mesmo considerando que a qualidade do ensino depende dos investimentos na área, é preciso levar em conta que:

...por mais que o gasto por aluno em instituições educacionais seja um pré-requisito necessário para proporcionar uma educação de alta qualidade, não é suficiente para alcançar altos níveis de resultado. Os dados sugerem que outros fatores, incluída a eficácia com a qual se utilizam os recursos, podem desempenhar um papel decisivo.

Outro fator que está diretamente relacionado ao desempenho dos países é a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini. O Brasil, entre as nações avaliadas, apresenta a maior desigualdade, de 59,1% (quanto maior o índice, mais elevada é a desigualdade na distribuição

de renda). A melhor distribuição de renda foi identificada na Hungria, com um índice de 24,4%. De acordo com as conclusões do estudo, “os mais altos níveis de desigualdade tendem a estar relacionados com os menores índices de desempenho médio”.

Países participantes do PISA 2000	Novos integrantes do “PISA Ampliado” 2001
Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça.	Albânia, Argentina, Chile, Bulgária, Hong Kong – China, Indonésia, Israel, Macedônia, Peru, Tailândia.

Vemos assim o quanto é essencial estudar e pesquisar a importância e a relevância atribuídas à participação individual e coletiva nos Movimentos Sociais diante de diversos elementos que trazem outro apelo e outra forma de leitura diferente da trazida pelo texto impresso – leitura circunscrita nas ações de alguns sujeitos “praticantes” (CERTEAU, 1994). E como nos disse Chartier (1994), “ver além daquilo que outros já viram e muito mais, mergulhar inteiramente em determinada realidade (...), observar redes de práticas e regras de leituras próprias”.

Paralelo à apologia do discurso oficial que propagandeia e elogia as benesses que a leitura por si só realizaria nos indivíduos e na sociedade (só se fosse a leitura de palavras e expressões *realmente mágicas*, como as encontradas somente no mundo da ficção: “Abracadabra!” ou “Pirlimpimpim!”, por exemplo), caminha outro pensamento: não é a leitura por si que trará a cidadania ou a transformação social, mas sim a interação, o entrecruzamento de diversas experiências e ações, nos campos sociopolítico, econômico e cultural. Assim, deve-se abarcar e entender a questão da leitura do ponto de vista destacado por Freire



ATIVIDADES

2. Dê a sua opinião sobre se a nova configuração relacional entre indivíduo e sociedade “pós-moderna” ajuda ou impede a ação dos sujeitos para realizar seus projetos de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

COMENTÁRIO

Ao responder esta pergunta pense sobre como a escrita e o letramento, na sociedade atual, entendida como pós-moderna, endereça o comportamento dos sujeitos.

O importante é que você perceba que não podemos analisar de maneira maniqueísta esta questão, categorizando essa relação meramente como boa ou ruim. Devemos, sim, perceber como esses novos modos de relação tanto podem ser utilizados contra como a favor das causas sociais, uma vez que não são o fim, mas os meios, os instrumentos com os quais se pode ou não contar para se alcançar determinado objetivo.

3. Durante as décadas de 1980 e 1990 proliferaram diversas iniciativas no campo da alfabetização de jovens e adultos nos municípios e estados, em parceria com entidades patronais e sociedade civil, conforme veremos com maiores detalhes na próxima aula. Dentre elas, o Movimento de Alfabetização (MOVA) de Angra dos Reis, inspirado no MOVA-SP, criado a partir das idéias de Paulo Freire. Seleccionamos para você ler e analisar a carta escrita por um dos alfabetizandos de Angra, na qual conta as dificuldades por que passa um analfabeto e a importância que a alfabetização teve em sua vida:

“A gente apóia o MOVA porque o MOVA apóia a gente, os analfabetos.”

João Silvino dos Santos

Na minha terra, Pernambuco, era muito difícil o estudo. Vim para Angra e tive a oportunidade no MOVA.

A primeira escola que peguei foi aqui, em Angra dos Reis. No meu lugar, minha escola era na enxada, na foice.

Meu pai não tinha dinheiro para pagar estudo. A gente era pobre. Tinha dia que a gente chorava de fome. Ia pra casa de farinha pedir massa de mandioca crua para comer. Meu pai dizia: esse negócio de estudo é pra este povo rico que tá aí. Pra nós, pobres, é 'lapada no lombo'. Se meu pai tivesse me botado pra estudar eu não seria esse 'João' aqui. Seria o 'Doutor João'.

Tinha necessidade de aprender pra aplicar na vida. Por exemplo: receber as cartas dos parentes e amigos vindas do Norte e poder ler. Que daqui pra frente eu possa pegar uma carta pra ler. É muito triste pedir a alguém pra ler uma carta e você ficar ouvindo. Dá uma agonia... A gente aflito, sem saber o que está indo, o que está vindo...

Outra coisa é você chegar num lugar onde tem uma placa escrito: PROIBIDO ENTRAR. Você não sabe ler e entra. Olha pra um lado e pra outro, e continua entrando. E aí vem um monte de cachorro, pessoas, homens armados. É, analfabeto passa aperto...

O MOVA é importante, porque as pessoas que não tiveram chance de aprender aprendem. Graças a Deus e às aulas do MOVA, antes, meus documentos eram de analfabeto. Em vez de assinar, eu colocava o dedão. Agora eu assino meu nome.

Quando fui assinar meu nome pela primeira vez na firma Matos Teixeira, eu tremi. Senti uma dor no peito, um aperto no coração, porque tinha medo que ele me colocasse pra fora. Não sabia o que estava escrito ali. Podia ser uma carta de demissão. Agora sei que aprender a escrever o nome é importante. Mas preciso esforço para aprender mais que isso: ***é preciso aprender a ler tudo...***

Agora reflita sobre o conteúdo deste texto e da aula de hoje e responda à seguinte questão: você já deve ter tido contato com alguma(s) pessoa(s) analfabeta(s) no qual a condição de não saber ler e escrever tenha ressaltado aos seus olhos. O que você considera que esta(s) pessoa(s) estaria(m) perdendo em nível de relações sociais e de possibilidades de inserção real em Movimentos Sociais organizados de diferentes naturezas (étnicas, ecológicas, de gênero...)?

COMENTÁRIO

Qualquer pessoa sem acesso aos meios de decodificação dos signos escritos fica à mercê da desinformação, mesmo que tenhamos disponíveis milhares de dados sistematizados sobre diferentes assuntos nos diversos meios de comunicação.

CONCLUSÃO

A questão da leitura não se esgota no comportamento de avaliação subjetiva, ao contrário, é de ordem política, uma vez que o que está em jogo é o direito de o cidadão ter acesso tanto material quanto intelectual à informação sistematizada pela escrita e à cultura letrada. Portanto, deve haver clareza sobre o que se deve postular numa campanha social pela leitura: um direito. Sendo este mais uma face da disputa sociopolítica e cultural pelo poder, exatamente como se dá na luta pela terra, por trabalho, por habitação, por saúde e por educação, posto que é preciso reconhecer o direito à diferença de populações pobres do campo e da cidade, das formas como os jovens se expressam; de negros, indígenas, mulheres; de portadores de necessidades educativas especiais no tocante à Educação.

Assim, nota-se claramente a importância também sociopolítica e cultural de se fazer o inventário de experiências de incentivo à alfabetização e à leitura como as que faremos na Aula 18, buscando, quem sabe, encontrar – como disse o poeta bissexto da epígrafe, Jorge Duarte, “o(s) caminho(s) no meio da(s) pedra(s)”.

RESUMO

Você conheceu o conceito de *leitura*, associando-o ao universo da *escrita* simbólica do mundo, possibilitando a sua compreensão como um processo de inserção dos sujeitos em seu contexto histórico-temporal. Ampliou a compreensão desse conceito, abrangendo não só a leitura das palavras, mas também dos diversos e múltiplos signos do mundo. Viu como o desenvolvimento da tecnologia na sociedade pós-industrial, além de abrir novas fronteiras, proporcionou novos potenciais de relação humana, gerando a esperança da possibilidade de se pensar soluções locais para problemas globais.

Aprendeu, enfim, que não podemos considerar o mero acesso ao processo de alfabetização como garantia de cidadania, ou seja, o fato de o indivíduo ou de uma parcela da sociedade conseguir se alfabetizar não lhe garantiria o *status* de cidadania automaticamente, mas que podemos reconhecer a alfabetização como *um* entre os vários instrumentos na luta para a conquista da cidadania.

ATIVIDADE FINAL

Releia todo o conteúdo desta aula e veja se você é capaz de explicar a ampliação do conceito de leitura proposta por Paulo Freire.

RESPOSTA

Após a contribuição teórica de Paulo Freire, a noção de leitura deixa de ser entendida como restrita à palavra escrita e passa a dizer respeito também à interpretação do mundo, do contexto sociopolítico-histórico-cultural em que esteja inserido o leitor. Este, por sua vez, é visto como sujeito do processo de intelecção, compreensão, interpretação e transformação do mundo que lê.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você verá um pouco mais do trabalho do MOVA e aprofundará seus estudos sobre a relação existente entre alfabetização de jovens e adultos e a participação cidadã.

Alfabetização de jovens e adultos e participação cidadã

AULA 18

Meta da aula

Destacar a riqueza das experiências de incentivo à participação coletiva organizada pelos diversos campos dos Movimentos Sociais de modo cronológico.

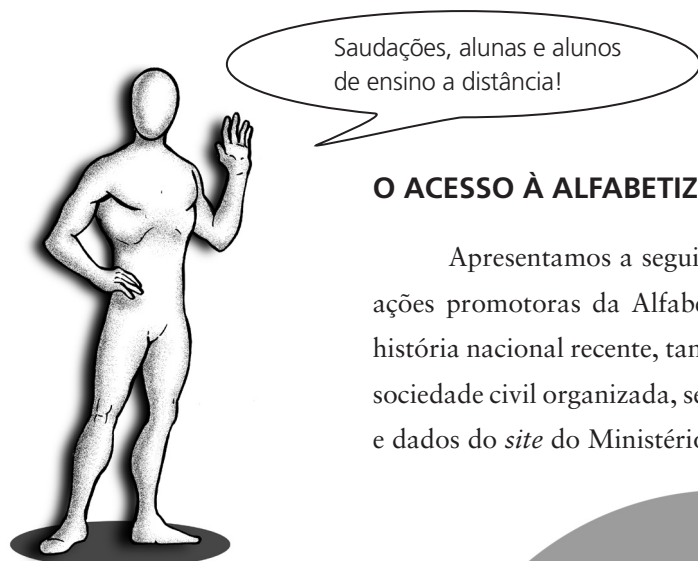
objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Identificar os processos históricos recentes que possibilitam ou negam tanto a democratização do processo de alfabetização da população brasileira quanto o acesso ao material impresso pelos sujeitos leitores.
- Reconhecer processos de organização da sociedade, paralelos à ação governamental, para exigir e garantir direitos civis negados ao longo de décadas no Brasil.
- Analisar sobre o real potencial brasileiro para promover um desenvolvimento socioeconômico desejável diante da ausência da garantia a direitos básicos constitucionais como acesso, permanência e término da educação fundamental.

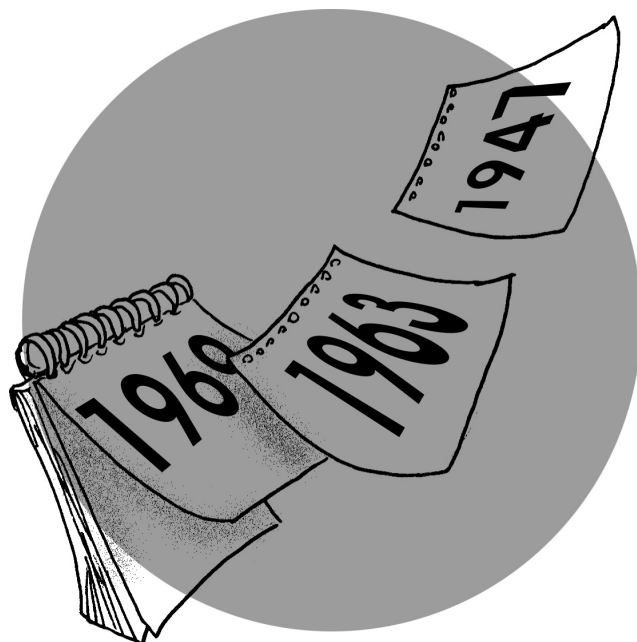
Pré-requisito

O estudo do conteúdo desta aula se torna mais fácil se você tiver conhecimento dos conteúdos das Aulas 16 e 17.



O ACESSO À ALFABETIZAÇÃO

Apresentamos a seguir uma linha do tempo, resumindo diversas ações promotoras da Alfabetização de Jovens e Adultos ao longo da história nacional recente, tanto por parte do Estado quanto por parte da sociedade civil organizada, segundo os estudos de Leônicio Soares (2003) e dados do *site* do Ministério de Educação – MEC.



ALGUMAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

- 1947 a 1963 – Período em que o Governo Federal promove a Primeira Campanha Nacional de Alfabetização. O seu principal articulador foi o professor Lourenço Filho. São criadas 10 mil classes de alfabetização em todos os municípios do país. Por não haver uma tradição nem um acúmulo de experiências e de estudos sobre a alfabetização de adultos, os métodos e propostas pedagógicos eram os mesmos utilizados na alfabetização de crianças, desconsiderando-se, assim, as heterogeneidades de todos os níveis (faixa etária, gênero, experiências profissionais, vivências familiares etc.) do público jovem e adulto. Não havia preocupação com o fazer e o saber pedagógico.

Qualquer um que soubesse ler e escrever podia também ensinar de qualquer forma e ganhando qualquer coisa.

- **1963 a 1964** – Fim da Primeira Campanha Nacional de Alfabetização. Paulo Freire, junto ao Ministério da Educação, assume a elaboração de um Plano Nacional de Alfabetização (PNA).

- **1964** – Golpe Militar – 31 de março –, interrupção do PNA. Seus participantes são perseguidos e exilados do país.

- **1969** – O Movimento brasileiro de alfabetização – Mobral – é criado, reeditando uma campanha de âmbito nacional, conclamando a população a fazer a sua parte. Surge com força e muitos recursos. Como na Primeira Campanha Nacional, os alfabetizadores são recrutados sem muitas exigências. Mais uma vez não houve preocupação com o fazer e o saber pedagógico, e qualquer um que soubesse ler e escrever podia também ensinar de qualquer forma e ganhando qualquer coisa. A alfabetização se restringe ao ato de “desenhar o nome”.

- **1971** – As ações do Mobral são efetivadas na prática.

- **1985** – Fim da ditadura militar e início da Nova República. José Sarney é eleito vice-presidente pelo colégio eleitoral e alçado à presidência com a morte de Tancredo Neves. Extingue-se o Mobral que, em seus últimos anos, foi marcado por denúncias que culminaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a destinação e a aplicação de seus recursos e falsos índices de analfabetismo. É criada a Fundação Educar, com o objetivo de acompanhar e supervisionar instituições que recebiam recursos para manter seus programas. Diferentemente do Mobral, a Fundação Educar passou a fazer parte do Ministério da Educação.

- **1988** – Promulgação da nova Constituição Federal, estendendo o direito à educação para quem não havia freqüentado ou concluído o Ensino Fundamental.

- **1990** – Primeira eleição direta após o golpe militar. Eleito, Fernando Collor extingue a Fundação Educar e, em pleno Ano Internacional da Alfabetização, nada propõe em seu lugar. Com a ausência do Governo Federal no papel de articulador nacional e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil, os poderes locais (municipais) iniciam ou ampliam a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na cidade de São Paulo, o secretário de Educação do governo Erundina, Paulo Freire, cria o Movimento de Alfabetização – MOVA, procurando, numa nova configuração organizacional, envolver

o Poder Público e as iniciativas da sociedade civil. O MOVA se multiplica em administrações ditas populares, com o “olhar” diferenciado sobre os sujeitos da alfabetização, elaborando propostas a partir do contexto sociocultural do educando: os sujeitos como co-partícipes do processo de formação. O MOVA une o Estado e sociedade como gestores de uma política pública de alfabetização, associando educação e cultura como as bases dessa política.

- 1994 – Início do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

- 1996 – Inaugura-se o Programa Alfabetização Solidária (PAS), que propunha uma ação conjunta entre Governo Federal, empresas, administrações municipais e universidades para atender às cidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,5. Os professores são convocados e treinados para alfabetizar em seis meses, sendo que um mês seria para treinamento. Instituições de Ensino Superior do Sul e do Sudeste supervisionariam as ações nas cidades do Norte e Nordeste. Pesquisadores e estudiosos de EJA são contrários a esse projeto por utilizar-se de métodos e práticas considerados ultrapassados e por se tratar de um programa aligeirado que, além de enfatizar a idéia de que qualquer um sabe ensinar, promove a submissão entre as regiões da Federação: N e NE como subdesenvolvidas e S e SE como desenvolvidas. Seu *slogan* “Adote um analfabeto” transmite a imagem de que quem não sabe ler e escrever é incapaz, passível de adoção, de uma ação assistencialista e não como um sujeito de direito.

É instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF –, para o repasse de verbas municipais, estaduais e federais à Educação, do qual se exclui a Educação de Jovens e Adultos.

- 1998 – Reeleição de FHC. As ações do FUNDEF são implementadas na prática.

- 2002 – Fim do segundo governo FHC. Início do governo Lula.

- 2003 – O Governo Federal lança o projeto Por um Brasil Alfabetizado, que pretende *erradicar* o analfabetismo no país. Propõe convênios com prefeituras, estados, empresas e ONGs visando garantir a alfabetização de cerca de um milhão de jovens e adultos. Cria o Conselho Nacional de Alfabetização e a Década Paulo Freire de Alfabetização, que contam com o apoio da Unesco no Brasil.

ALGUMAS AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

• 1950 e 1960 – Paralelamente às ações governamentais, surgem as ações dos movimentos de Educação e cultura popular, objetivando alterar a situação socioeconômica da população. *Conscientização, participação e transformação* são os conceitos elaborados a partir da prática e das ações (inclusive a de alfabetizar unindo cultura, Educação e transformação social) de movimentos como, por exemplo:

- MEB – Movimento de Educação de Base
- CEPLAR – Campanha de Educação Popular
- CPC – Centro Popular de Cultura
- MCP – Movimento de Cultura Popular
- De pé no chão também se aprende a ler

Tais movimentos se difundiram pelo Brasil, mas concentraram-se no Nordeste. Metade da população brasileira era camponesa e analfabeta e, exatamente por isso, excluída da vida política nacional. É nesse contexto que Paulo Freire organiza um processo de alfabetização a partir da realidade do educando, no qual a leitura do mundo antecedia a leitura da palavra.

Com o golpe militar, muitos participantes desses movimentos são perseguidos e exilados do país.

• 1971 a 1985 – Surgem, no interior da sociedade civil, iniciativas simultâneas às do Governo Federal: igrejas, associações comunitárias e sindicatos desenvolvem ações alfabetizadoras, muitas vezes ligadas ao Mobral, utilizando-se dos seus recursos e apresentando resultados além dos esperados.

• 1990 a 1996 – Sem programas nacionais de alfabetização do Governo Federal, a sociedade civil, espelhada na experiência paulista, se organiza e inicia diversas unidades do MOVA, pautando-se em Paulo Freire, valorizando o educando e construindo uma educação de conscientização. Outras instituições públicas, organizações não-governamentais, movimentos sociais, entidades de classe, entidades de serviço social da indústria e do comércio, comprometidos com a redução da desigualdade, assumem participação, compromisso e espaço de interlocução com a população excluída desse direito.

ATIVIDADE



1. Observando as questões que foram apresentadas, procure ler o texto que se segue e contextualizá-lo dentro do momento sociocultural e político da década de 1960, relacionando as idéias apresentadas com as ações governamentais e não-governamentais frente à alfabetização e à cultura popular. O texto que apresentamos é de Paulo Freire:

"A passagem de uma para outra época se caracteriza por fortes contradições que se aprofundam com o choque entre valores emergentes em busca de afirmação, e valores de ontem, em busca de preservação.

Quando isso ocorre, instala-se o trânsito. (...)

O ponto de partida do nosso trânsito foi exatamente aquela sociedade fechada a que já nos referimos. Sociedade escravocrata, com o centro de decisão de sua economia e de sua cultura fora dela. Economia (...) comandada por um mercado externo (...). Reflexa na sua economia. Reflexa na sua cultura. Por isso, alienada. Objeto e não sujeito. Sem povo. (...) Com alarmantes índices de analfabetismo. Atrasada. (...)

Esta sociedade rachou-se. (...)

Instala-se, então, em pleno trânsito, o fenômeno de (...) 'democratização fundamental', que implica em uma crescente e irreversível ativação do povo no seu próprio processo histórico. (...) Encontrava-se o povo na fase anterior de fechamento de nossa sociedade, *imerso* no processo. Com a rachadura e a entrada da sociedade no trânsito, emerge. (...) Já não se satisfaz em assistir. Quer participar. Quer decidir. (...)

Não há dúvida de que, entre as várias relações que o homem estabelece com sua realidade, realiza uma específica (...) da qual decorre o conhecimento. Esta relação também é feita pelo homem comum. Pelo analfabeto. A diferença entre a relação que ele trava neste campo e a nossa está em que a sua captação do dado objetivo como dos nexos que existem entre os dados se faz via sensível e a nossa, via crítica. (...) Teríamos, em outras palavras, de organizar o pensamento do homem analfabeto e levá-lo a reformar suas atitudes diante da realidade. (...)

(...) Ao invés da escola noturna para adultos (...) lançamos o Círculo de Cultura. Como decorrência, superamos o professor pelo coordenador de debates. O aluno, pelo participante do grupo. A aula, pelo diálogo. Os programas por situações existenciais, capazes de, desafiando os grupos, levá-los, pelos debates das mesmas, a posições mais críticas."

RESPOSTA COMENTADA

Este texto é um exemplo das concepções e das propostas de alfabetização que foram desenvolvidas pelos movimentos de Educação e cultura popular na década de 1960. Estavam vinculadas a um processo de conscientização da população sobre a realidade vivida, acompanhado de uma participação dos educandos, visando à transformação dessa mesma realidade. Dava-se ênfase, na época, aos conceitos de alienação, conscientização, cultura popular, autenticidade. Com o advento do golpe militar em 1964, a alfabetização passa a se restringir a um mero exercício de desenho do nome do analfabeto.

O ACESSO À LEITURA

É um absurdo que estejamos chegando ao fim do século, ao fim do milênio, ostentando os índices de analfabetismo, os índices dos que e das que, mal alfabetizadas, estão igualmente proibidos de ler e de escrever, o número alarmante de crianças interditadas de ter escolarização e que com isso convivamos quase como se estivessemos anestesiados (PAULO FREIRE, 1997, p. 10).

A questão do acesso ao material impresso é uma das questões reveladoras do *sucesso* de qualquer política de incentivo à leitura, pois

é preciso saber (...) se o objeto da leitura (...) circula democraticamente numa sociedade de modo a permitir sua fruição por parte dos homens que constituem essa sociedade (SILVA, E. 1998, p. 47).



O educador francês Freinet incentivava, particularmente, no âmbito da educação sistematizada, a necessidade da existência e do convívio com a biblioteca no dia-a-dia da escola, tendo idealizado, inclusive, para o espaço do arranjo, consulta e guarda de livros o *status* de *centro de cultura*. Esse centro seria organizado e dividido em cantos: o canto da leitura, o canto de documentação, o canto da impressora, o canto do material audiovisual, o canto de exposição, o canto de escritório, o canto de reuniões, enfim, uma biblioteca e tanto.

Ora, se nem sempre é possível fazer do idealizado o realizado, processos de articulações sociais de diferentes naturezas (campanhas promovidas por educadores e/ou artistas, por instituições governamentais

ou não-governamentais ligadas à causa da leitura etc.) tornam viável a construção em diversos recantos brasileiros do pedacinho do sonho ou, pelo menos, a construção do “cantinho do canto da leitura”, no qual, mesmo estando no mais adverso dos “solos”, com certeza, veremos nascer os frutos da árvore tornada livro.

EXEMPLOS DE ALGUMAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS PROMOTORAS DO ACESSO À LEITURA

Dentro da Política Nacional da Leitura e de Bibliotecas Públicas, o Programa Fome de Livro tem por objetivo instalar bibliotecas em 1,3 mil municípios brasileiros que não dispõem de acervo público de livros.

Criado, originalmente, no início de 2004 para zerar o número de municípios brasileiros sem bibliotecas, o Fome de Livro foi crescendo, ganhando novas atribuições e metas, passando, inclusive, à condição de Plano Nacional do Livro e da Leitura. Com isso, a coordenação do programa, que estava no prédio da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, foi transferida para o prédio do Ministério da Cultura, em Brasília, junto à Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura.



Programa Fome de Livro
Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
Rua da Imprensa, 16 – Sala 1.102 – Palácio Gustavo Capanema
– 11º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-120.
fomedelivro@bn.br
tel.: (21) 2544-8514 ramais 210 e 211

O Plano, que congrega todas as ações e projetos do Governo Federal na área do livro, leitura e bibliotecas, vai coordenar as ações desenvolvidas pelos mais diferentes ministérios e executadas por estes e suas fundações e institutos (como a Fundação Biblioteca Nacional) e empresas estatais (como a Petrobras) para dar maior sinergia entre os vários projetos e programas e, assim, aperfeiçoar os investimentos públicos na área.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) da Fundação Biblioteca Nacional vai, por exemplo, selecionar e adquirir os livros que vão compor o acervo das mil bibliotecas do Fome de Livro. Já as bibliotecas comunitárias do Fome de Livro que funcionarão dentro dos Pontos de Cultura serão instaladas pela Secretaria de Programas e Projetos.

Composto por um conjunto de projetos e ações de vários ministérios, governos estaduais, prefeituras, empresas privadas e estatais e organizações da sociedade civil que atuam nos mais diferentes setores, o Programa Fome de Livro é, na prática, a implementação da política nacional de leitura e bibliotecas públicas.

Ao mesmo tempo que abriga, apóia e busca fortalecer todo tipo de iniciativa que integre os esforços gerais da sociedade para democratizar o acesso ao livro e a outras formas de informação e fomentar a leitura, o Fome de Livro atua em diferentes frentes para fazer cumprir os objetivos e metas traçados para os próximos anos. Seja executando as tarefas específicas do Governo Federal ou articulando ações com os vários parceiros envolvidos no programa.

Uma das metas principais do programa é instalar mais de mil bibliotecas até 2006 e, assim, zerar o número de cidades brasileiras sem biblioteca pública. A sua coordenação e execução cabem ao Ministério da Cultura e à Fundação Biblioteca Nacional, responsáveis pela formulação e implantação das políticas públicas nessa área. Mas o programa só existe com a parceria dos vários ministérios e programas federais, governos estaduais, prefeituras e as organizações da sociedade civil.

Tendo como cenário um país que apresenta índices baixos de leitura, a inexistência de projetos e ações de caráter permanente para reverter esse quadro e uma desarticulação histórica do poder público com a sociedade civil, o Programa Fome de Livro faz parte dos esforços do Governo Federal na tarefa de se construir uma política pública nacional para o livro, a leitura e a biblioteca pública no Brasil.

Além de implementar uma ação emergencial para zerar o déficit de bibliotecas nos municípios brasileiros – um dos objetivos centrais do programa, o Fome de Livro pretende coordenar os esforços governamentais e da sociedade civil no sentido de integrar, otimizar e complementar ações públicas e privadas na área de bibliotecas públicas e leitura. Dessa forma, e zelando pela independência e autonomia de cada uma dessas iniciativas, o Fome de Livro buscará evitar eventuais sobreposições e sobreposições de ações como forma de aperfeiçoar recursos e esforços – e conferir, assim, maior eficácia às políticas públicas.

O Fome de Livro é, portanto, um programa nacional de biblioteca pública e leitura que forma, ao lado da Política do Livro, um dos vértices dessa visão de Políticas Públicas do Livro, da Leitura e de Biblioteca Pública para o Brasil, cuja responsabilidade, no âmbito do Ministério da Cultura, é atribuída à Fundação Biblioteca Nacional.

Assim, o letramento – por meio de ações para zerar o analfabetismo, combater o analfabetismo funcional ou estimular a leitura democratizando o acesso ao livro e a todas as formas de informação – é condição fundamental para se promover inclusão cultural e cidadania, pontos inegociáveis para se construir um novo projeto de organização social mais justa.

Para tanto, é imprescindível dar à leitura e às bibliotecas públicas a dimensão de uma política de Estado, na qual o Programa Fome de Livro será uma iniciativa fundamental. Muito mais do que ações e projetos pontuais e iniciativas isoladas – muito importantes, porém insuficientes –, o que se deve buscar é uma política pública capaz de gerar esforços articulados entre governos e sociedade.

A tarefa inicial é, portanto, debater, integrar e dar sinergia aos bons projetos, planos e idéias no âmbito dos ministérios, estatais e programas federais. E promover, a partir de objetivos comuns, interconexões destes com as ações dos governos estaduais e municipais e de todos eles com as instituições do Terceiro Setor, as empresas privadas e todos aqueles cidadãos interessados na questão e com muito a contribuir na tarefa de formar cidadãos leitores.

As ações aqui esboçadas se estendem à próxima década – escolhida pela Unesco como a Década da Alfabetização. São projetos e programas integrados e sinérgicos com implementação prevista até 2006, envolvendo várias rodadas de estudos, debates e conversações com a participação dos governos federal e estaduais, prefeituras, editores, livreiros, escritores, educadores, pesquisadores, bibliotecários, leitores, empresas e organizações não-governamentais.

O Ministério da Cultura, através da Fundação Biblioteca Nacional, vai fazer a aquisição de livros, para compor o acervo que integrará o Programa Fome de Livro. Para assegurar a qualidade e a transparência do processo, foi constituída uma Comissão Consultiva Especial, com a participação de especialistas e representantes das mais diferentes áreas envolvidas com a questão do livro, da leitura e da biblioteca pública no Brasil (bibliotecários, especialistas em leitura, educadores, críticos, escritores, pesquisadores, editores e livreiros).

Essa Comissão definiu os critérios para composição do acervo básico (2.000 títulos, que se somarão a outros 500 títulos que serão adquiridos nos próprios estados onde serão instaladas as bibliotecas). O acervo terá livros de ficção, não-ficção e infanto-juvenis.

PROLER/FBN

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) está vinculado à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), órgão do Ministério da Cultura, e encontra-se sediado na Casa da Leitura, em Laranjeiras, no Rio de Janeiro. É constituído por 81 comitês organizados em municípios brasileiros. Foi institucionalizado em 13 de maio de 1992, pelo decreto n.º 519 (D.O. de 14 de maio de 1992), e, desde então, vem atuando com uma política de leitura que tem em vista colaborar para qualificar as relações sociais, através da formação de leitores conscientes e valorizadores do exercício da cidadania para a interação crítica com o seu contexto.

Quando o Proler/FBN iniciou sua atuação em 1992, já tinha como pressuposto o não-estabelecimento de planos verticalizados e acabados para a implantação de ações. Pelo contrário, teorias e práticas vêm constantemente sendo repensadas, e atualmente o Programa procura adequar-se em relação aos indicadores sinalizados pela sociedade. Em meados de 1996, a nova direção da Fundação Biblioteca Nacional, através da Comissão Nacional, promoveu a integração do Proler com o MEC e outras instituições com experiência na questão da leitura, tais como: Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ, Associação de Leitura do Brasil – ALB, Programa de Alfabetização e Leitura – PROALE/UFF.

A composição plural da Comissão está baseada no fato de a preocupação com a leitura se expressar em diferentes instituições/entidades, tanto de base acadêmico-universitária, quanto de organizações não-governamentais, cuja experiência recomenda que sejam incorporadas a programas dessa natureza.

O Proler/FBN busca contemplar a variedade e a diversidade das práticas brasileiras de promoção da leitura. Baseia-se em princípios que levam em conta o fato de a sociedade brasileira conviver com uma escola básica cujos resultados têm apontado, freqüentemente, para a fragilidade da intervenção pedagógica. A leitura (ou o seu equivocado conceito e prática) não tem significado uma possibilidade real de inserção dos sujeitos no mundo da informação, e, conseqüentemente, o exercício da cidadania passa a ser comprometido. É por ela, então, que a possibilidade de intervenção na realidade se faz, pelo domínio que a condição de leitor oferece aos sujeitos. A educação de qualidade implica prioridade política, como instrumento básico para sua consecução.

As diretrizes norteadoras do Proler/FBN expressam o caráter de processo que deve orientar a formação de leitores. São elas:

- Diversidades de ações e de modos de leitura manifestadas: nas práticas de leituras promovidas; nos locais e instituições abrangidos; nas atividades organizadas.
- Especificidade do ato de ler, entendendo-se que atos de leitura exigem modos próprios e competências específicas.
- Articulação leitura e cultura, não se compreendendo a leitura fora dos contextos nos quais se expressam a riqueza da vida humana e suas produções.
- Prioridade da esfera pública, concretizando-se ações voltadas aos interesses da maioria da população leitora e não leitora. Como é ela que, de modo geral, concentra a maioria das ações e dos agentes de leitura – professores das redes públicas –, deve-se pensá-la como irradiadora das práticas leitoras.
- Publicidade da leitura, enfatizando-se que ela precisa ser tema na cena social.
- Democratização do acesso à leitura, pela disponibilização do material de leitura em bibliotecas escolares e públicas, em salas de aula e em salas de leitura em locais públicos.

Para cumprir essas diretrizes, o Proler/FBN estabeleceu vertentes organizadoras de suas ações. Formação de promotores de leitura, tendo, como público principal, professores das redes públicas. Promoção de ações de leitura, englobando diversas práticas leitoras.

Promoção de ações estratégicas de articulação e de valorização do lugar político da leitura. Estímulo à criação de bibliotecas públicas. Divulgação de informações sobre o tema leitura, disseminando-as em rede.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL – FNLIJ

A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) foi criada em 1968 e tem como objetivo institucional a promoção da leitura e a divulgação de livros de qualidade para crianças e jovens. É a seção brasileira do IBBY, uma associação internacional de literatura infantil e juvenil, existente em 64 países.

A FNLIJ foi contratada pelo FNDE, em 1998, para selecionar 106 títulos de literatura infantil para compor o acervo de 36.000 escolas públicas do primeiro segmento do Ensino Fundamental por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). A seleção dos títulos foi apresentada ao MEC sob a forma de um relatório detalhado do processo apontando os critérios que levaram à escolha dos mesmos.



Rua da Imprensa, 16/12º andar – Centro – Rio de Janeiro
– CEP: 20030-120.
Tel: (21) 2262-9130 – Fax: (21) 2240-6649.
informação@fnlij.org.br

Ao utilizar a sua experiência no campo da seleção de livros, a FNLIJ iniciou a sua argumentação para proceder à seleção dos títulos, baseando-se em documentos internacionais e nacionais que defendem os direitos de acesso ao conhecimento da humanidade como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração dos Direitos da Criança, a Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A FNLIJ investe prioritariamente em seu Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOP), dando tratamento técnico especializado e informatizado com o objetivo de garantir a manutenção, implementação e disseminação do acervo de literatura infantil e juvenil (22.000 volumes brasileiros e 11.000 internacionais), capaz de subsidiar as mais diversas ações de promoção de leitura. O CEDOP possui ainda uma coleção de 15.000 periódicos nacionais e internacionais especializados em literatura infantil e juvenil, leitura, educação e áreas afins, além de monografias, catálogos, teses, relatórios, manuais, artigos de periódicos, vídeos, cartazes, fotos e material iconográfico.

Alguns exemplos de serviços, projetos e propostas elaborados de acordo com a solicitação, com custos para o proponente:

- Boletim de notícias, que os sócios recebem em seu endereço.
- O sócio da FNLIJ pode solicitar indicações bibliográficas por temas, por ano de publicação, por autor, por editora, seleção de acervos, entre outros.

Tal serviço, entretanto, é cobrado à parte, de acordo com a tabela do Sindicato dos Bibliotecários do Estado do Rio de Janeiro: R\$ 3,00 por referência bibliográfica.

- Orientação para montagem de bibliotecas.
- Atividades de leitura.
- Orientação para promoção da leitura.
- Apresentação de acervos selecionados.
- Palestras para pais e professores.

O CEDOP recebe mensalmente livros doados pelas editoras de todo o país. Esse acervo de literatura infantil e juvenil recebe tratamento técnico especializado. Os livros concorrem anualmente ao Prêmio FNLIJ, nas categorias: Criança, Jovem, Livro de Imagem, Tradução Criança, Tradução Jovem, Tradução Informativo, Livro Informativo, Livro de Poesia, Livro Brinquedo, Livro Teatro, Livro Teórico, Livro Reconto, Revelação Ilustrador, Projeto Editorial e Ilustração.

• **Fundação Palavra Mágica** - <http://www.palavramagica.org.br>

É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal o fomento e o desenvolvimento da leitura e da cidadania e, de forma geral, da cultura e do ambiente. Acredita que a leitura é um caminho seguro que conduz para uma postura mais participativa, criativa e consciente. Um caminho que permite descobrir novos horizontes, expressar novas idéias e sentimentos para que todos sejamos capazes de transformar positivamente o mundo à nossa volta e exercermos com dignidade os nossos direitos e deveres de cidadãos.

A Fundação Palavra Mágica cria, desenvolve e executa projetos de incentivo à leitura visando à formação para a cidadania. Atua em todo o Brasil e para isso conta com uma rede de parceiros, consultores e técnicos, além de equipe própria. Os parceiros são fundamentais para que os projetos reflitam a soma dos esforços dos setores público, privado e do Terceiro Setor, resultando em uma sinergia para a busca do bem comum. Todos os projetos têm a leitura como eixo central e a partir dela são trabalhados os mais diversos temas, como Preservação do Meio Ambiente, Educação para o Trânsito, Direitos do Consumidor, Conservação do Patrimônio Histórico, entre outros.

• **Leia Brasil** – www.leiabrasil.org.br/ong.htm

O Leia Brasil promove o letramento através das seguintes atividades: visitas de caminhões-biblioteca às escolas públicas conveniadas, emprestando, além de livros, vídeos, gibis e exposições.

Oferece treinamento continuado de educadores envolvidos no Programa, destinado à formação do professor-leitor, proporcionando também a publicação dos Cadernos de Leituras Compartilhadas, destinados ao suporte didático-pedagógico da escola, com cinco edições anuais de dez mil exemplares.



Praia do Flamengo, 100/902 – Flamengo – Rio de Janeiro.
CEP: 22210-030 – Tel./Fax: (21) 2245-7108.
leiabrasil@leiabrasil.org.br

É uma ONG especializada no incentivo e promoção da leitura como ferramenta de combate ao analfabetismo funcional, promovendo as seguintes ações:

- a) democratização de livros e outros bens culturais por empréstimo;
- b) oferta de cursos, oficinas e treinamento continuado para educadores, bibliotecários e outros agentes de leitura;
- c) planejamento e realização de eventos, espetáculos, encontros culturais e projetos promocionais em torno do livro e da leitura.
- d) incentivo à produção de textos, edita os Cadernos de Leituras Compartilhadas;
- e) armazenamento e divulgação de informações sobre a promoção da leitura.



Mundoquelê
www.mundoquele.ofaj.com.br
E-mail: mundoquele@ofaj.com.br

A Mundoquelê tem por missão fomentar a leitura e a informação em todas as concepções e conceitos, disseminando-a como elemento de participação cultural, social, além de preservação da memória coletiva e individual, propiciando aos indivíduos a sua participação na sociedade.

São objetivos específicos da Mundoquelê para atingir sua missão:

- a) instituir campanhas de sensibilização visando convencer diferentes atores pessoas físicas, jurídicas e líderes de opinião – da necessidade de patrocinar a alfabetização bem como atingir as pessoas que queiram aprender a vencer suas necessidades de leitura e de escrita;

- b) colaborar para que cada pessoa possa adquirir a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita para o desenvolvimento de suas potencialidades e participação na sociedade;
- c) elaborar e executar programas em matéria de pedagogia da leitura e de luta contra o analfabetismo;
- d) promover trocas entre seus associados de informação e idéias relacionadas a livros;
- e) elaborar avaliações e aperfeiçoamento do “saber ler” em todos os níveis de ensino;
- f) trabalhar para o acesso de todos na formação de base em leitura e escrita;
- g) estudar formas diversas que contribuam para o ensino da leitura;
- h) formar leitores a domicílio e contadores de histórias;
- i) apresentar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades relacionadas a promoção da leitura;
- j) promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais através da leitura;
- l) influenciar políticas públicas de educação;
- m) buscar cooperação nacional e internacional para difusão da leitura e execução de programas com ela relacionados.

ATIVIDADE



2. Pesquise em *sites* de busca da internet, como o *Google*, o *Yahoo* e o *Cadê?*, mais cinco exemplos de ONGs, fundações e instituições que se estruturam em torno da questão da democratização do acesso à alfabetização, à leitura e ao material impresso e faça uma lista de seus endereços virtuais e/ou postais:

COMENTÁRIO

Para facilitar sua busca, você pode usar as seguintes palavras-chaves: movimentos Sociais, Ensino a Distância (EAD), Educação de Jovens e Adultos (EJA), entre outras.

CONCLUSÃO

Em pleno século XXI, deparamo-nos, ainda, com os altos índices de analfabetismo absoluto e de analfabetismo funcional que assolam a população brasileira, ocasionados, entre outros fatores, pela herança de uma política educacional, como vimos, quase sempre equivocada e só um pouco amenizada por parcas ações da sociedade civil organizada.

Tal realidade nos impõe um verdadeiro desafio reflexivo: como garantir a todos efetivamente o desenvolvimento econômico e social, partindo de tamanha desigualdade na aquisição de direitos constitucionais?

RESUMO

Nesta aula você conheceu tanto as diversas ações governamentais no que diz respeito à alfabetização e às políticas educacionais, ao longo da história brasileira recente, quanto alguns exemplos de ações não-governamentais. Em ambos os casos, tais ações estão associadas à questão da democratização do acesso à alfabetização e à leitura e/ou ao seu impedimento.

ATIVIDADE FINAL

Pesquise a LDB e destaque uma diretriz da atual Educação mediante a ordem econômica global.

COMENTÁRIO

Lembre-se de que a leitura de mundo se faz na relação de poder e dominação, e de que os direitos básicos de cidadania parecem se confundir com o consumo. Logo, seria a LDB um instrumento que garantiria acesso universal à Educação?

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você aprofundará seus estudos sobre a relação existente entre Movimentos Sociais, cidadania e Educação.

Movimentos sociais, cidadania e educação

AULA

19

Meta da aula

Destacar a importância do conhecimento da história do processo de democratização da sociedade brasileira e de seus efeitos sobre a luta por educação e cidadania no Brasil.

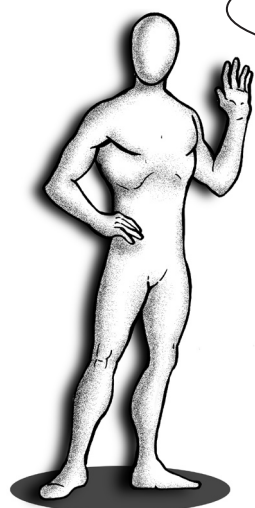
objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Reconhecer a *cidadania* como um fenômeno do mundo moderno, ligado ao desenvolvimento do capitalismo e à luta por direitos realizada por diversos grupos sociais.

Pré-requisitos

O estudo do conteúdo desta aula se torna mais fácil se você tiver pleno conhecimento dos conteúdos do Módulo 1 e das aulas anteriores do Módulo 2.



Saudações, alunas e alunos
de ensino a distância!

INTRODUÇÃO

Vimos, nas aulas anteriores, como as aquisições educacionais são importantes para a ampliação da leitura de mundo dos sujeitos sociais e para o alargamento da cidadania. Mas não é somente a educação formal que garante o sucesso desse processo. Nós veremos, nesta aula, como as ações dos sujeitos envolvidos em outras relações sociais são importantes para tentar garantir tanto a leitura de mundo ampliada quanto a luta constante para a obtenção e a manutenção de uma condição cidadã.

MOVIMENTOS SOCIAIS, CIDADANIA E EDUCAÇÃO

Conforme já citamos anteriormente, a *cidadania* – o direito de ter direitos – é uma invenção do mundo moderno. O advento do Capitalismo, com o predomínio da transformação de bens e serviços em mercadorias, veio acompanhado de lentas mudanças nos próprios processos das interações e formas de sociabilidade. A sociedade da Idade Média era organizada hierarquicamente, em que cada sujeito ocupava um determinado lugar do qual não podia se mudar, constituída por sociabilidades baseadas em relações pessoais de fidelidade. Tratava-se de uma sociedade sem mobilidade social.



Só com a expansão das relações capitalistas os sujeitos ganharam mobilidade: enriquecendo, sobem na escala social; empobrecendo, descem. Com o advento do mercado e a liberação dos camponeses dos laços pessoais de dependência, os sujeitos ganham autonomia, com formas de sociabilidade marcadas pela impessoalidade. Os círculos de participação social se expandiram; um mesmo sujeito passou a participar de múltiplos grupos, muitas vezes com papéis sociais diferenciados e contraditórios.

É esta passagem do mundo pré-capitalista sem mobilidade social para um mundo capitalista com mobilidade social que marcou o século XVIII na Europa. A Declaração dos Direitos Humanos, o Iluminismo, as Teorias Jusnaturalistas, os Contratualistas, a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Industrial Inglesa foram elementos decisivos neste processo. Nessa ocasião, inicia-se uma longa transição onde o sujeito deixa de ser súdito (sujeito de deveres com um monarca, em geral, absolutista) para se tornar cidadão, ou seja, sujeito de direitos. Começa aí a difusão das idéias de que todos os homens nascem livres e iguais, portanto, demandantes de direitos públicos e privados.

O Estado de Natureza foi criado para explicar o estado do ser humano pré-social. Por um lado, Hobbes, século XVII, construiu uma explicação de que os homens, por serem egoístas (o homem como lobo do homem), em estado natural viviam isolados e em guerra de todos contra todos. Venciam os mais fortes. Por outro lado, já no século XVIII, Rousseau concebeu que, inicialmente, os homens viviam isolados, em contato harmonioso com a natureza, sem guerras ou destruições, já que o homem nasceria naturalmente bom (mito do bom selvagem).

O *Jusnaturalismo* foi o conjunto de teorias jurídicas que nasceram no início da modernidade para explicar que os homens possuem direitos naturais e cabe às leis assegurá-los.

O *Contratualismo* é decorrente da idéia de *Contrato Social* que surge com a passagem da vida dos homens em estado natural para a vida em sociedade organizada, ou seja, com o surgimento do Estado. Os homens fariam um contrato entre si, abrindo mão de seus direitos naturais, transferindo para o governante o poder de resolver os problemas coletivos. O direito natural é transferido ao soberano pelos contratantes, transformando-o em Direito Civil.

Conforme apontamos anteriormente, segundo Marshall (1967), a conquista dos diferentes tipos de direitos ligados à cidadania não se deu de uma única vez. Primeiro, foram conquistados os direitos civis (século XVIII); depois, os direitos políticos (século XIX) e só

CORONÉIS

Durante o Império, foi criada a Guarda Nacional. Tratava-se da criação de tropas particulares, armadas, sob comando do fazendeiro que ganhava uma patente de “Coronel”. Esta foi a forma encontrada para que os fazendeiros se armassem de forma particular e pudessem combater rebeliões locais, confrontos com os escravos etc. Após a extinção da Guarda Nacional, permaneceu o hábito de chamar os fazendeiros de “Coronéis” para designar seu poder de mando e sua ascensão pessoal sobre os trabalhadores (após 1888, não mais escravos) dependentes. Por conta dessa manipulação política dos fazendeiros sobre seus trabalhadores durante a República Velha (1889-1930), este período da política brasileira ficou conhecido como a república dos coronéis, marcada pelo coronelismo, ou seja, o exercício desse poder pessoal do fazendeiro sobre seus dependentes.

depois os sociais (século XX), isso levando-se em conta o contexto europeu, em particular, o inglês. Dessa forma, vemos que a cidadania foi se ampliando na medida em que os diferentes grupos sociais foram conquistando elementos da reprodução da vida social que passaram a ser compreendidos como direitos.

Este foi o caso, por exemplo, dentro do âmbito dos direitos políticos, do direito ao voto universal que só lentamente deixou de ser censitário (por níveis de renda) e passou a abarcar categorias sociais não contempladas originalmente, tais como as mulheres e os analfabetos. No âmbito dos direitos sociais, o *direito à educação* também foi fruto de longas lutas de muitos setores da sociedade civil. Trataremos dessa questão na próxima aula.

No caso do Brasil, segundo Carvalho (2003), a conquista desses direitos relativos à cidadania se deu, certamente, de forma singular e totalmente diversa à maneira européia. Com a maior parte da nossa história social marcada pela escravidão, pelo tratamento das questões públicas como se fossem particulares das elites (patrimonialismo), nossa herança política foi a da *cidadania negativa*, ou seja, a ausência de cidadania.

Durante o Império (1822-1889), com a escravidão e o voto censitário e indireto, o quadro de exclusão política da maior parte da população brasileira fica explicitado. Durante a República Velha (1889-1930), apesar da abolição da escravidão, a grande massa de analfabetos continuava destituída de qualquer forma de participação institucionalizada da política. Segundo Bomeny (2001), apesar da imprecisão dos dados na época, 74,6% da população em idade escolar eram analfabetos em 1906, ou seja, estavam impedidos de exercer o direito de votar. Nesta ocasião, o controle dos grandes fazendeiros (“**CORONÉIS**”) sobre os votos dos seus trabalhadores era tão grande que deu origem ao que conhecemos como “voto de cabresto”.

A década de 1930 inaugurou um novo momento na nossa história, marcada por um processo de **MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA**, com um intenso investimento do Estado na industrialização no setor de máquinas e equipamentos, ao mesmo tempo investindo pela primeira vez num discurso de “valorização do trabalhador”.

**MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA**

Processo de desenvolvimento econômico acelerado realizado pelo Estado que adota políticas autoritárias para sua implementação. A sociedade civil fica alheia desse processo, sofrendo, entretanto, suas consequências.

Em função da herança escravista, o trabalho sempre teve entre nós conotações extremamente negativas e o governo getulista foi o primeiro a inaugurar um discurso com esse setor, ainda que de forma tutelada. Assim, nesse contexto que misturou modernização econômica, legislação trabalhista e conquistas sociais, as elites políticas brasileiras trocaram direitos civis e políticos por direitos sociais e, dentro do Estado Novo (1937-1945), a única cidadania possível era a cidadania tutelada.

Mais tarde, após um curto e tenso período de experiência democrática, marcado pelo populismo e pelo desenvolvimentismo, articulou-se o movimento político-militar que, em 1964, derrubou o governo de João Goulart, dando início a um novo período de modernização conservadora.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), o Estado Autoritário de 1964 a 1985 caracterizou-se pela intervenção do Estado em todos os setores da vida política, econômica, social; pela repressão aos sindicatos, aos grupos oposicionistas e pela integração à economia capitalista internacional.

A consolidação de uma ordem democrática no Brasil tem sido objeto da crítica e do ceticismo de uma vertente específica do pensamento político brasileiro. Trata-se de uma modalidade de ideologia de Estado que caracteriza como irrealistas e fadados ao fracasso os ensaios de organização do Estado com base em princípios e valores do liberalismo político, argumentando a suposta incompatibilidade de tais princípios e valores com as características da formação social brasileira, com o grau de educação política do povo ou com os imperativos da “necessidade econômica”.

GOVERNANÇA: PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA GESTÃO DO PÚBLICO

Esta parte da aula estará voltada à temática da governança – um conceito novo para tratar da velha questão da participação democrática na gestão das metrópoles brasileiras.

No longo período da ditadura militar (1964-1985), as possibilidades de alargamento da participação popular nas decisões governamentais, principalmente no nível municipal, estavam sufocadas pelo quadro político, que restringia a ação de organizações da sociedade que pudessem contestar a autoridade constituída.

A doutrina da “segurança nacional” abrangia todos os níveis de governo e todas as possibilidades de controle do processo administrativo. A gestão – principalmente das metrópoles, consideradas áreas de segurança – era subordinada ao planejamento técnico feito por órgãos públicos, sem maior consideração pelas demandas da sociedade civil e das camadas populares.

Ao longo da “abertura” democrática, porém, as pressões políticas e sociais já apontavam a direção que viria a ser reconhecida na Constituição Federal de 1988. Como observa Maria da Glória Gohn, professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (SP):

O conceito de governança alterou o padrão e o modo de se pensar a gestão de bens públicos, antes restritos aos atores presentes na esfera pública estatal. A esfera pública não-estatal é incorporada via novos atores, que entraram em cena nos anos 70/80, pressionando por equipamentos coletivos públicos, melhores condições materiais e ambientais de vida, direitos sociais, cidadania, identidade de raça, etnia, gênero, geracional etc. (2002).

Esses “novos atores” citados por Gohn (2002) nada mais eram do que representações mais ou menos organizadas (sindicatos, partidos políticos, comunidades eclesiais, associações de bairro) de demandas presentes desde sempre. A própria maneira do debate político ao final da ditadura militar – oficializada em apenas dois “partidos”, o do governo e o da oposição – contribuiu para dar voz a algumas demandas populares, uma vez que tanto o governo Arena (Aliança Renovadora Nacional) quanto a oposição MDB (Movimento Democrático Brasileiro) procuravam engrossar suas fileiras nas várias esferas de decisão. A oposição, principalmente, nesse processo, incorporou várias correntes políticas cujas solicitações se resumiam em “maior participação popular” nos primeiros níveis de governo.

Em resumo, as lutas e os debates políticos do período visavam substituir tecnocracia por democracia. As experiências de Orçamento Participativo, realizadas por alguns administradores municipais, revelam outro aspecto dos mais importantes da nova realidade política e social brasileira.

A nova Constituição coloca-se tanto como marco final de um processo político como o de início de uma nova era da governança no Brasil. Como lembra Mauro Rego Monteiro dos Santos:

A partir da Constituição de 1988, delineia-se uma nova institucionalidade que tem como concepção romper com o paradigma centralizado e tecnocrático de gestão das políticas públicas, tendo como centro a descentralização das políticas sociais e a abertura de processos de participação da sociedade através da introdução de mecanismos que combinam a democracia representativa com a democracia direta, seja no plano legislativo, instituindo a iniciativa de lei popular, ou no plano do executivo, através do plebiscito, do referendo, e da criação de órgãos de gestão colegiados e paritários (2002).

Um dos resultados desse processo foi o estabelecimento dos Conselhos. Dado o acesso e a visibilidade da governança no nível municipal, devemos destacar os Conselhos Municipais, criados tanto em metrópoles como em pequenas cidades brasileiras, como afirma Santos (2002):

No plano do poder executivo constata-se a proliferação de conselhos de gestão de políticas públicas, sejam setoriais, como educação, saúde, emprego, etc., sejam por segmentos, como o dos direitos da criança e do adolescente, da mulher, do negro ou idoso, instituindo a participação direta de entidades da sociedade civil de forma institucionalizada, para ser permanente, paritária e deliberativa.

Contudo, se os Conselhos Municipais representam sem dúvida um grande avanço na participação democrática na tomada de decisões, são importantes também as observações de Renato Godinho Navarro:

(...) tudo indica que no Conselho Municipal é muito forte a participação de técnicos e lideranças governamentais e lideranças acadêmicas e intelectuais e, também neste caso, os movimentos e entidades populares acabam por ficar, na maioria das vezes, em segundo plano (2002).

Esse risco, que representa uma tendência observada em vários importantes momentos históricos, pode e deve ser contrabalançado por mecanismos democráticos nos três níveis de governo, e podemos afirmar que seria consideravelmente menor se, desde cedo, os futuros cidadãos, não importa de qual classe social, pudessem contar com uma “educação para a democracia”.



ATIVIDADE



1. Após a leitura do depoimento de um adulto alfabetizado pelo projeto MOVA-Angra dos Reis, escreva sobre a importância do direito à educação para a tomada de consciência dos direitos e para o exercício da cidadania:

As pessoas que entram no Projeto MOVA, a partir dali se continuarem e aprenderem ali dentro, não tomam mais prejuízo, elas aprendem a defender os direitos próprios, aprendem a saber que o horário de trabalho são 8 horas e não 10 horas e 12 horas. A exploração termina assim que a pessoa conhece o MOVA mais a fundo e as pessoas aprendem a ler e escrever e, se não souberem, a professora pega na mão e ensina se for preciso. Eu achei uma coisa fora de série, o MOVA foi uma coisa que mudou muito a minha vida.

(...)

A igualdade que eu vou explicar é que o projeto MOVA ensina a ser igual: raça, cor, pobre, rico, essas coisas; o projeto MOVA corta isso diretamente. Para o MOVA não existe pobre nem rico, são todos iguais; não existe o escuro, o branco, o moreno nem o negro. No projeto MOVA, são tratados de igual para igual e foi muito bom eu aprender sobre essa parte (...).

O projeto MOVA me fez de novo porque eu era outro; eu não conseguia dar uma entrevista, eu não conseguia pegar num microfone e segurar, eu não conseguia ir em locais de muita gente como em hospitais, delegacias, essas coisas; eu me sentia acanhado.

RESPOSTA COMENTADA

O importante é que vocês percebam que a participação social é parte do processo de letramento dos sujeitos e não só a sua escolarização formal, o que contribui inclusive para a ampliação da leitura de mundo, alargando sua cidadania, ou seja, compreendendo-se, enfim, que as lutas dos grupos pelos mais diferentes tipos de direitos (civis, políticos ou sociais) são, em si mesmas, também, processos educativos.

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA E NA SOCIEDADE

Durante o Terceiro Fórum Mundial de Educação, que ocorreu em São Paulo, em abril de 2004, ao analisar os movimentos sociais brasileiros e sua relação com as políticas públicas, Maria da Glória Gohn afirmou que “os movimentos sociais não podem ser encarados pelo poder público como problemas a serem suprimidos, mas como expressão de desafios a ser encarados”.

Sobre o caráter dos movimentos sociais no cenário brasileiro atual, Maria da Glória ressaltou que, a situação é muito diferente das décadas de 1970/80, quando a diversidade de ações, calcadas em necessidades variadas da população, convergia para um caráter de contraposição ao Estado, governado por uma ditadura:

Hoje, são novos tipos de movimentos, novas demandas, novas identidades, novos repertórios. São movimentos multiclassistas. Atuam em redes. Alguns deles ultrapassam as fronteiras da nação, como o de antiglobalização. Mas também ganharam força ou emergiram com força movimentos com demandas seculares como a terra, para produzir, o Movimento dos Sem-Terra, ou para viver seu modo de vida, como os indígenas. Movimentos que lutam pelas diferenças: étnicas, culturais, religiosas, nacionalidades, enfim (2004).

Essa mudança de propostas de ação deriva também das alterações ocorridas em diferentes esferas, tais como a esfera econômica, a política e a social. Com a reestruturação produtiva, o mercado de trabalho formal desorganizou-se e as políticas neoliberais de condução da economia desestruturaram o movimento sindical “tradicional” e os antigos movimentos populares urbanos, ainda segundo Gohn (2004):

(...) isso tudo propiciou arranjos para o surgimento de novos atores, organizados em Organizações Não-Governamentais, as ONGs. Novas forças sociais emergiram organizando-se em cooperativas, associações e outras formas de organizações populares, mediadas por essas ONGs, atuando tanto na área da educação, como na cultura e na economia social. Surgiu um novo protagonismo social a partir do ‘fazer’ via projetos – nem sempre elaborados pela comunidade atingida, mas por ONGs ou programas de parcerias com órgãos estatais. Um novo sentido passa a ser dado à noção de público.

Para a pesquisadora, as reformas neoliberais das duas últimas décadas do século XX acirraram as tensões no campo, deslocando as tensões sociais para o plano cotidiano: aumento do desemprego, da violência, diminuição de oportunidades no mundo do trabalho, constrangimento dos direitos dos indivíduos, cobrança sobre seus deveres em nome de um ativismo formal: “O Estado descentralizou operações de atendimento na área social, criaram-se canais de mediações. E qual o significado de tudo isso no plano dos movimentos e lutas na área da Educação?”

A educadora destaca o fato de a Educação abranger áreas diversas como a formal (escolas), não-formal e informal: “As lutas e os movimentos pela educação têm caráter histórico, são processuais e ocorrem, portanto, dentro e fora de escolas e outros espaços institucionais, envolvem luta por direitos e são parte da construção da cidadania.” Ao descrever esses movimentos, Gohn (2004) nos afirma que:

Os movimentos sociais pela educação abrangem questões tanto em escolas como em questões de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, pela paz, pelos direitos humanos, direitos culturais etc. Os movimentos sociais são fontes e agências de produção de saberes. A luta social é pedagógica.

Em sua opinião, por conta desse raciocínio, uma sociedade democrática só é possível no percurso do caminho da participação, mas a mudança não se dá apenas com esta interferência no plano micro, mas é a partir deste plano que se dá o processo de mudança e transformação:

A participação da sociedade civil na esfera pública, via conselhos e outras formas institucionalizadas, não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação de e com qualidade para todos (2004).

Para ela, a participação de alunos, professores e comunidade na escola gera aprendizado político para a participação na sociedade mais geral:

O compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham por base o protagonismo da sociedade civil exigem uma clara vontade política das forças democráticas organizadas para a construção de uma sociedade de um espaço público diferente do modelo neoliberal, construído em cima de exclusões e injustiças. É preciso que se respeite os direitos de cidadania e aumente progressivamente os níveis de participação democrática de sua população. Esses níveis se expressam em espaços públicos, consolidados em instituições que dêem forma aos direitos humanos e ao exercício da participação cidadã, presentes nos conselhos, plenárias, fóruns e outras possíveis instituições a serem inventadas (2004).

Todos esses processos tornam-se muito importantes porque, além da democratização no terreno da política, é necessário que se desenvolva a democratização no âmbito da própria sociedade, em todos os espaços de sociabilidade – vizinhança, família, escola, local de trabalho, igreja etc. Dessa forma, a constituição dos Conselhos de Escola – com representantes de profissionais da educação e de usuários eleitos pelas suas respectivas bases – contribui para isto. Conforme nos indicou Bobbio (1987), o processo de democratização não consiste apenas na passagem da democracia representativa para a democracia direta, mas na passagem da democracia política para a democracia social; da democratização do Estado para a democratização da sociedade. Aponta a importância da “ocupação, pelas forças tradicionais da democracia, como é a democracia representativa, de novos espaços, isto é, de espaços até então dominados

por organizações de tipo hierárquico ou burocrático”. Apesar desta observação, Bobbio chama também atenção para a extensão do voto em instâncias onde anteriormente ele não existia – citando como exemplo os Conselhos de Escola, com a participação de representantes de pais e da comunidade.

ATIVIDADE



2. Leia com atenção esta afirmativa do educador Paulo Freire, quando era secretário municipal de Educação de São Paulo, a respeito dos papéis e do caráter assumido pelos Conselhos de Escola no município de São Paulo durante a gestão da prefeita Luísa Erundina (1989-1992):

O Conselho de Escola constitui a representação de algum poder, tem algum poder, não só o poder do poder do diretor da escola, do responsável da escola. É constituído por professores, representantes dos pais e também dos funcionários da escola e dos alunos. Por exemplo, eu estou constantemente a admitir pessoas para trabalharem na escola. Eu assino o documento, mas a aprovação vem do Conselho, não sou eu que escolho a pessoa. Os conselhos de escola são uma das tentativas sérias que estamos a fazer no sentido de democratizar a escola e descentralizar o poder.

Agora, disserte sobre a importância do processo de horizontalização do poder, ou seja, o contrário do verticalizado (de cima para baixo) para que se efetive realmente a Gestão Democrática no espaço escolar.

RESPOSTA COMENTADA

Deve-se destacar a real importância e a extrema necessidade de se garantir a existência do fórum coletivo para se promover a reflexão dos problemas do espaço escolar, bem como da multiplicidade de vozes e opiniões dos diferentes segmentos (professores, alunos, funcionários de apoio, funcionários administrativos, responsáveis dos alunos, representantes da associação de moradores etc.) que ao vislumbrares e analisarem conjuntamente um mesmo aspecto do cotidiano escolar, com certeza comporão um rico mosaico de idéias e percepções somente possível de ser realizado dada a diversidade de ângulos pelos quais a mesma questão estará sendo analisada.

CONCLUSÃO

O cidadão em seus múltiplos papéis sociais (filho, pai, membro de associação de moradores, condômino, munícipe, empregado, patrão, sindicalizado, estudante, cônjuge etc.) educa e também é educável. Educa-se, mas não só no âmbito escolar formal ou informal; educa-se com os variados processos de participação coletiva: com os vizinhos, com as reivindicações da associação de moradores, com a luta por mais vagas e professores nas escolas etc.

RESUMO

Estudamos nesta aula o conceito de *cidadania* como um fenômeno do mundo moderno, ligado ao desenvolvimento do capitalismo e à luta por direitos realizada por diferentes grupos sociais. Vimos que a conquista de mais ou menos cidadania depende da plasticidade das forças sociais num dado contexto sociocultural. Pudemos perceber que da mesma forma com que o letramento e o processo de escolarização contribuem para uma ampliação da leitura de mundo e, portanto, significam por si mesmos um alargamento de cidadania, as lutas dos grupos pelos mais diferentes tipos de direitos (civis, políticos ou sociais) são, em si mesmas, também, processos educativos.

ATIVIDADE FINAL

Você já deve ter participado de alguma reunião coletiva, seja uma reunião do condomínio onde reside, um grupo do movimento estudantil, uma convenção de determinado partido político, um debate com o seu grupo de trabalho etc., e, muito provavelmente, pôde observar como as pessoas possuem visões distintas a respeito de um mesmo aspecto comum à convivência de todos. O que será que levaria pessoas que dividem o mesmo tempo e o mesmo espaço a terem uma multiplicidade de entendimento e compreensão de um ponto em comum?

COMENTÁRIO

A experiência pessoal, a vivência anterior da mesma situação e, por isso mesmo, a possibilidade de avaliá-la de um outro ângulo...

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos a questão do *direito à educação*, considerando-o fruto de longas lutas travadas por muitos setores da sociedade civil, no âmbito da disputa para se garantir aos cidadãos o livre acesso aos direitos sociais.

Os movimentos sociais e seu caráter educativo

AULA 20

Meta da aula

Expor a relação existente entre movimentos sociais e o processo educativo por que passam os sujeitos neles envolvidos.

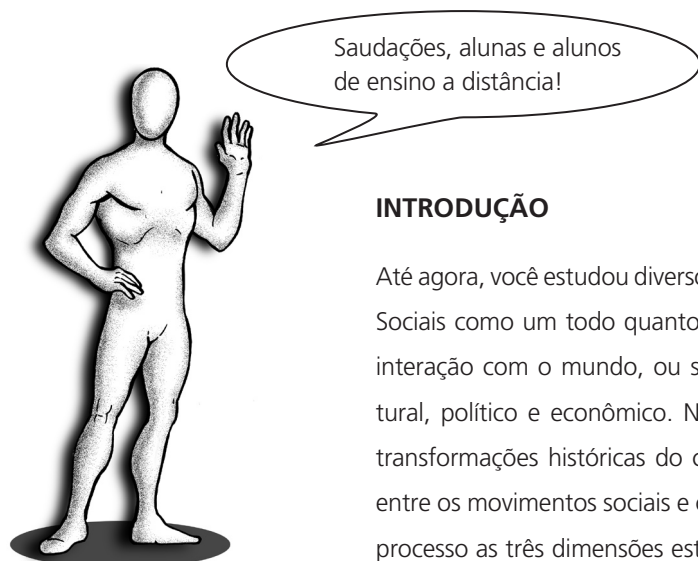
objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Descrever e exemplificar as diferentes acepções do conceito de cidadania.
- Descrever e exemplificar as diferentes dimensões do caráter educativo dos movimentos sociais.

Pré-requisito

O estudo do conteúdo desta aula se tornará mais fácil se você tiver pleno conhecimento dos conteúdos das aulas anteriores deste módulo.



INTRODUÇÃO

Até agora, você estudou diversos aspectos relacionados tanto aos Movimentos Sociais como um todo quanto ao letramento como nova forma de leitura e interação com o mundo, ou seja, com o seu contexto histórico, social, cultural, político e econômico. Nesta aula, estudará, mais especificamente, as transformações históricas do conceito de cidadania e as relações existentes entre os movimentos sociais e o seu caráter educativo, considerando-se nesse processo as três dimensões estudadas e divulgadas pelas pesquisas de Maria da Glória Gohn.

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

Segundo os estudos da pesquisadora Maria da Glória Gohn, publicados, em 1992, no livro *Movimentos sociais e educação*, a cidadania seria o elemento unificador existente na relação entre os movimentos sociais e a educação. Gohn destaca que se na concepção clássica a cidadania era vinculada à noção de direitos e à liberdade dos cidadãos – mesmo que destinada a poucos, ou seja, aos proprietários – era porque se guiava pela razão, utilizando-se do pensamento, da lógica e do cálculo utilitário.

No século XIX, diferentemente dos séculos anteriores, a cidadania passa a ser destinada a todos, inclusive as massas, porém com o intuito de domesticá-las, discipliná-las, ou seja, ajustá-las aos padrões da sociedade estabelecida. Nesse contexto, graças à Educação, o indivíduo poderia participar da vida em sociedade de modo harmônico. Desta forma, os direitos civis não são conquistados, e sim outorgados pelo Estado. A Educação, como importante aliada neste processo, promove práticas pedagógicas relacionadas à persuasão, ao esclarecimento e à moralização do futuro cidadão.

Já no século XX novos significados são produzidos para o conceito de cidadania. A burguesia passaria a enfatizar a questão dos direitos dos indivíduos muito mais como relativa a deveres para com o Estado do que efetivamente a direitos. O Estado, como interlocutor da sociedade,

passaria a regulamentar os direitos dos cidadãos, podendo restringi-los e até mesmo cassá-los conforme a conjuntura histórica. Assim, a cidadania deixa de ser uma conquista da sociedade civil, passando a ser responsabilidade do Estado.

Esta noção de cidadania regulamentada pelo Estado conviveria, no século XX, lado a lado com o desenvolvimento do neoliberalismo comunitarista, que considera a cidadania como um retorno à idéia de *comunidade*, contrapondo-se à sociedade urbano-industrial burocratizada. Representando as instituições da sociedade civil moderna (os sistemas educacionais, as empresas...) como uma grande comunidade, o cidadão, assim, passa a ser o homem civilizado, participante de uma *comunidade de interesses* e solidário com os outros indivíduos.

Esta ambiência pressupõe também uma noção de Educação conservadora: educar para a cooperação geral. A escola torna-se vital neste processo, em que as condições concretas da realidade não têm importância para o aprendizado, mas, sim, como nos afirma Gohn, “uma visão romântica, idílica, estigmatizada, da vida no campo, das relações diretas, primárias, da pequena comunidade. O livro didático é o representante máximo desse processo”.

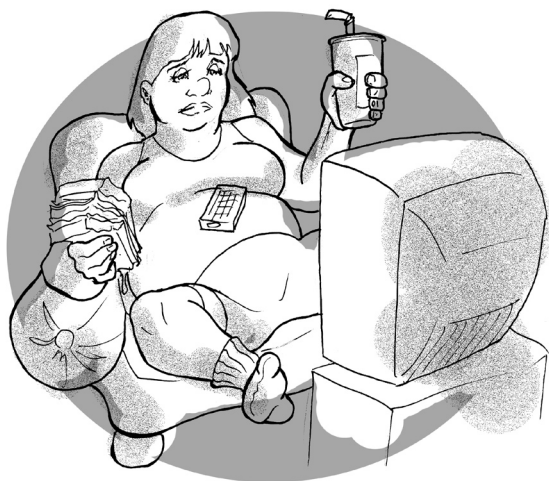
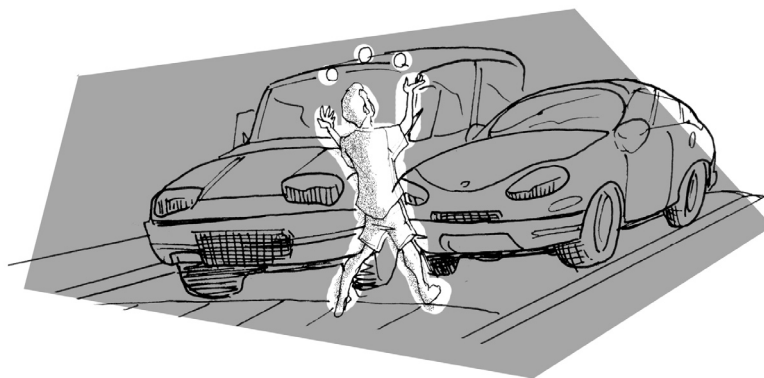
Gohn aponta-nos para o fato de haver um paradoxo nesta concepção, visto que, para se fugir da realidade, aponta-se o idealizado como puro e verdadeiro. Porém o cidadão civilizado seria exatamente aquele que já teria rompido com os estágios primitivos de convivência grupal, da barbárie, e passado para condições mais avançadas, mais modernas, de convivência harmoniosa em uma sociedade urbanizada.

Uma terceira noção do conceito de cidadania é elaborada por grupos organizados por meio de movimentos da sociedade civil: a *cidadania coletiva*. Alguns fatores contribuíram para esta nova perspectiva no cenário ocidental, dentre os quais Gohn exemplifica:

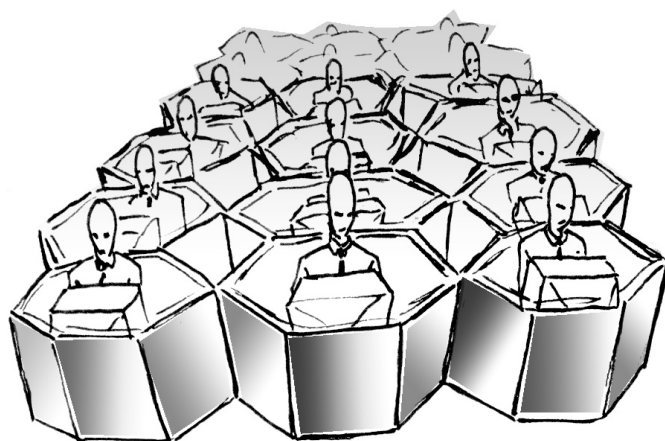
- o caráter do desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo;
- a massificação das relações sociais;
- o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas;
- as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos;



- o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina;
- o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista.



Este contexto conflitante propiciaria a criação de um novo ator histórico como agente de mobilização e de pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN, 1988). O novo cidadão coletivo, participante dos movimentos sociais, age motivado por interesses de coletividade, de diferentes matizes, que revelam diversas demandas populares, algumas de forte conteúdo social, por expressarem o lugar que esse cidadão ocupa no processo de divisão do trabalho,



a exploração e a espoliação a que é exposto, bem como a ausência de direitos sociais básicos (vida, educação, saúde e moradia), como, por exemplo:

- grupos de mulheres que lutam por creches ou por vagas para seus filhos em uma escola mais próxima de suas residências;
- grupos de favelados que lutam pela posse da terra;
- grupos de pessoas pobres que lutam por acesso a algum tipo de moradia.

Outras demandas advêm de grupos não tão explorados como os dos exemplos anteriores, mas da mesma forma expropriados de seus direitos civis de liberdade, igualdade, justiça e legislação, como, por exemplo:

- grupos que lutam pelo exercício da cidadania de negros, mulheres e homossexuais;
- grupos que lutam pela paz;
- grupos que lutam em defesa da ecologia.

Gohn nos ensina que a educação tem papel relevante para este conceito de cidadania coletiva, exatamente porque ela se constrói no processo de luta que é, em si próprio, um movimento educativo, ou seja, a cidadania não se constrói por decretos, por intervenções iluminadas externas, por agentes ou por programas pré-elaborados.



A cidadania, assim concebida, se constrói como um processo interno, no interior mesmo das práticas sociais em curso, como produto das experiências engendradas no cotidiano.

A cidadania coletiva, segundo Gohn, além de construir-se no cotidiano, pelo processo de identidade político-cultural que as diferentes lutas diárias geram, também constituiria novos sujeitos históricos:

- as massas urbanas espoliadas;
- e as camadas médias expropriadas.

ATIVIDADE



1. Na metade da década de 1980, houve, em diversas capitais brasileiras, imensas concentrações de pessoas nos comícios pelas “Diretas Já”. No Rio de Janeiro, por exemplo, um comício se realizou no encontro de duas grandes avenidas no centro da cidade (a Presidente Vargas e a Rio Branco) e teria reunido mais de um milhão de pessoas. O movimento pelas “Diretas Já” pode ser entendido como de interesse de qual(is) ator(es) histórico(s)? Explique.

- (a) As massas urbanas espoliadas.
- (b) As camadas médias expropriadas.
- (c) Ambas as camadas.

RESPOSTA

Embora o exemplo de movimento reivindicatório descrito na atividade acima esteja mais diretamente associado às demandas das **camadas médias expropriadas**, portanto resposta (b), o fato é que os efeitos de uma mudança no processo de escolha dos dirigentes da nação, como a que se exigia na campanha das “Diretas Já”, repercutiriam em ambas as camadas.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SEU CARÁTER EDUCATIVO

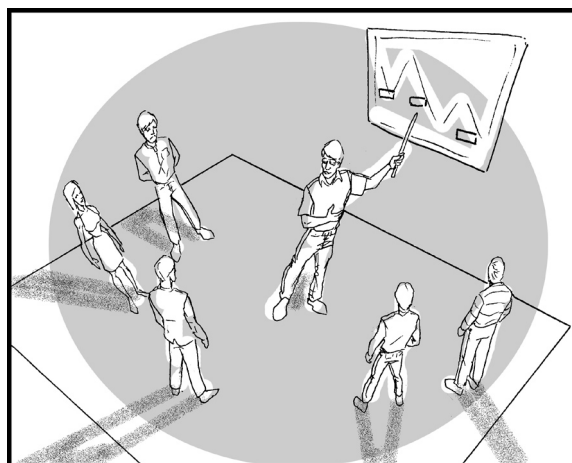
Concebendo-se a Educação não como restrita ao processo de ensino-aprendizagem de conteúdos específicos das áreas de conhecimento por meio de metodologias pedagógicas, mas, sim, como algo que é conquistado e socializado permanentemente para além dos muros institucionais escolares, veremos que existe realmente uma natureza educativa nos processos externos aos canais formais de educação. Este caráter educativo constrói-se, segundo Gohn, de diversas formas, em vários planos e dimensões que se articulam, mas não estabelecem nenhum grau de prioridade entre elas. Vejamos resumidamente os três exemplos que os estudos de Gohn nos oferecem, a seguir.

A dimensão da organização política

Durante o processo de luta por determinadas questões, tomar conhecimento sobre quais são atualmente os direitos e deveres dos indivíduos vivendo em sociedade tanto ocasiona a conscientização pessoal do indivíduo quanto o leva a organizar-se em grupos. Tal processo não ocorre espontaneamente, e dele participam diversos agentes importantes, tais como: assessores técnicos, políticos e religiosos que atuam junto aos grupos populares.

O processo de conscientização constrói-se ao organizarem-se as informações que estão dispersas sobre o funcionamento de diferentes órgãos públicos: como se deve proceder para se conseguir uma obra em determinado bairro, uma verba para tal evento?, quem administra tal fundo?, quais são os agentes responsáveis pela gestão de determinado bem ou equipamento público? etc.

Tal processo é bastante conflituoso e apresenta constantemente avanços e recuos, mas é exatamente esse movimento que possibilita aos participantes dos diversos movimentos sociais apropriarem-se de importantes informações, conhecendo as engrenagens reconhecidas como técnicas e identificando os interesses envolvidos. Tal identificação de interesses dá-se segundo as óticas de classes.



A contradição deste processo pode ser notada a partir de um exemplo simples: um funcionário público, pelo fato de se identificar com os interesses populares, pode ser de grande ajuda tanto quanto uma liderança de grupo, mesmo que ele esteja representando uma determinada secretaria de Estado, alvo do movimento.

A outra dimensão do processo é a identificação dos interesses opostos ao movimento. Só assim a cidadania coletiva se constrói:

(...) identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de demandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias de obtenção do bem por ser um direito social (GOHN, 1992).

A DIMENSÃO DA CULTURA POLÍTICA

A prática cotidiana nos movimentos sociais proporciona o acúmulo de experiências, nas quais há a importância da vivência do passado e do presente para a construção do futuro. As vivências do passado (como a opressão, negação de direitos etc.) são resgatadas no imaginário coletivo do grupo para fornecer elementos concretos para a leitura do presente. Para Gohn, os aprendizados proporcionados aqui são vários:

- a) aprende-se a não ter medo de tudo que foi inculcado como proibido e inacessível;
- b) aprende-se a descobrir os porquês das restrições, proibições e exclusões;
- c) aprende-se a acreditar no poder do discurso e das idéias, quando expressas em lugares e ocasiões adequados;
- d) aprende-se a calar-se e a resignar-se quando a situação é completamente adversa;
- e) aprende-se a criar códigos específicos para solidificar as mensagens e bandeiras de luta (músicas e folhetins);
- f) aprende-se a elaborar discursos e práticas de acordo com os cenários vivenciados;
- g) e, sobretudo, aprende-se a não abrir mão de princípios que balizam determinados interesses como seus.

Em resumo, estratégias de conformismo e de resistência, de passividade e de rebelião são elaboradas, segundo os agentes com os quais se defronta. Esta dimensão educativa dos movimentos sociais revela que certas atitudes que podem ser tidas como conservadoras nada mais são, na verdade, do que revelações de parte do processo pedagógico vivenciado pelos movimentos.



Cabe aqui ressaltar duas questões: a educativa e a pedagógica. A primeira é um processo cujos produtos são realimentadores de novos processos. A segunda são os instrumentos utilizados no processo. Assim, a diferença entre os procedimentos atuais e os tradicionais de aprendizagem é visível também aqui, uma vez que:

(...) as vanguardas dos movimentos se transfiguram em agentes – apoios, assessores técnicos etc. –, o processo não é pré-codificado numa metodologia específica. Não há hábitos, comportamentos, rotinas ou procedimentos preestabelecidos. Há princípios norteadores, assimilados por todo o grupo, que constroem a metodologia da ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca. O importante é estar junto, a construção é coletiva (GOHN, 1992).

A dimensão espacial-temporal

A participação nos movimentos sociais e a consciência que ela gera levam ao conhecimento e ao reconhecimento das históricas condições de vida de parcelas da população, ou seja, no passado e no presente. A participação em encontros, seminários, congressos etc. contribui para a formação desta visão historicizada dos problemas, o que leva à identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas: a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana.

Tal dimensão possibilita uma aproximação entre o dito saber popular e o saber científico, técnico, codificado. Os conceitos “tempo” e “espaço” são de grande importância no imaginário popular, sobretudo no meio rural, visto que fazem parte do universo de referência do cotidiano vivido. Tal importância pode ser comprovada nas fortes representações na mentalidade coletiva, popular, das datas, das festas religiosas, dos espaços comunitários “da roça”, da unidade doméstica etc.

Já no meio urbano, “tempo” e “espaço” são categorias desapropriadas do controle dos indivíduos. O tempo não pertence mais aos sujeitos, mas, sim, ao cronômetro da fábrica ou do relógio de ponto da instituição em que se trabalha. Os espaços são restritos: o privado quase não existe, e o raro que há deve ser defendido a todo custo contra as agressões e a violência da metrópole. Em relação ao espaço público, ele é construído no nível do discurso, constituindo-se mais em zonas de controle e disciplinamento do que em manifestações de apropriação coletiva.

A consciência destas diferenças e a vontade de apropriação de espaços públicos, para atividades grupais ou o mero exercício de manifestações individuais, como uma praça para a prática de esportes, constitui um aprendizado que contribui para o desenvolvimento da consciência da cidadania no sentido do uso da coisa pública. Embutida neste processo está a diferenciação que surge entre o público e o estatal quando, por exemplo, um clube particular ganha a concessão de uma área pública. A usurpação de um bem da coletividade por uma minoria que soube se relacionar com gabinetes e chefias clientelísticas tem o seu contraponto: a invasão de terras públicas (ou privadas) para uso de grupos sem moradia (GOHN, 1992).



ATIVIDADE



2. Joana é membro participante da Associação de Moradores do bairro popular em que reside e em que também leciona para uma turma de 4ª série do primeiro segmento de uma escola pública. Ela planeja suas aulas com claras influências do seu aprendizado obtido na participação do movimento social em que está envolvida. Tanto é que, durante um passeio com sua turma pelo centro da cidade, solicitou aos seus alunos que anotassem em uma agenda todos os endereços, telefones, funções e os nomes de representantes de diversos órgãos públicos importantes (Prefeitura, Câmara de Vereadores, Ministério Público, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte, Secretaria de Cultura, Conselho Tutelar).

I) A diretora de sua escola não entendeu o objetivo de sua aula e lhe pediu – fato inédito entre as outras professoras que lecionam em sala de aula, seguindo o livro didático – o planejamento por escrito, numa atitude que possivelmente visava a quê? Explique.

- (a) Socializar para todos os outros professores essa atividade educativa, demonstrando uma concepção ampla e atual do processo educativo.
- (b) Intimidá-la para que não repetisse mais tal atividade educativa, por não concebê-la como tal.

II) Qual(is) dentre as três dimensões do caráter educativo dos movimentos sociais exemplificadas nesta aula está(ão) presente(s) no objetivo da aula de Joana? Explique.

- (a) A dimensão da organização política.
- (b) A dimensão da cultura política.
- (c) A dimensão espacial-temporal.
- (d) Todas as dimensões acima.

RESPOSTA

I.(b) Intimidá-la para que não repetisse mais tal atividade educativa, por não concebê-la como tal, pois, como vimos, a noção de cidadania regulamentada pelo Estado, no século XX, convive com o desenvolvimento do neoliberalismo comunitarista, que considera a cidadania como um retorno à idéia de comunidade, contrapondo-se à sociedade urbano-industrial burocratizada, representando as instituições da sociedade civil moderna como uma grande comunidade. Tal ambiência pressupõe também uma noção de educação conservadora. A escola torna-se vital neste processo em que as condições concretas da realidade não têm importância para o aprendizado, mas, sim, como nos afirma Gohn, “uma visão romântica, idílica, estigmatizada, da vida no campo, das relações diretas, primárias, da pequena comunidade. O livro didático é o representante máximo desse processo”.

RESPOSTA

II.(a) A dimensão da organização política, uma vez que, para Joana, o processo de tomada de conhecimento sobre os direitos e deveres dos indivíduos vivendo em sociedade não ocorre espontaneamente, e ela seria uma agente importante, atuando junto àqueles alunos provenientes de grupos populares, ajudando-os a sistematizar informações antes dispersas sobre o funcionamento de diferentes órgãos públicos.

CONCLUSÃO

Vimos, durante a apresentação resumida dos resultados de estudos de Gohn, que podemos reconhecer a partir de uma concepção atual mais ampliada de educação, ou seja, para além dos muros da formalidade das instituições escolares, que os movimentos sociais possuem caráter educativo de diferentes dimensões para a formação do sujeito consciente, com potencial para se organizar em grupos para exigir e manter direitos e deveres, tornando-se, assim, cidadão participante na sociedade.

RESUMO

Nesta aula, você pôde aprender como o conceito de cidadania se transformou ao longo da história até se chegar ao conceito de cidadania elaborado por grupos organizados em movimentos da sociedade civil: a *cidadania coletiva*. Pôde aprender também que existe um caráter educativo nos processos externos aos canais formais de educação, se a concebermos, não como restrita ao processo de ensino-aprendizagem de conteúdos específicos por meio de metodologias pedagógicas institucionais, mas, sim, como algo que é conquistado e socializado permanentemente para além dos muros escolares.

ATIVIDADE FINAL

Relembrando as questões levantadas nas aulas anteriores sobre letramento e nesta aula acerca dos movimentos sociais e de seu caráter educativo, reflita sobre as possíveis relações existentes entre cidadania e letramento – como processo de pertencimento à cidade (leia-se “mundo”) – e sobre a cidade como espaço de letramento, como espaço pedagógico de aprendizagem e conquista de direitos. Veja como isso se reflete concretamente entre você e a sua cidade, ou seja, no seu processo pessoal de cidadania, e se você se engaja em processos de cidadania coletiva.

COMENTÁRIO

A resposta será de foro íntimo, o importante é o aluno identificar ações em seu cotidiano cidadão que revelem ou não tanto a sua participação individual em processos de reivindicações de direitos quanto a sua participação em movimentos sociais organizados, sejam eles de bairro, de classe, profissionais, estudantis...

INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você estudará a formação de uma rede virtual e real de promoção de cidadania.

Redes virtuais e reais de movimentos sociais e cidadania

AULA 21

Meta da aula

Apresentar, dentro de um mundo globalizado e transformado pelos novos processos tecnológicos de produção, a importância de se tecerem redes virtuais e reais de promoção de cidadania.

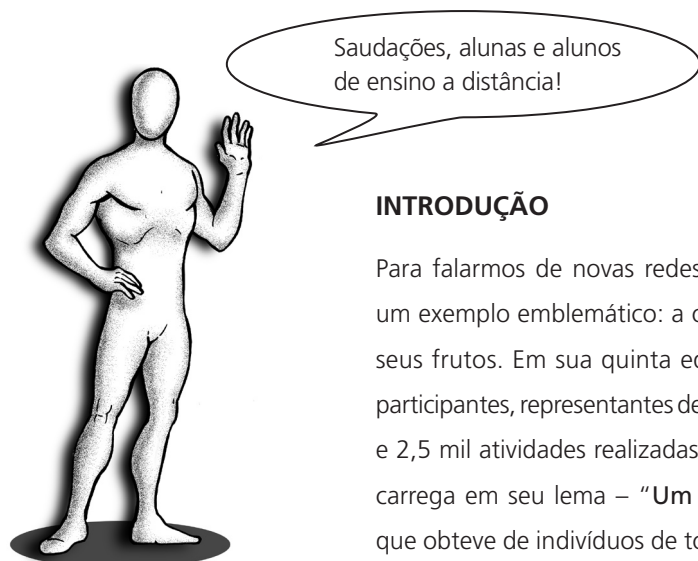
objetivo

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Descrever, reconhecer, exemplificar e utilizar as diferentes redes sociais reais e virtuais voltadas para o processo de promoção cidadã.

Pré-requisito

O estudo do conteúdo desta aula se tornará mais fácil se você tiver pleno conhecimento dos conteúdos das aulas anteriores deste módulo.

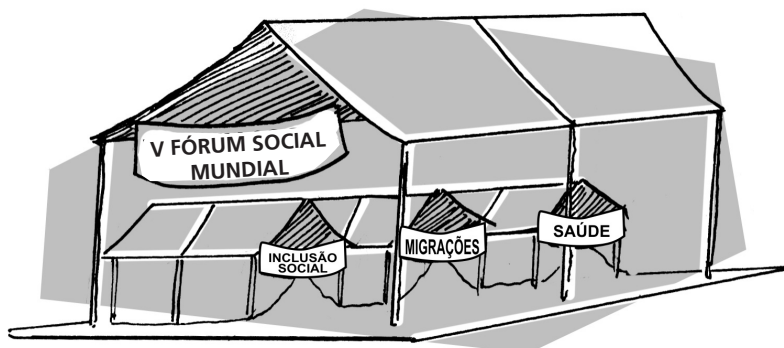


INTRODUÇÃO

Para falarmos de novas redes de cidadania virtuais e reais, partiremos de um exemplo emblemático: a organização do Fórum Social Mundial (FSM) e seus frutos. Em sua quinta edição, em 2005, o FSM contou com 155 mil participantes, representantes de 135 países, quase 7 mil jornalistas credenciados e 2,5 mil atividades realizadas, em Porto Alegre-RS. O FSM, pelo apelo que carrega em seu lema – **“Um Outro Mundo É Possível”** – e pela adesão que obteve de indivíduos de toda parte do planeta, comprova que o mundo necessita de novos conceitos e idéias. Essa necessidade não advém do desejo de alguns poucos sujeitos iluminados, imbuídos de uma verdade personificada, mas, sim, da percepção coletiva da realidade contemporânea como um todo. E exatamente por isso, nesta aula, estudaremos o entrelaçamento de ações coletivas reais e virtuais, que buscam construir uma grande rede cidadã.

A REDE DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O V Fórum Social Mundial – como um grande guarda-chuva social – abrigou diversos fóruns paralelos. Foram pelo menos sete eventos, que trataram de temas específicos, como o fenômeno migratório, os impactos da globalização na Amazônia, os sistemas públicos de saúde e o papel do Poder Judiciário. Um desses eventos paralelos foi o Fórum Social das Migrações. Um dos temas mais explorados durante os debates, realizados em Porto Alegre entre os dias 23 e 24 de janeiro, foi a discriminação contra as pessoas que deixam seus países de origem para trabalhar em outras nações. Há atualmente mais de 175 milhões de migrantes no planeta, contra os 90 milhões que havia em 1990.



Só os emigrantes das Américas que trabalham nos Estados Unidos remeteram, em 2003, mais de 30 bilhões de dólares para os países de origem. Isso tem agravado a discriminação contra os trabalhadores e estimulado países ricos a aprovar legislações cada vez mais restritivas. Durante o Fórum Social das Migrações, os participantes defenderam o fim do preconceito e da perseguição contra os trabalhadores estrangeiros.

O guarda-chuva do FSM também abrigou o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social. O evento reuniu prefeitos e representantes de cidades de diversos países para debater as dificuldades da gestão pública municipal em um cenário de desigualdades e exclusão social. Em sintonia com o lema do FSM, “*Um Outro Mundo É Possível*”, o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social defendeu uma nova globalização, mais humana e solidária. Os participantes lançaram um desafio a governantes do mundo inteiro: que assumam a execução de políticas públicas inclusivas que democratizem a riqueza e o poder.

Porto Alegre também foi palco do Fórum Social Mundial da Saúde, entre os dias 23 e 25 de janeiro. Durante o encontro, discutiu-se a necessidade de que o desenvolvimento econômico e social seja acompanhado de direitos fundamentais, como seguridade social, condições sanitárias básicas e assistência médica.

Os participantes do evento definiram pontos de ação que devem nortear as lutas pela saúde no mundo. Dentre eles estão a luta pela saúde como um direito humano; a criação de um sistema de saúde integral, que inclua a seguridade social e a assistência; e a defesa do tripé *universalidade, integralidade e equidade*.

EM BUSCA DE UMA REDE MUNDIAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS

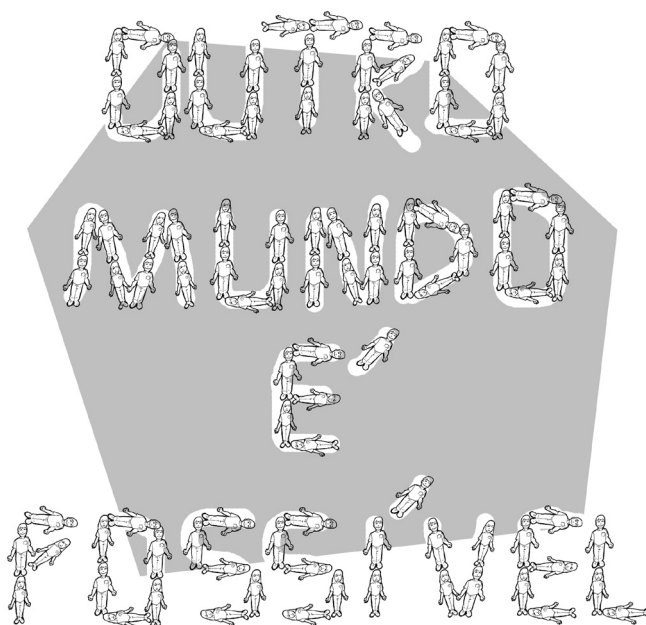
NEOLIBERALISMO

Suas raízes teóricas mais remotas encontram-se na chamada escola austríaca, reconhecida por sua ortodoxia no campo do pensamento econômico. O neoliberalismo reaparece, em 1947, entre um grupo de intelectuais conservadores na Suíça, que formaram uma sociedade de ativistas para combater as políticas do Estado de bem-estar social, que apregoava que, vencida a guerra, a política inglesa deveria se inclinar para uma programação de distribuição de renda, baseada no tripé da Lei da Educação, do Seguro Nacional e do Serviço Nacional de Saúde. A outra vertente do neoliberalismo surgiu nos Estados Unidos e concentrou-se na chamada Escola de Chicago.

Durante o primeiro Fórum Social Mundial, em 2001, mais de mil pessoas representando centenas de movimentos sociais, ONGs e sindicatos de todo o mundo se reuniram em assembléia e aprovaram a “Convocatória de Porto Alegre para as Mobilizações”. O FSM proporciona espaços, pautas e condições para que todas as organizações opostas ao **NEOLIBERALISMO** possam se reunir, para debater e apresentar propostas. O fórum em si não assume posições ou ações específicas, mas também não é neutro, como demonstrado no documento intitulado “Carta de Princípios do Fórum Social Mundial” e no programa das suas conferências. Com relação à questão dos documentos, declarações e ações, os participantes são livres para se organizarem de forma a articular iniciativas em seu próprio nome, contanto que não se confundam com o fórum em si.

Esse foi o tom da “Convocatória dos Movimentos Sociais” de Porto Alegre em 2001, na qual, após uma série de discussões e de debates avaliando as conseqüências das políticas neoliberais sobre o mundo, convocam-se os movimentos sociais a se mobilizarem contra uma série de eventos institucionais, tais como os encontros anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, a reunião ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Cúpula do G-8 (grupo que reúne os oito países mais ricos do planeta: EUA, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália, Canadá, Japão e Rússia) em Gênova.

Dando seguimento ao processo de Porto Alegre, houve uma reunião internacional de movimentos sociais em agosto de 2001, na Cidade do México, logo após o Congresso da Confederação Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC). Esse encontro convocado por diversos movimentos, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem-Terra (MST) (Brasil), além da Associação pela Taxação das Transações Financeiras e a Ação Cidadã (**ATTAC**) (França), da Marcha Mundial das Mulheres (Quebec) e da Focus on the Global South (Tailândia) fortaleceu as decisões de Porto Alegre em 2001 e possibilitou o debate e a construção de propostas considerando as diferenças políticas, culturais e lingüísticas dos participantes.



O Segundo Fórum Social Mundial, em janeiro de 2002, foi o primeiro grande evento internacional de oposição à globalização neoliberal após 11 de setembro de 2001. Reuniu mais de 50.000 pessoas de todo o mundo e demonstrou profundo compromisso com o trabalho de construir a resistência internacional e a solidariedade. Novamente em 2002, centenas de movimentos sociais, ONGs e sindicatos encontraram-se durante cinco dias para elaborar uma convocatória de ação comum. A segunda convocatória dos movimentos sociais enfatizou o aumento da militarização e a oposição à guerra, assim como destacou os fracassos do capitalismo neoliberal, demonstrados pela crise econômica e política da Argentina e pelo colapso da empresa multinacional americana **ENRON**.

ATTAC

Defende a implantação de um imposto sobre transações financeiras especulativas, inspirada em uma proposta de James Tobin, prêmio Nobel de Economia. A taxa Tobin consiste na aplicação de um pequeno imposto às transações financeiras, com o objetivo de acabar com a especulação financeira. No âmbito da Economia, a especulação é o exercício de qualquer tipo de atividade econômica cujo objeto seja somente a obtenção de ganhos, sem gerar contribuição alguma para sociedade. Se fosse adotada, tal taxa poderia levantar, em um ano, cerca de 300 bilhões de dólares, que poderiam ser destinados a erradicar as piores formas de pobreza e fome no mundo. Esta taxa seria o primeiro passo para o exercício de um controle democrático sobre os mercados financeiros.

A ATTAC reúne diversos componentes e favorece a ação comum, sem limitar, de maneira alguma, a liberdade de intervenção de cada um.

Propõe reforçar, relacionar e coordenar, no âmbito internacional, a intervenção de todos os associados que se reconheça em sua plataforma.

Deseja também estreitar a cooperação com todas as outras redes cujos objetivos converjam com os seus.

ENRON

Segundo o *New York Times* de 5/2/2002, o J. P. Morgan Chase estava sendo processado por várias companhias de seguro americanas por práticas contábeis que “esconderam” débitos da Enron. Alan Levine, advogado de seguradoras, afirmou que “o Morgan Chase camuflou deliberadamente um empréstimo à Enron sob forma de transação de uma *commodity*, para perpetuar uma fraude”. O banco teria feito com que os débitos da Enron parecessem menores do que seriam na realidade. A quantia da suposta fraude pode ter chegado a US\$ 8 bilhões, segundo um comitê do Senado criado para investigar a Enron. A companhia maquiava o seu balanço para aparentar ser mais lucrativa e, com isso, manter elevado o preço das ações. Resultado: os investidores e acionistas ficaram com receio na hora de aplicar seu dinheiro. A saída para as empresas é não só serem, mas parecerem o mais transparentes e honestas possível, pois, no mundo globalizado e hipercompetitivo, será difícil crescer somente com capital próprio.

Naquela ocasião, o MST e a CUT se tornaram voluntários para estabelecer uma secretaria a fim de ajudar a coordenar os preparativos para os encontros dos movimentos sociais durante o ano e no Fórum Social Mundial de 2003. A secretaria propôs que se iniciasse um debate sobre como os movimentos sociais que começaram a se reunir em Porto Alegre poderiam avançar em direção a uma articulação mais permanente, ao mesmo tempo preservando claramente as suas diferenças com relação ao FSM.

Essa sugestão foi ampliada pela proposta de se estabelecer uma “*rede mundial de movimentos sociais*”. Em seus primeiros estágios, levaria à confecção de um documento com o propósito de envolver diversos grupos em discussões regionais ou mundiais sobre a proposta, para estabelecer um processo que aproveitasse os próximos eventos regionais e temáticos promovidos pelo FSM.

Antes da produção de tal documento, algumas dessas idéias foram levantadas durante o Encontro Asiático de Movimentos Sociais, realizado em Bangcoc de 10 a 12 de agosto de 2002, e também durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, também em agosto de 2002, onde um encontro de movimentos sociais havia sido convocado. Outras reuniões foram programadas para Quito, Equador, durante as mobilizações contra a Área de Livre Comércio das Américas (**ALCA**); em Florença, Itália, durante o Fórum Social Europeu; em Adis Abeba, Etiópia, durante o Fórum Social Africano; em Belém, Brasil, durante o Fórum Social Pan-amazônico; e em Hyderabad, Índia, durante o Fórum Social Asiático. Após a evolução e os resultados dos debates, pretendia-se convocar uma grande assembléia em Porto Alegre, para concluir as discussões e adotar resoluções.

ALCA

Os EUA propuseram, em 1994, a criação de uma Área de Livre Comércio para as Américas, incluindo 34 países, exceto Cuba. Apresentada como oportunidade para superar os problemas econômicos da região, criar novos empregos e ampliar a prosperidade, é tida por seus críticos como um componente essencial do projeto de hegemonia dos EUA, já que tem como objetivo ampliar o domínio econômico, político, social e cultural desse país sobre o sofrido continente latino-americano.



O MOMENTO HISTÓRICO

Para se compreender a necessidade de se criar uma base mínima para uma rede mundial dos movimentos sociais, necessita-se ter clareza da perspectiva do momento histórico no qual essa necessidade se deu.

O fracasso das políticas neoliberais em promover justiça econômica e social enfraqueceu as expectativas em torno do “Consenso de Washington”. Ao mesmo tempo, as instituições multilaterais promotoras do ajuste estrutural, da liberalização do comércio e das finanças, especialmente a OMC, o FMI e o Banco Mundial, estão perdendo rapidamente a sua legitimidade.

Simultaneamente, estamos vivendo, por um lado, um aumento tremendo da oposição pública às políticas neoliberais tanto no hemisfério Sul quanto no Norte e, por outro, uma maior internacionalização dos movimentos sociais, sindicatos e ONGs que estão se opondo a essas políticas e trabalhando para a justiça econômica e social. Ao mesmo tempo, também, muitos dos “movimentos sociais tradicionais” e partidos políticos, especialmente no hemisfério norte, estão enfrentando uma crise enquanto lutam para desenvolver novas estratégias, estruturas e práticas em resposta a uma situação muito dinâmica e complexa.

O aumento do unilateralismo, a guerra no Afeganistão, o estabelecimento de novas bases militares dos EUA nas Filipinas e em outras partes da Ásia e a guerra contra o Iraque são todas tentativas de reforçar a dominação dos grandes países do Norte, em particular dos Estados Unidos. Na América Latina, a presença dos EUA está crescendo sob o pretexto da “guerra às drogas”, e, em todas as partes do mundo, a “guerra ao terror” provocou a violação de direitos políticos e civis básicos e um aumento do medo, da xenofobia e do racismo. Isso também está levando a um aumento de novas alianças e convergências entre os movimentos sociais, sindicatos e ONGs de todas as partes do planeta e ressaltando as ligações entre a militarização e o capitalismo globalizado.

Economicamente, o sistema global está passando por uma severa crise de superprodução e redução dos lucros, resultando em demissões em massa, reestruturação das corporações e colapso dos preços das ações. Neste contexto, a corrupção nos mais altos escalões das corporações americanas está vindo à tona, assim como as íntimas ligações entre o capital dos EUA e o governo dos EUA.

A própria democracia está sob ameaça. Democracias vibrantes e dinâmicas nos dão esperanças, ainda que, em muitos países, democracias de elite ou ditaduras prevaleçam. Em outros, o voto público está sempre em baixa, e partidos políticos fascistas e fundamentalistas tiram vantagens da marginalização econômica e social. Internacionalmente, o sistema das Nações Unidas – o qual, para muitos, é a última esperança de democracia entre Estados – é ineficaz e sem poder, como foi visto em Johannesburgo durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDs), na qual a pauta do desenvolvimento sustentável centrado nos povos foi derrotada pelos interesses e necessidades do crescimento econômico centrado nas corporações.

A PROPOSTA PARA SE CONSTITUIR UMA REDE MUNDIAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Durante os Fóruns Sociais Mundiais de 2001 e 2002, assembleias de movimentos sociais adotaram resoluções articulando análises comuns e se comprometendo com mobilizações comuns. Essas assembleias eram abertas a todos os delegados do FSM, e os acordos foram construídos coletivamente e endossados por assembleias massivas.

Durante o FSM 2003, propôs-se discutir a criação da *rede mundial de movimentos sociais*. Essa proposta é a indicação clara da intenção de construir um marco comum como referência e como ferramenta para as mobilizações internacionais, apesar de que tal proposta só pode ser bem-sucedida com o engajamento de movimentos de todo o mundo em discussões e debates.

Tal rede mundial de movimentos sociais ajudaria a desenvolver as condições para que os diversos movimentos sociais do mundo possam trocar análises, opiniões e informações sobre a conjuntura atual e estabelecer algumas prioridades comuns e tarefas necessárias, antes e depois das reuniões do FSM. O debate, o intercâmbio e a coordenação entre eles poderiam então se tornar um processo mais permanente, visando, além dos encontros episódicos entre os movimentos dos diversos países e continentes, a construir um debate político mais profundo; estabelecer estruturas horizontais para facilitar o intercâmbio e as ações comuns; e estender o alcance dos movimentos em todos os continentes.

No percurso até o FSM 2003, organizaram-se reuniões durante os fóruns temáticos e regionais citados anteriormente para debater essa proposta. As conclusões e propostas destes encontros foram levadas para Porto Alegre, desejando-se que a assembléia final fosse o resultado acumulado de um processo envolvendo movimentos ao redor do mundo, e não apenas aqueles presentes em Porto Alegre. Um banco de dados das organizações e redes que assinaram os manifestos de 2001 e 2002 foi preparado, mas ainda era necessário identificar outros movimentos sociais, sindicatos, ONGs e organizações que deveriam ser incorporados a essa iniciativa.

Um documento foi preparado para suscitar o debate e a discussão sobre a proposta de se construir uma rede mundial de movimentos sociais nos muitos eventos que ocorreriam antes do terceiro FSM, quando a assembléia dos movimentos sociais, ONGs e sindicatos seria chamada a deliberar sobre a posição final quanto a tal proposta.



ATIVIDADE

1. O Centro de Ação Comunitária (CEDAC) é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sediada no Rio de Janeiro. A missão que dá rumo estratégico às suas atividades e determina os critérios para que estabeleça parcerias é descrita pelas ações de capacitar e subsidiar os movimentos sociais urbanos, para que possam gerar ações políticas e organizativas, orientadas para a produção do desenvolvimento, da democracia e da cidadania, por meio de processos participativos de educação e organização popular, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e solidária.

Pesquise na internet outras instituições que também tenham por objetivo assessorar os movimentos sociais. Liste-as e procure divulgá-las em seu ambiente de trabalho e em sua comunidade (associação de moradores, sindicato etc.).

COMENTÁRIO

O importante é que o aluno acesse e socialize o máximo de informações possível acerca dessas redes de promoção cidadã.

REDES DE CIDADANIA

Hoje vemos que, com o avanço da tecnologia, a exploração dos trabalhadores pelo capital não é mais a única variável, como lembrou o professor peruano Aníbal Quijano, presente à quinta versão do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2005:

Temos um desemprego crescente porque o capital não precisa mais do ser humano tanto quanto já precisou. E no mundo subdesenvolvido vemos o crescimento cada vez maior da escravidão. Há mais de 200 milhões de escravos na Ásia, África e América do Sul.

Ele lembrou também que existe a expansão de um trabalho que não passa mais pelo mercado formal. Assim, o capitalismo não pode ser analisado simplesmente como a relação *capital x trabalho*, mas como uma rede bastante complexa que inclui a escravidão e o mercado informal. Quijano propôs um outro tipo de conhecimento, aquele nascido das práticas sociais.

EUROCENTRISMO

A supervalorização dos valores euro-ocidentais brancos em detrimento de todas as demais culturas.

Segundo ele, a América Latina deve sair de seu **EUROCENTRISMO**, criar outra forma de fazer ciência social e reinventar o conceito de democracia, que hoje nada mais é do que uma igualdade de desiguais: “Apenas 20% das seis bilhões de pessoas têm acesso aos bens produzidos no mundo. Isso é uma acumulação jamais vista.”

Edgardo Lander, da Venezuela, presente ao mesmo Fórum, também se colocou a favor de um novo padrão de conhecimento que não esse trazido pela modernidade, que significou conquista, escravidão, submissão e genocídio. Para ele, a face luminosa das novas tecnologias é o revés da face da destruição. “O povo fica achando que isso é normal e que qualquer oposição a esse projeto de modernidade seja uma patologia. Mas não é. O padrão do Norte não serve para todos os povos.”

Lander alerta para a necessidade de se analisar o hoje. A democracia liberal e suas conquistas estão em franco declínio. O modelo social-democrata está se esvaindo: a esfera pública, a liberdade de pensamento, os direitos conquistados, tudo. O controle dos meios de comunicação impede novas formas de pensar.

O modelo de democracia em vigor é o padrão de poder. Nega a diversidade da história, da cultura, da forma de ser e estar no mundo. A democracia precisa ser repensada na totalidade das operações de poder, inclusive nas relações individuais.

Para o professor venezuelano, o padrão moderno fracionou o ser humano, separou-o do tecido social, abriu um abismo entre cultura e natureza.

Nosso papel é resistir a essa maneira de viver. Ela não é a única forma de vida possível. Desde outras culturas e saberes há experiências radicais de relação da natureza e pessoas que precisam ser divulgadas, conhecidas e vivenciadas.

A mudança do mundo e das relações de poder passaria pela mudança de viver no cotidiano. As velhas teorias, ao que parece, já não dão conta do mundo multifacetado, tecnocrático e cheio de novas contradições. Surgem novas propostas de formas alternativas de decisão e vivência em comunidade.

Alguns exemplos de redes de movimentos sociais e cidadania

América Latina

- **CEAAL** – Conselho de Educação de Adultos da América Latina
www.ceaal.org
- **REPPOL** – Red de Educación y Poder Local
www.ceaal.org/accion/redes/reppol.htm
- **RLAI** – Rede Latino-Americana de Alfabetização Internacional
- **REPEM** – Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina
www.repem.org.uy

Brasil

- Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP)
www.rebrip.org.br
- Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
www.social.org.br
- Rede de Apoio à Ação de Alfabetização do Brasil – RAAAB
www.raaab.org.br

- Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
<http://www.socioeco.org/es/>
- Rede Global de Socioeconomia Solidária
www.redesocialmundial.org
- Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITS
www.rits.org.br
- Rede Mulher – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS
www.rededlis.org.br

Argentina

- <http://www.clacso.org/> – CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) – É uma rede internacional, não-governamental e sem fins lucrativos, dedicada a promover a investigação, a discussão e a difusão acadêmica em diversos campos das Ciências Sociais.
- <http://www.cta.org.ar/> – CTA – Central dos Trabalhadores da Argentina.
- <http://www.dialogo2000.org.ar/> – Dialogo 2000 – Espaço de diálogo e participação frente aos desafios e problemas comuns dos povos da América Latina e do Caribe e às políticas de globalização, exclusão e violência.
- <http://www.fua.org.ar/> – FUA – É a Central Única representativa de todos os universitários da Argentina.
- <http://www.imfc.com.ar/> – IMFC – O Instituto Mobilizador de Fundos Cooperativos é uma cooperativa que tem por objetivo a representação institucional das cooperativas associadas e a prestação de serviços requeridos por elas.
- <http://www.ymca.org.ar/> – YMCA – É uma organização civil, voluntária, ecumênica, aberta e participativa, que se orienta pelos princípios cristãos. Promove os valores humanos essenciais e trabalha em favor da solidariedade para ajudar a superar situações de injustiça que afetam o pleno desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades.

ATIVIDADE

2. Pesquise na internet outros exemplos de organização de redes de movimentos sociais de outros países latino-americanos (Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Venezuela...), compare seus objetos de luta e veja se se assemelham ou diferem muito entre si e dos que estão aqui listados.

COMENTÁRIO

O importante é que o aluno reconheça os pontos comuns e os específicos a determinada nação no processo de luta da América Latina.

REDE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS – REDEMS

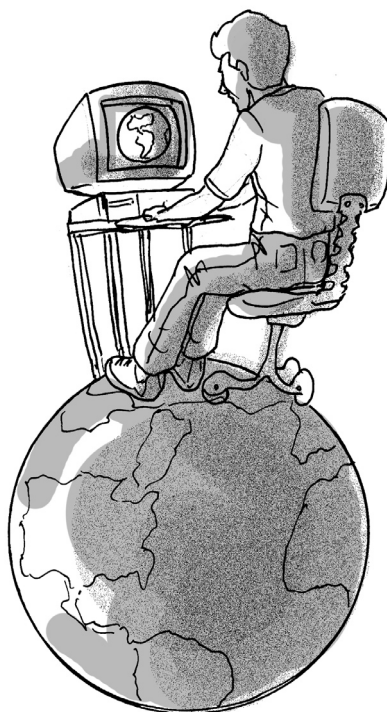
A professora doutora Maria da Glória Gohn propôs a criação da Rede de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais – REDEMS, durante o Congresso Mundial de Sociologia, ocorrido em Brisbane, Austrália, em julho de 2002, patrocinado pela Associação Internacional de Sociologia (ISA). Naquela ocasião, os membros do Comitê 47 da ISA – Social Movements and Social Classes – evidenciaram a necessidade e a importância de se promoverem ações que possam, por um lado, dar visibilidade aos *Movimentos Sociais da América Latina* e, por outro, criar um meio de contato e de tornar acessível toda produção sobre tais movimentos sociais.

No III FSM, janeiro de 2003, em Porto Alegre, Gohn apresentou tal idéia na oficina “Núcleos de Pesquisa sobre Movimentos Sociais na Universidade: a Produção de Pesquisas e Intervenções na Realidade”. As entidades promotoras da oficina foram: Social Movements and Social Classes Research Committee – RC 47/ISA – International Sociological Association; GEMDEC – Grupo de Estudos “Movimentos Sociais, Demandas Educativas e Cidadania” – Faculdade de Educação/Unicamp e Instituto Paulo Freire.

A oficina girou em torno da caracterização de alguns centros e associações de pesquisa, no Brasil e no exterior, que se dedicam prioritariamente ao estudo dos movimentos sociais. Os participantes referendaram a idéia exposta por Maria da Glória Gohn, que passou a articular a criação oficial da rede conjuntamente com a professora

doutora Ilse Scherer-Warren/Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) da Universidade Federal de Santa Catarina.

A Rede de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais, REDEMS, foi criada oficialmente no dia 11/4/2003, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, como pauta integrante da programação do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais. O lançamento oficial de sua *home page* se deu no dia 4/10/2003, na FACIPAL, em Palmas.



CONCLUSÃO

O mundo está mudando muito depressa, e são necessárias novas estruturas, novos processos de decisão e novas formações para articular e conduzir uma pauta democrática, internacionalista e anti-imperialista. Isso requer a constituição de uma aliança de movimentos em defesa da democracia e da paz que seja ampla, plural, feminista e antineoliberal. Em outras palavras, um movimento independente de partidos políticos, que respeite a autonomia das organizações que o constituem. Isso não significa, entretanto, que seja não-político.

A relação dos sujeitos *nesse e com esse* mundo renovado também mudou. As redes das relações humanas se modificaram e a internet (a grande *rede*) faz uma enorme diferença como instrumento poderoso, com capacidades e possibilidades tanto virtuais quanto reais de interação sujeito/mundo. Para fazer parte desta verdadeira rede de informações virtuais, é preciso ter acesso concreto à informatização.

RESUMO

Nesta aula, vimos exemplos tanto de ações concretas, como as cinco edições do Fórum Social Mundial (FSM) e de seus frutos, quanto de ações virtuais sistematizadas em redes aglutinadoras de diferentes ações promotoras da cidadania, organizadas em torno de diversos movimentos sociais.

ATIVIDADE FINAL

1. Escolha uma das duas atividades a seguir ou, se quiser, faça as duas:

a) Escolha um dentre os temas das redes aqui exemplificados e escreva um texto argumentativo sobre ele, sugerindo como resolvê-lo a curto, médio ou longo prazo, e envie-o à sessão de cartas de um jornal de grande circulação ou ao gabinete do prefeito de sua cidade, de um vereador, do governador, de um deputado estadual, de um deputado federal, de um senador etc.

b) "O Comitê para Democratização da Informática é uma organização não-governamental criada em 1995, no Rio de Janeiro, com a proposta de levar computadores para as favelas. Desde então, a idéia expandiu-se, e hoje a organização está presente em 25 cidades brasileiras e em outros dez países. A ONG entra em contato com representações sociais de excluídos, como associações de moradores, sindicatos e igrejas; forma monitores escolhidos dentro da própria comunidade; e oferece equipamentos e infra-estrutura. O projeto do curso,

baseado no Método Paulo Freire, visa a ensinar informática trabalhando noções de cidadania. Assim, se os alunos vivem em uma comunidade rural, por exemplo, vão aprender no computador a fazer um controle da produção agrícola; se o problema é acúmulo de lixo, trabalha-se um projeto de geração de renda a partir do lixo.

O CDI possui mais de 700 escolas no Brasil e mais de 70 no exterior, em aldeias indígenas, presídios, hospitais psiquiátricos, comunidades rurais, favelas e outros locais de alto índice de exclusão. Uma pesquisa de impacto, realizada em 2000, deu conta de que 87% dos alunos que passaram por uma escola do Comitê consideraram que o acesso ao mundo digital trouxe algum impacto positivo em sua vida, como conseguir um novo emprego ou voltar a estudar, por exemplo.”
In *www.cdi.org.br*.

Após tudo o que vimos nesta aula, podemos perceber a necessidade de se realizarem ações tais quais as produzidas por instituições como o CDI. Procure saber se em sua localidade de moradia ou trabalho já existem ações promovidas pelo CDI. Caso existam, procure saber como se integrar a elas. Caso não existam, busque contactar o Comitê pelo *site* www.cdi.org.br e informe-se sobre como proceder para levar suas ações até a sua comunidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você aprenderá a estudar e a pesquisar na internet assuntos de interesse amplo ou específico, correlacionados à formação dos estudantes do curso de Pedagogia para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Organizações Não-governamentais, Movimentos Sociais e Educação

AULA 22

Meta da aula

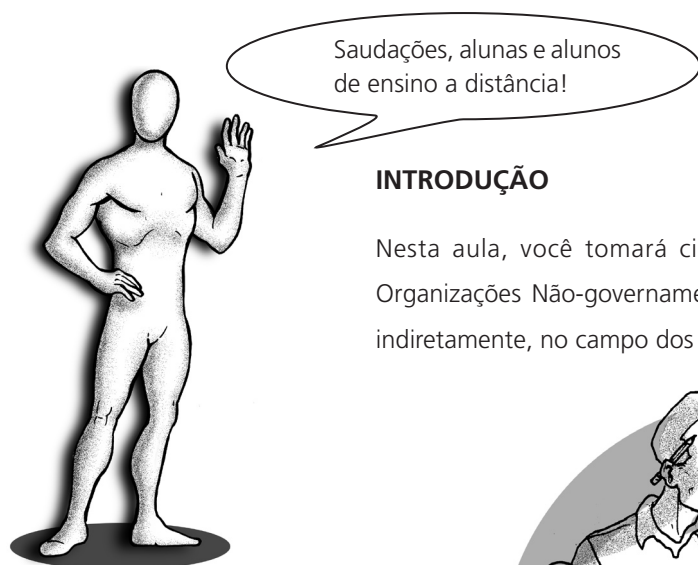
Fomentar a habilidade para o estudo e a pesquisa na internet sobre assuntos correlacionados à formação dos estudantes do Curso de Pedagogia para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Pesquisar e conhecer algumas Organizações Não-governamentais, Redes e Fóruns, além de suas propostas e projetos voltados para o campo da Educação e dos Movimentos Sociais.
- Dar exemplos de endereços eletrônicos de diversas Organizações Não-governamentais, Redes e Fóruns envolvidos com Movimentos Sociais e Educação no Brasil e no mundo.

Pré-requisito

As aulas anteriores deste módulo.



INTRODUÇÃO

Nesta aula, você tomará ciência de diversos *sites* e modalidades de Organizações Não-governamentais atuantes no e com o Brasil, direta ou indiretamente, no campo dos Movimentos Sociais e da Educação.



AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAIS

- Fundação Ford - www.fordfound.org
- Novib - www.novib.org
- Oxfam Internacional - www.oxfam.org

CONSELHOS E FUNDOS

- CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social - www.mpas.gov.br/14.asp
- CNPCP - Conselho Nacional da Política Criminal e Penitenciária - www.mj.gov.br/cnpcp
- CNS - Conselho Nacional de Saúde - <http://conselho.saude.gov.br/>
- Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente - www.mma.gov.br/port/conama/index.html
- Conanda - Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - www.presidencia.gov.br/sedh

- CNDST/Aids - Cordenação Nacional de DST/AIDS - www.aids.gov.br
- Fehidro - Fundo Nacional de Recursos Hídricos - www.recursoshidricos.sp.gov.br
- FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente - www.mma.gov.br/port/fnma/index.html
- Funasa - Fundo Nacional de Saúde - www.funasa.gov.br
- Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - www.mec.gov.br/sef/fundef

REDES DE ONGs, ARTICULAÇÕES E FÓRUNS

- Aliança por um Mundo Responsável e Solidário - www.alternex.com.br/~pacs/alianca.html
- ALOP - Associação Latino-americana de Organizações de Promoção - www.alop.or.cr
- Dhnet Rede de Direitos Humanos & Cultura - www.dhnet.org.br
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente - www.fboms.org.br
- FSM - Fórum Social Mundial - www.forumsocialmundial.org.br
- IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - www.ibam.org.br
- Observatório da Cidadania - www.ibase.org.br
- OCARA - www.ocara.org.br
- REBIDIA – Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência - www.rebidia.org.br
- Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais - www.rbrasil.org.br
- Rede Brasileira de Educação Ambiental - www.ciagri.usp.br/~rbea/welcome.html
- Rede das Águas - Fórum Estadual da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias - www.rededasaguas.org.br
- Rede Nacional de Direitos Humanos em HIV/AIDS - www.aids.gov.br
- Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos - www.redesaude.org.br
- WEDO - Organização de Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento - www.wedo.org

FUNDAÇÕES E INSTITUTOS EMPRESARIAIS

- Abrinq - Fundação Abrinq - www.fundabrinq.org.br
- Fides - Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social - www.fides.org.br
- Fundação Banco do Brasil - www.cidadania-e.com.br
- Gife - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - www.gife.org.br

SITES GOVERNAMENTAIS

- Câmara dos Deputados - www.camara.gov.br
- Senado - www.senado.gov.br
- Governo brasileiro (site oficial) - www.brasil.gov.br
- Ministério de Educação - www.mec.gov.br

ORGANISMOS MULTILATERAIS E OUTROS LINKS INTERNACIONAIS

- Banco Mundial - www.worldbank.org
- BID - www.iadb.org
- OIT - Organização Internacional do Trabalho - www.oit.org
- OMC - Organização Mundial do Comércio - www.wto.org
- OMS - Organização Mundial da Saúde - www.who.ch
- ONU - Organização das Nações Unidas - www.un.org
- Opas/OMS - Organização Pan-americana de Saúde - Organização Mundial de Saúde - www.opas.org.br
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - www.undp.org.br
- Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - www.unesco.org.br
- União Européia - <http://europa.eu.int>
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância - <http://www.unicef.org/>

AGÊNCIAS DE INFORMAÇÃO E IMPRENSA

- Afirmar - Revista Negra On line - www.afirma.inf.br
- Andi - Agência de Notícias dos Direitos da Infância - <http://www.andi.org.br/>

- Adital - Agência de Informação Frei Tito para a América Latina - <http://www.adital.org.br>
- Revista Caros Amigos - <http://carosamigos.terra.com.br>
- Revista Integração - www.fgvsp.br/integracao
- Revista Justiça & Democracia - publicação da Associação Juízes para a Democracia - www.ajd.org.br/revista_set.htm

VOLUNTARIADO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Comunidade Solidária - www.comunidadesolidaria.org.br
- Programa Voluntários - www.programavoluntarios.org.br
- Projeto Balanço Social - www.balancosocial.org.br
- Voluntários - www.voluntarios.com.br



ATIVIDADE

1. Procure navegar livremente por alguns dos *sites* de voluntariado e responsabilidade social e veja se você se inclinaria a fazer parte de alguma atividade proposta por eles. Caso sim, mande um *e-mail* oferecendo-se para participar e dizendo como e quando você poderia colaborar.

COMENTÁRIO

Resposta de foro íntimo.

CENTROS DE ESTUDOS E PESQUISAS

- Ceam - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UNB - www.unb.br/ceam/
- Cepal - Comissão Econômica para América Latina e Caribe - www.cepal.org
- ETS - Centro de Estudos do Terceiro Setor - Fundação Getulio Vargas de São Paulo - www.fgvsp.br/academico/estudos/cets/index.htm
- Clacso - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - www.clacso.org
- CPMAF - Centro de Pesquisa em Manejo Florestal e Recuperação da Mata Atlântica - www.ufv.br/Def/cpmaf
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos - <http://www.dieese.org.br/>

- **Embrapa** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - www.embrapa.br
- **Fapesp** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - www.fapesp.br
- **IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br
- **NEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - www.inep.gov.br
- **Inpa** - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - www.inpa.gov.br
- **Intrac** - International NGO Training and Research Centre - www.intrac.org
- **Ipea** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - www.ipea.gov.br
- **Ipef** - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais - www.ipef.br
- **NEV** - Núcleo de Estudos da Violência da USP - www.nev.prp.usp.br
- **Niefaf** - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Faunísticos da UFMT - www.ufmt.br/niefaf
- **Nuseg** - Núcleo Superior de Estudos Governamentais da UERJ - www.nuseg.uerj.br/nuseg/
- **Prossiga CNPq** - Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa - www.prossiga.br
- **Sibi Net** - Sistema Integrado de Bibliotecas da USP - www.usp.br/sibi
- **Sipex** - Sistema de Informação de Pesquisa e Extensão da UNICAMP - www.unicamp.br/sipex2001/

MOVIMENTOS SOCIAIS

- **CPT** - Comissão Pastoral da Terra - www.cptnac.com.br
- **CUT** - Central Única dos Trabalhadores – www.cut.org.br
- **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - www.mst.org.br

ORGANIZAÇÕES POPULARES COM A ÁREA DE ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- **ABIA** - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- **AS-PTA** - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- **CACES** - Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais
- **CAC-RJ** - Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti
- **CAPINA** - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

COMENTÁRIO

O importante é que o aluno se familiarize com os sites de busca e de pesquisa e possa acessar endereços eletrônicos relacionados a sua área de estudos.

REDES E FÓRUNS

Para fortalecer e potencializar sua atuação de transformação da sociedade, as ONGs se articulam com outros movimentos sociais em redes e fóruns, locais, regionais, nacionais ou internacionais. As redes podem se articular em torno de pontos comuns, como, por exemplo, uma ação coletiva, temas ou identidades (mulheres, negros, portadores de HIV etc.). Uma ONG ou associação pode fazer parte de várias redes e fóruns.

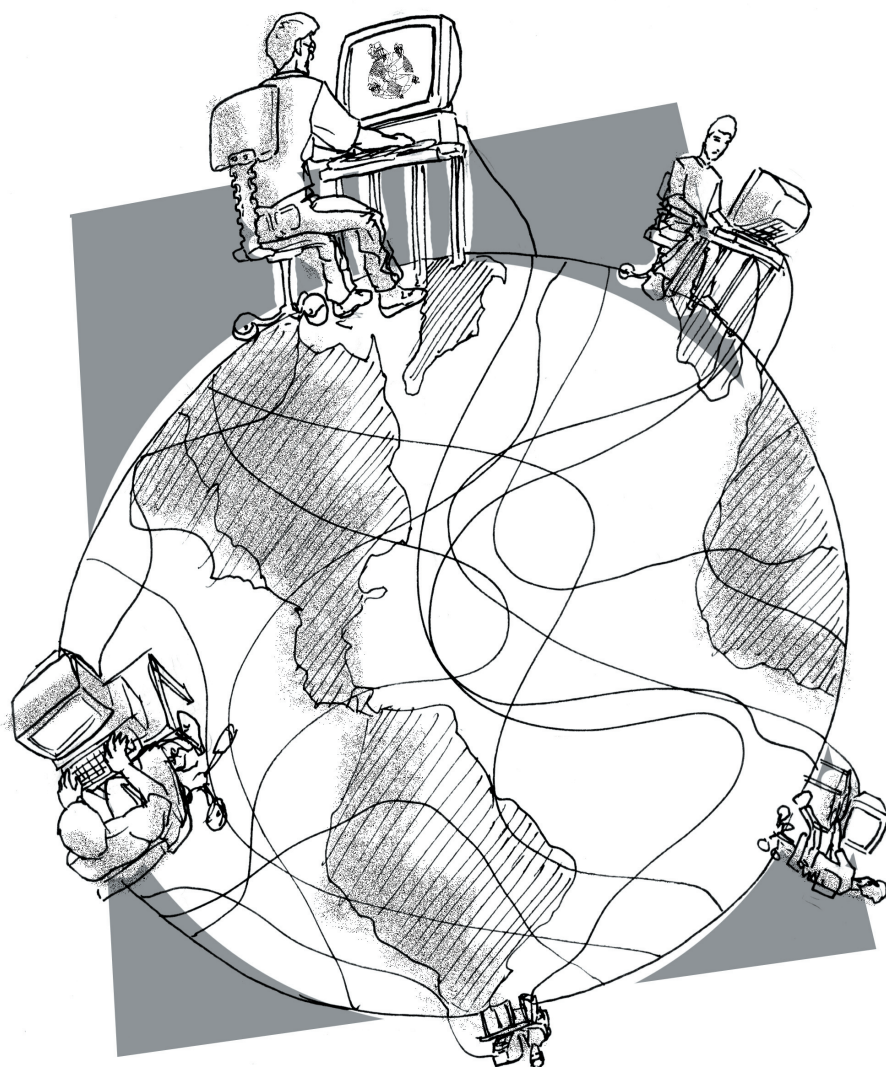
Pesquisando na internet os *sites* das redes e fóruns abaixo, você encontrará informações sobre algumas das principais articulações existentes em nível nacional e internacional.

- Aliança por um Mundo Responsável e Solidário
- Articulação de Mulheres Brasileiras
- Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras
- Articulação no Semi-Árido Brasileiro
- DHNET - Rede de Direitos Humanos & Cultura
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- Fórum da Amazônia Oriental
- Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário no Brasil - FACES do Brasil.
- Fórum Nacional de Assistência Social

- Fórum Nacional de Mulheres Negras
- Fórum Nacional de Participação Popular
- Fórum Nacional de Reforma Urbana
- Fórum ONG/AIDS do Estado de São Paulo
- GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção à Aids Brasil–São Paulo
- Marcha Mundial das Mulheres
- Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais
- REBIDIA - Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência
- Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
- Rede Brasileira de Educação Ambiental
- Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária-RBSES
- Rede das Águas - Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias
- Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina (Repem)
- Rede de ONGs da Mata Atlântica
- Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos
- Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais
- Wedo - Organização de Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONCLUSÃO

Se você seguiu todas ou a maioria das atividades propostas com sucesso, provavelmente pode perceber e concluir como a internet, mais do que um meio de divertimento e entretenimento, é uma poderosa ferramenta de letramento e de socialização não só de informações teóricas, como também de redes de ações práticas, nas quais todos nós (que a ela tivermos acesso) poderemos nos engajar, tornando o mundo menor (espaço e tempo minimizados pelo potencial de conexão planetária em segundos) e melhor (pela possibilidade do engajamento social em ações centradas numa lógica mais cidadã, ou seja, solidária, democrática e menos competitiva).



RESUMO

Nesta aula, você tomou ciência de diversos *sites* e modalidades de Organizações Não-governamentais atuantes no e com o Brasil, direta ou indiretamente, no campo dos Movimentos Sociais e da Educação; pesquisou e conheceu algumas Organizações Não-governamentais, Redes e Fóruns, além de suas propostas e projetos voltados para o campo da Educação e dos Movimentos Sociais, podendo, assim, dar exemplos de endereços eletrônicos de diversas Organizações Não-governamentais, Redes e Fóruns envolvidos com Movimentos Sociais e Educação no Brasil e no mundo.

ATIVIDADE FINAL

Procure acessar o máximo de informações sobre as diversas atividades e pesquisas realizadas por estas instituições ligadas aos Movimentos Sociais relacionados à Educação e faça um painel informativo em seu local de trabalho e/ou de estudo, socializando ainda mais tais informações.

COMENTÁRIO

O importante é que se perceba o grande potencial socializador de informações que encontramos na internet, considerando-a mesmo como uma grande aliada tanto no ambiente de trabalho quanto no de estudos.

SITES PESQUISADOS

www.abong.org.br

www.cade.com.br

www.google.com.br

Movimentos Sociais e Educação

Referências

Aula 11

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e a luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.

Aula 12

LABORIT, Henri. *Éloge de la fuite*. Paris: Galimard, 1976.

RIBEIRO, Cláudio da Silva. *O bem-estar e o trabalho em comunidades*. Disponível em: <www.psicologia.com.pt>. Acesso em: 27 abr. 2005.

Aula 13

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8.ed. São Paulo : Hucitec, 1997.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LABORIT, Henri. *Éloge de la fuite*. Paris: Galimard, 1976.

RIBEIRO, Cláudio da Silva. *O bem-estar e o trabalho em comunidades*. Disponível em: <www.psicologia.com.pt>. Acesso em: 27 abr. 2005.

Aula 14

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. São Paulo: Zahar, 1996.

LABORIT, Henri. *Éloge de la fuite*. Paris: Gallimard, 1976.

MARX , Karl. *Manifesto comunista*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

Aula 15

RIBEIRO, Cláudio. *O bem-estar e o trabalho em comunidades*. Disponível em: <www.psicologia.com.pt >. Acesso em: 04 abr. 2005.

Aula 16

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler em três artigos que se complementam*. 34. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 88p. (Coleção questões da nossa época; v. 13).

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. 104p. (Coleção questões da nossa época; v. 47).

Aula 17

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. As práticas da leitura. In: ARIES, Philipp; DUBY, Georges. *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994. t. 3

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. A importância do ato de ler. In: _____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____; MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GENRO, Tarso F. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis: Vozes, 1999.

LINHARES, C. *Professores entre reformas escolares e reinvenções educacionais*. Niterói: UFF, 2000. Mimeo.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe social e estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Virgínia de Oliveira. *De leitores e leitura: água mole, pedra dura, tanto bate até que fura?* Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Mimeo.

_____. *As marcas da leitura em nós*. Niterói: UFF, 2004. Mimeo.

SITES RECOMENDADOS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 14 mar. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 14 mar. 2005.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoio às Micros e Pequenas Empresas. Disponível em: <www.saeb.gov.br>. Acesso em : 14 mar. 2005.

Aula 18

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. A importância do ato de ler. In: _____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura e realidade brasileira*. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

SOARES, Leôncio. *Deixar de sombra dos outros*. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. TV ESCOLA: um Salto para o Futuro. *Boletim Brasil Alfabetizado em foco*. Brasília,DF, MEC/SED, Set. 2003.

SITES RECOMENDADOS

BRASIL. Ministério de Educação. Disponível em: <www.mec.br>. Acesso em : 14 mar. 2005.

ECOFUTURO. Disponível em: <www.ecofuturo.org.br>. Acesso em: 14 mar. 2005.

FUNDAÇÃO Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Disponível em: <www.fnliij.org.br>. Acesso em: 14 mar. 2005.

MUNDOQUELÊ. Disponível em: <www.mundoquele.ofaj.com.br>. Acesso em: 14 mar. 2005.

ONG Leia Brasil. Disponível em: <www.leiabrasil.org.br>. Acesso em : 14 mar. 2005.

Aula 19

ABRANCHES, Mônica; AZEVEDO, Sérgio de. Conselhos setoriais: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte e um contraponto com a experiência do Rio de Janeiro. In: BÓGUS, Lúcia; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Orgs.). *Cadernos Metrópole*, São Paulo, Educ, n. 7, 2002.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. In: BÓGUS, Lúcia; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Orgs.). *Cadernos Metrópole*, São Paulo, Educ, n. 7, 2002.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967.

MOREIRA, Maria Helena Alves. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis : Vozes, 1984.

NAVARRO, Renato Godinho; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. Movimentos sociais (populares). Conselho Municipal e órgão gestor na definição e implementação da política habitacional em Belo Horizonte – década de 1990. In: BÓGUS, Lúcia; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Orgs.). *Cadernos Metrópole*, São Paulo, Educ, n. 7, 2002.

O'CADIZ, Maria del Pilar; TORRES, Carlos Alberto; WONG, Pia Lindquist. *Educação e democracia: a praxis de Paulo Freire em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. Conselhos municipais e a participação cívica na gestão das políticas públicas: o caso da metrópole fluminense. In: BÓGUS, Lúcia; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, Educ, n. 7, 2002.

Aula 20

BETTANINI, Tonino. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção questões da nossa época, v. 5).

SITE RECOMENDADO

FÓRUM Mundial de Educação São Paulo. Disponível em: <<http://fmet.terra.com.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

BORGES, Altamiro (Org.). Para entender e combater a Alca. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2002. 128p.

RED de los movimientos sociales. Rumo a uma rede mundial de movimentos sociais. Disponível em: <http://www.movsoc.org/htm/documentos_rede_movimentos_port.htm>. Acesso em: 07 jul. 2005.

SITES PESQUISADOS:

ALCA Bloco: 1º portal da iniciativa privada na Internet sobre a Alça. Disponível em: <<http://www.alca-bloco.com.br>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

ALIANZA Social Continental. Disponível em: <<http://www.asc-hsa.org>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

ATTAC International. Disponível em: <<http://www.attac.org/indexfla.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Clipping: seleção diária de notícias. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

CAPAÑA Continental contra el Alca. Disponível em: <<http://www.movimientos.org/noalca>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

CDI: Comitê para a democratização da Informática. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

CEDAC. Centro de ação comunitária. Disponível em: <<http://www.cedacnet.org.br>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

Disponível em: <<http://FOLHA Online. Mundo. www.uol.com.br/folha/mundo>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

Faculdades Integradas Católicas de Palmas. Disponível em: <<http://www.facipal.edu.br/redems>>. Acesso em: 25 abr. 2005.

GRITO dos excluídos. Disponível em: <www.gritodosexcluidos.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2005.

INSTITUTO Algar. Disponível em: <<http://www.institutoalgar.org>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

OBSERVATÓRIO Latino-Americano. Disponível em: <<http://www.ola.cse.ufsc.br/observa.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

RED de los movimientos sociales. Rumo a uma rede mundial de movimentos sociais. Disponível em: <http://www.movsoc.org/htm/documentos_rede_movimentos_port.htm>. Acesso em: 07 jul. 2005.

SITES PESQUISADOS:

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Organizações não governamentais. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 07 jul. 2005.

CADÊ? Disponível em: <www.cade.com.br>. Acesso em: 07 jul. 2005.

GOOGLE. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 07 jul. 2005.

ISBN 85-7648-151-0



9 788576 481515



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério
da Educação

